

FORMAÇÃO dos CONSELHEIROS dos CETEPS

*Caderno
do Formador*



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DOS CETEPS Caderno do Formador

Salvador, 2012

DIIESE

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Governador - Jaques Wagner

Vice-governador - Otto Roberto Mendonça de Alencar

Secretário da Educação - Osvaldo Barreto Filho

Subsecretário - Aderbal de Castro Meira Filho

Chefe de Gabinete - Paulo Pontes da Silva

Superintendente de Educação Profissional - Antonio Almerico Biondi Lima

Equipe Técnica

Carlos Alberto Menezes, Cristina Kavalkievicz, Maria da Glória Vieira Lima Franco e Passos, Maria Renilda Dalto Moura, Marlene Virgens Pimentel, Martha Maria Rocha Ramos dos Santos, Neivia Maria Matos Lima

Secretaria da Educação do Estado da Bahia

6ª Avenida, nº 600, Centro Administrativo da Bahia - CAB - Salvador - BA - CEP 41745-000

Tels.: (71) 3115-1401 - (71) 3115-9094 - www.educacao.ba.gov.br

Superintendência de Educação Profissional - SUPROF

Tel.: (71) 3115-9018 - suprof@secba.gov.br

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Escritório Nacional: Rua Aurora, 957, 1º andar, Centro - São Paulo - SP - CEP 01209-001
Tel.: (11) 3874-5366 - Fax: (11) 3874-5394 - en@dieese.org.br - www.dieese.org.br

Direção Sindical Executiva

Zenaide Honório - *Presidenta* - Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Josinaldo José de Barros - *Vice-presidente* - STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa Isabel
Antônio de Sousa - *Secretário* - STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região
Alberto Soares da Silva - *Diretor* - STI de Energia Elétrica de Campinas
João Vicente Silva Cayres - *Diretor* - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Edson Antônio dos Anjos - *Diretor* - STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba
Neiva Maria Ribeiro dos Santos - *Diretora* - Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Osasco e Região
José Bittencourt Barreto Filho - *Diretor* - Sindicato dos Eletricistas da Bahia
José Carlos Souza - *Diretor* - STI de Energia Elétrica de São Paulo
Luís Carlos de Oliveira - *Diretor* - STI Metalúrgicas de São Paulo, Mogi das Cruzes e Região
Mara Luzia Feltes - *Diretora* - Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos, Perícias, Informações, Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul
Roberto Alves da Silva - *Diretor* - Fed. dos Trab. em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Maria das Graças de Oliveira - *Diretora* - Sind. dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio - *Diretor Técnico*
Ademir Figueiredo - *Coordenador de Estudos e Desenvolvimento*
José Silvestre Prado de Oliveira - *Coordenador de Relações Sindicais*
Nelson Karam - *Coordenador de Educação*
Rosana de Freitas - *Coordenadora Administrativa e Financeira*

Escritório Regional da Bahia: Rua do Cabral, 15 - Nazaré - Salvador - BA - CEP 40055-010
Tel.: (71) 3242-7880 - Fax: (71) 3326-9840 - erba@dieese.org.br

Supervisão técnica regional

Ana Georgina Dias

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DOS CETEPS Caderno do Formador

Salvador, 2012



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO



Direção Sindical

Maurício Jansen Klajman – *Coordenador* – ST no Ramo Químico e Petroleiro do Estado da Bahia
Elder Fontes Perez – *Secretário* – Sindicato dos Bancários da Bahia
Antonio Claudio dos Santos Silva – *Diretor* – Sindicato dos Vigilantes do Estado da Bahia
Edmilson Rosa de Almeida – *Diretor* – FTI Alimentos e Afins do Estado da Bahia
Grigório Mauricio dos Santos Rocha – *Diretor* – ST em Água e Esgoto da Bahia
Natan Batista dos Santos – *Diretor* – STI Metalúrgicos do Estado da Bahia
Paulo Roberto Silva dos Santos – *Diretor* – STI Construção de Estradas, Pavimentação, Obras de Terraplanagens, Montagem e Manutenção Industrial da Bahia

Equipe Técnica Responsável

Ana Cláudia Moreira Cardoso - Maria Valéria Monteiro Leite

Equipe de Formadores

Carlos Jardel Leal - Jackeline Natal - José Inácio Ferreira Junior - Lavinia Maria de Moura Ferreira
Nádia Vieira de Souza - Natã Vieira - Regina Coeli Camargos - Reginaldo Muniz Barreto
Rodrigo Rosa - Suzanna Sochaczewski

Consultores

José Luiz Fazzi
Solange de Souza Bastos

Equipe de Apoio

Natali Machado Souza - Silvanira dos Santos Gusmão

Projeto Gráfico e Diagramação

Caco Bisol Produção Gráfica Ltda. (Márcia Helena Ramos)

Impressão - Tiragem

Gráfica Rettec - 3 mil exemplares

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

DIEESE

D419 Formação dos Conselheiros dos CETEPS: caderno do formador./ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. – Salvador: DIEESE, 2012.

140 p. (Biblioteca DIEESE)
ISBN 978-85-87-87326-51-5

1. Conselho Escolar 2. Educação Profissional 3. Políticas Públicas 4. Conselheiro
I. DIEESE II. Governo do Estado da Bahia III. Secretaria da Educação do Estado da Bahia
IV. SUPROF V. Título VI. Série

CDU 331.363

07 APRESENTAÇÃO

09 O CADERNO DO FORMADOR

- 09 Objetivos do Caderno do Formador
- 09 O que é o Caderno do Formador
- 10 O que contém o Caderno do Formador
- 11 O Caderno do Formador e conteúdo
- 13 A concepção de Educação que orienta o processo formativo

15 O CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- 15 Objetivos do Curso
- 15 Duração do Curso
- 15 O percurso desenvolvido
- 16 Módulo I
- 19 Módulo II

23 DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES FORMATIVAS

23 Módulo I

- 24 Dia 1 (Manhã) – Apresentação e Constituição do Grupo
- 27 Dia 1 (Tarde) – A Sociedade Hoje
- 31 Dia 2 (Manhã) – Democracia, Participação Política e Conselhos
- 36 Dia 2 (Tarde) – Trabalho e Educação
- 41 Dia 3 (Manhã) – A Educação Profissional na Bahia e o Controle Social
- 44 Dia 3 (Tarde) – Trabalho Intermódulos: A Educação Profissional e o Desenvolvimento do Território, Avaliação e Encerramento

46 Módulo II

- 49 Dia 1 (Manhã) – Reencontro e Um Olhar Sobre os Territórios de Identidade
- 53 Dia 1 (Tarde) – Desenvolvimento e os Territórios
- 60 Dia 2 (Manhã) – Mundo do Trabalho
- 66 Dia 2 (Tarde) – Educação Profissional como Política Pública
- 73 Dia 3 (Manhã) – Plano de Ação do Conselho
- 78 Dia 3 (Tarde) – Avaliação, Certificação e Encerramento

81 ANEXOS

- 83 Anexo 1 – Concepção de educação do DIEESE
- 88 Anexo 2 – Sugestões para apresentação dos participantes
- 90 Anexo 3 – Ficha sobre Aula Dialogada
- 91 Anexo 4 – Trechos selecionados do texto Até onde vai a Participação Cidadã?
- 92 Anexo 5 – Os olhos da mosca
- 93 Anexo 6 – Trabalho Intermódulos
- 95 Anexo 7 – Ficha de Avaliação Individual
- 96 Anexo 8 – *Slides* sobre os conceitos de território, espaço, identidade e cultura
- 100 Anexo 9 – Notas sobre os conceitos de Território, espaço, identidade e cultura
- 104 Anexo 10 – Ficha do exercício Quatro Estações
- 106 Anexo 11 – O debate sobre o PIB
- 111 Anexo 12 – *Slides* sobre os Planos Nacionais de Desenvolvimento
- 117 Anexo 13 – Nordeste: heranças, oportunidades e desafios
- 124 Anexo 14 – *Slides* PED, PME, Pnad, Rais, Caged
- 126 Anexo 15 – Tabelas do Anuário da Educação Profissional da Bahia, Volume I – 2010
- 133 Anexo 16 – Educação Profissional no Brasil, trechos do livro de Sílvia Maria Manfredi
- 135 Anexo 17 – Exemplos de Territórios de Identidade fictícios

OUTROS MATERIAIS, DISPONÍVEIS APENAS NO CD-ROM

- Vídeo nº 1: *Controle e Participação Social no Plano de Educação Profissional da Bahia* e vídeo nº 2: *A Concepção da Educação Profissional na Bahia*
- O Conselho dos Centros de Educação Profissional da Bahia: caderno do conselheiro, um instrumento de ação
- Gravuras relacionadas à escravidão no Brasil
- *Plano de Ação do Conselho: Caderno de Orientações*

Esta publicação é resultado do Convênio nº 524/2008, entre a Secretaria de Educação da Bahia, por meio da Superintendência de Educação Profissional (SUPROF), e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Integra o produto 6, fase 6.2 do Plano de Trabalho, que prevê a publicação de livro com a sistematização do processo do Subprojeto I: Desenvolvimento de Metodologia de Implementação, Assessoria e Formação de Conselheiros de Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional.

O Subprojeto I teve como finalidade contribuir para a construção de espaços de participação da sociedade civil (trabalhadores, empresários e comunidade escolar, entre outros) nas decisões referentes à Educação Profissional do estado da Bahia. Com esta perspectiva, o DIEESE propôs o desenvolvimento de uma metodologia de implantação dos Conselhos nos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional (Ceteps), a prestação de assessoria para implantá-los e a capacitação dos Conselheiros.

As ações foram trabalhadas articuladamente: a metodologia desenvolvida buscou mobilizar os gestores dos Ceteps através de uma formação específica, cujo objetivo foi discutir a política e a concepção de Educação Profissional e definir as diretrizes para a implantação dos Conselhos. A assessoria à implantação orientou e monitorou este processo junto aos gestores e, à medida que os Conselhos foram sendo implantados, foram iniciados os cursos de capacitação dos Conselheiros. Durante a capacitação, os participantes debateram amplamente os objetivos, o caráter e as funções do Conselho, as atribuições e o papel dos Conselheiros, além dos princípios e valores que devem orientar sua atuação.

As atividades começaram em 2009, tendo como finalidade detalhar a execução do projeto. Foram realizadas reuniões com a equipe da SUPROF para a elaboração, em conjunto, da estratégia de desenvolvimento e dos produtos que compõem o Subprojeto I. Escolheu-se iniciar o processo de capacitação pelos gestores dos Centros de Educação Profissional, pois eles são os protagonistas do processo de implantação dos Conselhos.

Foram realizadas atividades para duas turmas, formadas por dois representantes de cada Centro, o(a) diretor(a) e o(a) vice-diretor(a) de articulação com o mundo do trabalho, totalizando 60 gestores de 35 Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. O percurso elaborado para esta capacitação serviu de base para desenvolver, posteriormente, o processo de formação dos Conselheiros.

Nessa capacitação, os gestores, especialmente os vice-diretores de articulação com o mundo do trabalho, elaboraram, no último dia do curso, um Plano de Ação para a implantação dos Conselhos. De volta aos Centros de origem, tinham como objetivo discutir e reelaborar o Plano, envolvendo os demais gestores, coordenadores e professores dos Centros, para executá-lo. Conforme a implantação dos Centros foi ocorrendo, os Conselheiros passaram a ser capacitados. No total, 232 Conselheiros de 35 Conselhos, distribuídos em sete turmas, receberam a capacitação.

Dessa forma, o que é apresentado neste Caderno do Formador é o percurso experimentado inicialmente com os gestores dos Centros, adaptado para o público-alvo formado pelos Conselheiros, quanto à abordagem e à distribuição do tempo. Este percurso também foi avaliado após a conclusão da primeira turma e reavaliado após três outras turmas terem sido realizadas.

Este Caderno visa sistematizar a experiência do processo de capacitação dos Conselheiros dos Centros de Educação Profissional executada pelo DIEESE e subsidiar e orientar outras atividades formativas que venham a ser desenvolvidas para novos integrantes desses Conselhos. Com isso, espera-se que gestores, professores e outros integrantes dos Centros de Educação Profissional e/ou dos Conselhos já implantados possam se apropriar deste instrumento, modificando-o e adaptando-o para outras situações, de forma a multiplicar a capacitação de novos Conselheiros.

OBJETIVOS DO CADERNO DO FORMADOR

A elaboração deste Caderno do Formador compreende dois objetivos que se complementam. Um deles é registrar e organizar as experiências de formação realizadas em 2009 e 2010, já relatadas na introdução.

O segundo objetivo é que este registro, na forma de uma proposta de percurso formativo, possa subsidiar os gestores, coordenadores e professores dos Centros de Educação Profissional, bem como os próprios Conselheiros que participaram destas experiências, na formação de novos membros que vierem a integrar os Conselhos.

O QUE É O CADERNO DO FORMADOR

O ponto de partida para a atividade aqui proposta é a experiência do DIEESE nas atividades de formação realizadas com membros de alguns conselhos, como os Conselhos Sindicais de Delegacias Regionais do Trabalho, entre 2004 e 2007, e as Comissões municipais e estaduais de Emprego, Trabalho e Renda, entre 2005 e 2008.

A partir das experiências realizadas com dirigentes e assessores sindicais e, em particular de formação de formadores sindicais, ao longo de toda a história do DIEESE, foi então desenvolvido um instrumento para apoiar as pessoas interessadas em preparar e coordenar atividades com essa finalidade.

Um guia de orientação foi desenvolvido para que esses formadores ou coordenadores, e também os participantes, possam planejar a construção de novos conhecimentos em atividades formativas. Este guia de orientação, chamado Caderno do Formador, registra a possibilidade de um percurso para a realização de um seminário ou curso, oferecendo sugestões que vão dos encadeamentos temáticos de conteúdo aos materiais para viabilização da atividade.

O que é apresentado por meio deste roteiro é resultado do trabalho de muitos e está em permanente mudança, seja motivado pela atualização de conteúdo, seja para o aperfeiçoamento metodológico. Dessa forma, o curso proposto por intermédio deste Caderno do Formador apresenta uma possibili-

dade de percurso e não deve ser adotado como receituário mas, sim, como uma sugestão temática e metodológica. Isto porque a estruturação de cada atividade formativa dialoga, necessariamente, com:

- a) as características e a história daqueles a quem se destina,
- b) a experiência do formador;
- c) os objetivos definidos em cada momento e;
- d) a duração definida para a atividade.

O QUE CONTÉM O CADERNO DO FORMADOR

O Caderno do Formador é construído de três partes, descritas a seguir:

Parte 1

O Caderno do Formador começa com uma conversa com os futuros formadores, ao explicitar a maneira como foi elaborado, os objetivos, a constituição, as expressões usadas no roteiro, a concepção de educação utilizada no curso, as indagações iniciais que orientaram a construção do curso, assim como as questões e os objetivos que estruturam e encadeiam cada uma das atividades formativas.

Com estas informações, pretende-se que os formadores adquiram um conhecimento amplo da atividade proposta e, assim, tenham condições para utilizar, com autonomia, a sugestão de percurso descrita na Parte 2 deste Caderno, escolhendo o que e como realizar os cursos futuros, de acordo com os interesses dos grupos a serem formados.

Parte 2

Nesta segunda parte, é apresentado o desenvolvimento detalhado das atividades formativas, contendo sugestões de:

- Objetivos;
- Desenvolvimento;
- Sugestões de leitura ao formador e aos participantes;
- Resumo das leituras sugeridas, utilizadas em aula;
- Material de apoio ao desenvolvimento da atividade.

Parte 3

Por último, estão os Anexos e outros materiais de apoio, sugeridos em cada uma das atividades formativas, podendo ser partes de textos, metodologia de aula, exercícios, slides. Os Anexos são parte deste Caderno, mas também podem ser encontrados separadamente no CD-ROM, com os demais materiais de apoio. O CD-ROM traz também a íntegra do Caderno do Formador.

Fazem parte dos materiais de apoio dois vídeos, produzidos para serem utilizados como recurso pedagógico para o percurso aqui apresentado. Ambos foram elaborados a partir de palestras do superintendente de Educação

Profissional da Bahia, Antonio Almerico Biondi Lima, realizadas em dois momentos distintos da formação aqui sistematizada.

O primeiro, editado a partir de palestra sobre *Controle e Participação Social no Plano de Educação Profissional da Bahia*, traça um breve histórico sobre a Educação Profissional no Brasil, aborda a concepção dessa modalidade de ensino que embasa o Plano de Educação Profissional da Bahia, explicitando a estratégia de gestão e controle democrático através da implantação dos Conselhos dos Centros, como forma de buscar garantir o controle social desta política.

O segundo, intitulado *A Concepção da Educação Profissional na Bahia*, aprofunda o tema, tratando também, brevemente, da história da Educação Profissional no Brasil e sua retomada nos anos 2000. Discute o significado de trabalho como princípio educativo e discorre sobre a concepção político-pedagógica presente no Plano de Educação Profissional da Bahia, analisa o desafio da formação integral do sujeito, buscando integrar a formação geral com a técnica e específica, formando o indivíduo para a vida, para exercer a cidadania, e não apenas para o mercado de trabalho. Além disso, discute os desafios para a formação dos professores como decorrência desta concepção.

Há ainda o livreto *Plano de Ação do Conselho – Caderno de Orientações*, que objetiva fornecer os elementos teóricos e conceituais da metodologia do Planejamento Estratégico Situacional (PES) e uma proposta de desenvolvimento para elaboração de um plano voltado para a ação dos Conselhos.

Por fim, encontra-se também *O Conselho dos Centros de Educação Profissional da Bahia: caderno do conselheiro, um instrumento de ação*. A publicação tem como objetivo subsidiar e orientar a ação de cada Conselheiro, contribuindo para a consolidação do Conselho como instrumento da gestão democrática da política de Educação Profissional do estado da Bahia. Ele foi desenvolvido entre maio e setembro de 2010, a partir das discussões dos participantes da formação, em sala de aula, e dos Conselheiros, nos Centros de Educação Profissional. Este Caderno é, portanto, produto da construção coletiva dos Conselheiros.

O CADERNO DO FORMADOR E SEU CONTEÚDO

O Caderno do Formador apresenta uma sugestão de percurso para o Curso de Capacitação de Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia. Para realizar este curso, a coordenação mobiliza conhecimentos sobre os temas tratados e de uma concepção formativa que oriente sua atuação. O percurso formativo não é neutro, envolve escolhas. Assim, o roteiro trata de um conteúdo que foi desenvolvido a partir de uma determinada concepção formativa.

Para utilizar o roteiro com autonomia, a coordenação dispõe da atividade completa, com os elementos e recursos da proposta, além de exemplos e escolhas experimentados pela equipe de educação do DIEESE nos cursos já realizados.

O roteiro traz algumas possibilidades ao formador, que poderá escolher quais utilizar e quais servem de referência para trabalhar na criação do seminário para um determinado grupo, com tamanho e duração determinados.

Nesse sentido, é importante conhecer o que estrutura o curso, algumas expressões utilizadas no roteiro (como objetivos, desenvolvimento, momentos, exercícios), bem como a concepção formativa que considera o participante sujeito ativo no processo de produção do conhecimento.

O roteiro permite ler o processo quando expõe os objetivos dos diferentes momentos, propõe exercícios interativos que mobilizam os participantes e sugere à coordenação que explore as possibilidades de atuação que os exercícios oferecem.

Os objetivos, definidos no início de cada atividade formativa, dizem respeito ao que se pretende em cada aula. Neste roteiro, aparecem os que foram definidos pela equipe do DIEESE que realizou os seminários, no entanto, a coordenação que conduzirá as novas atividades é incentivada a revê-los, de acordo com os interesses do grupo.

Após os objetivos, há uma sugestão de como desenvolvê-los. Para cada atividade, como parte do desenvolvimento, foram organizados momentos que se sucedem e que possibilitam a construção de um conhecimento em torno do tema do curso, qual seja: a atuação dos Conselheiros (e gestores) nos Centros de Educação Profissional na Bahia. Cada momento é entendido e trabalhado como parte de um mesmo processo de construção do conhecimento, de tal forma que as questões debatidas são retomadas e revisitadas ao longo de todo o curso.

Em cada um dos momentos das atividades, são sugeridos alguns exercícios, que podem ser tanto uma aula dialogada ou um jogo, a exibição de filme ou um trabalho em grupo, entre outras possibilidades. Em outras palavras, exercício é o que se faz, é o que o formador propõe para mobilizar os participantes e propiciar a produção de um novo conhecimento.

No que se refere ao tempo a ser dedicado a cada um dos momentos, optou-se por não especificá-lo, dado que a duração dependerá não apenas da quantidade de participantes mas, também, da ênfase definida para cada uma das atividades. A única referência é a duração total da atividade e o período em que ela foi realizada, tendo como referência as experiências do DIEESE.

Para cada atividade formativa, são sugeridas ainda referências bibliográficas para a coordenação e os participantes. Neste último caso, dependendo da forma como a atividade for pensada, o formador pode sugerir leituras antes do curso, encaminhar a compra de alguns livros a serem utilizados ou, então, indicar a leitura de algumas referências entre os módulos ou ao final de toda a atividade. Para as obras utilizadas em aula, foi elaborado um pequeno resumo.

Há ainda um item sobre *material didático e outros recursos sugeridos*, no qual foram descritos todos os materiais utilizados em aula, sejam

eles textos completos, partes de textos, tabelas, livretos, cartilhas, filmes, entre outros. Além dos recursos específicos para cada aula, são necessários outros materiais, utilizados ao longo de todo o curso: tarjetas (cartelas de papel tipo cartolina - 25 x 12 cm), pincéis atômicos, *flip chart*, papel cartaz, fita crepe, tesoura, cola, caneta e papel, além de outros que a equipe de coordenação julgue necessários, em função da atividade programada.

Finalmente, no que se refere ao ambiente, é importante que o curso aconteça numa sala que tenha um quadro grande ou outro instrumento que permita fazer anotações. Além disso, em função da forma proposta para o desenvolvimento das atividades, é conveniente que o local possua uma sala com cadeiras móveis, para viabilizar alterações no *layout* e locais para fixar cartazes, assim como outros espaços para a realização de trabalhos em grupo.

A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO QUE ORIENTA O PROCESSO FORMATIVO

A concepção de educação adotada pelo DIEESE, em consonância com a posição da entidade como produtora de conhecimento, parte de uma abordagem sócio-histórica que considera a aquisição do conhecimento um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que desejam obter não é solitária, mas, sim, social; não é direta, mas mediada.

Para que este modo de produzir conhecimento se concretize, é necessário que a relação entre objeto do conhecimento (conteúdo), sujeito do conhecimento (participantes) e formador se desenvolva de certa maneira na atividade formativa, ou seja, é preciso que a metodologia de aprendizado seja coerente com a concepção de educação.

Um seminário ou curso, na concepção de educação que orienta o trabalho do DIEESE, é sempre uma experiência formativa, tanto para os formadores quanto para os participantes, que se encontram na atividade com necessidades, experiências e conhecimentos distintos sobre o tema. O que estrutura um seminário são as possibilidades criadas para que os diferentes conhecimentos se manifestem em cada momento do processo formativo. Como se trata de um processo, os momentos não são estanques, eles vão e voltam, se inter-relacionam, dependendo de como os sujeitos movem o processo e dos eventos que nele intervêm.

Nesta concepção, o formador atua na mediação entre o conhecimento socialmente acumulado e os conhecimentos que os participantes aportam, propondo a eles exercícios que vão criando sucessivas oportunidades de interação com o objeto de conhecimento, em cada etapa da atividade.

Os exercícios foram elaborados para mobilizar o repertório dos participantes (tudo o que eles já sabem em relação àquela temática) e criar possibilidades para a coordenação atuar na relação entre o conhecimento existente no grupo e o conhecimento socialmente acumulado e formalizado.

O formador atua favorecendo a construção e não transmitindo o conhecimento formalizado, podendo expressar o que pensa, praticar a escuta, conhecer diferentes visões, formular outras perguntas.

Uma leitura de todo o curso ajuda a compreender as atuações intencionais do formador, que considera o participante um sujeito ativo no processo. E a perceber que, se o conteúdo do *Caderno do Formador* aparece fragmentado para poder ser abordado (em atividades e, dentro destas, em momentos), o que conecta, move, restitui o movimento e possibilita a produção do conhecimento pelo participante é uma determinada mediação entre o conhecido e o desconhecido, num processo de produção de conhecimento que se iniciou antes do curso e não se esgota nele.

Ou seja, cada sujeito começa o curso com um repertório, que é reelaborado ao longo da atividade formativa e que continuará a se modificar quando ele sair do seminário e voltar ao seu cotidiano (*Anexo 1 – Texto sobre A Concepção de Educação do DIEESE*).

O curso de formação de Conselheiros dos Centros de Educação Profissional

OBJETIVOS DO CURSO

O curso de Formação de Conselheiros tem como objetivo geral capacitar e formar os Conselheiros dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia para o exercício de suas atividades no âmbito do Conselho. Deste curso, decorrem os seguintes objetivos específicos:

- Sensibilizar os Conselheiros para a importância do Conselho como instrumento de gestão democrática e participativa;
- Qualificar a atuação dos Conselheiros nos Conselhos Escolares;
- Dar clareza ao papel do Conselho como instituição consultiva, mobilizadora, avaliativa e deliberativa;
- Apoiar e subsidiar com ferramentas os Conselheiros, para que eles se tornem mobilizadores sociais, internalizando a importância da atuação como mobilizador;
- Fortalecer a democracia e o controle social;
- Possibilitar que os Conselheiros se reconheçam como sujeitos sociais e políticos na construção e consolidação da Educação Profissional em cada Território de Identidade e no estado da Bahia.

DURAÇÃO DO CURSO

Para a realização do curso, como estruturado neste Caderno, a duração indicada é de seis dias, divididos em dois módulos de três dias cada, totalizando 48 horas de atividade. Entretanto, a coordenação do curso, diante das necessidades e possibilidades dos participantes, pode realizar esta atividade com uma quantidade de horas ou distribuição do tempo diferente, por exemplo, em vários encontros de meio dia, de um dia ou de dois dias, assim como seis dias seguidos.

O PERCURSO DESENVOLVIDO

Considerando os objetivos citados anteriormente, as principais questões que orientaram a construção do curso foram:

- O que os Conselheiros precisam e gostariam de saber para atuarem como atores qualificados dentro dos Conselhos?

- Quais são os conhecimentos importantes a serem construídos pelos Conselheiros para que possam refletir sobre o papel que têm e as funções do Conselho no processo de implantação e manutenção destes?

Além disso, considerando o Conselho como espaço de diálogo direto entre os atores envolvidos na Educação Profissional, ou seja, empresários, trabalhadores, poder público local, movimentos sociais organizados, estudantes, pais, entre outros, uma terceira questão foi acrescentada:

- Quais são os novos desafios dos Conselheiros, na medida em que o Conselho incorpora as entidades representativas do mundo do trabalho e do poder público local?

A partir da conversa sobre as indagações anteriores, elaborou-se uma trajetória para o Curso de Formação de Conselheiros contendo três olhares complementares, presentes ao longo de dois módulos:

- A constituição do sujeito da ação - os Conselheiros;
- Os objetos do conhecimento/temas da ação dos Conselheiros;

- O planejamento e a ação dos Conselheiros.

A seguir, é apresentado o percurso de cada um dos módulos, tendo como foco principal as questões e os objetivos a partir dos quais as atividades foram construídas e encadeadas umas às outras. Desta forma, busca-se contribuir para que o formador tenha um melhor conhecimento daquilo que estrutura e encadeia o curso e, assim, possa realizá-lo com autonomia, escolhendo o que fazer de acordo com os interesses do grupo.

Módulo I

PERCURSO DA ATIVIDADE

DIA	MANHÃ	TARDE
Dia 1	– Apresentação e Constituição do Grupo	– A Sociedade Hoje
Dia 2	– Democracia, Participação Política e Conselhos	– Trabalho e Educação
Dia 3	– A Educação Profissional na Bahia e o Controle Social	– Trabalho Intermódulos: A Educação Profissional e o Desenvolvimento do Território – Avaliação e Encerramento

A trajetória do Curso de Formação de Conselheiros é iniciada a partir de um de seus olhares, que é a “constituição do sujeito da ação”. Neste

caso, trata-se da possibilidade de os Conselheiros se reconhecerem como um dos sujeitos da ação no espaço da discussão, produção e implantação de políticas públicas sobre Educação Profissional. Além disso, dado que a implantação dos Conselhos é uma experiência recente, considera-se que o sentimento de pertencer a este novo grupo ainda não foi realizado. Assim, busca-se, com esta atividade inicial, possibilitar a constituição do grupo.

Para tal, já na apresentação dos participantes, sugere-se uma série de agrupamentos que, ao final, possibilita que todos eles se reúnam num único núcleo, que tem como elemento comum o fato de serem Conselheiros. Nesta vivência, ressalta-se que, apesar de os participantes fazerem parte de diversos grupos na vida, o que os une, no momento do curso, é o fato de serem Conselheiros, sendo esta a identidade a ser trabalhada durante a atividade.

Em seguida, o exercício proposto solicita que os Conselheiros, já constituídos como grupo, falem sobre suas impressões em relação aos Conselhos dos quais fazem parte. Tais impressões são discutidas e registradas num local visível, de forma que, no decorrer dos debates, ao longo de todo o curso, os participantes possam olhar novamente e reconstruir a visão que tinham dos Conselhos, sobretudo na avaliação do Módulo I.

Após esse primeiro olhar para um ator social específico, ou seja, os Conselhos, é proposta uma ampla discussão sobre *A Sociedade Hoje*. Nessa atividade, a finalidade é reconstituir a totalidade, isto é, olhar para a sociedade considerando todos os atores sociais nela envolvidos, bem como seus interesses, relações, valores e necessidades. Com isso, busca-se entender a sociedade capitalista como uma organização social que se caracteriza pela existência de atores sociais que têm interesses em disputa.

A partir dos elementos apontados para identificar as instituições, atores e questões da sociedade brasileira atual, estimula-se, em seguida, o debate sobre as possíveis relações entre estes atores sociais e o Estado, identificando o papel desempenhado por este ator, considerando seus diferentes níveis, formas e esferas. O objetivo principal é possibilitar a compreensão do Estado, em particular o brasileiro, como expressão e resultado dos interesses e disputas presentes na sociedade.

Ainda com foco na “constituição do sujeito da ação”, a atividade seguinte, *Democracia, Participação Política e Conselhos*, tem como o objetivo central refletir sobre o papel dos Conselhos. Isso possibilita aos Conselheiros conhecer as diversas formas de Conselho ao longo da história e, sobretudo, o papel destes na ampliação dos espaços de participação política da sociedade civil. Tendo como foco o contexto brasileiro de democracia representativa, rediscute-se o papel dos “sujeitos da ação”, os Conselheiros, como gestores de políticas públicas sobre Educação Profissional, mas também como protagonistas na construção da democracia no Brasil.

As discussões realizadas até o momento também têm a intenção de ressaltar aos participantes as oportunidades do contexto atual para a construção de um novo modelo de Estado, capaz de absorver uma maior repre-

sentação das forças populares nas esferas de formulação e decisão política, capaz, ainda, de formular um novo modelo de desenvolvimento para o país e, portanto, para os Territórios de Identidade, tema que será discutido no Módulo II.

Em seguida, o foco do curso recai sobre os temas da ação dos Conselheiros, ao se relacionar o sujeito a seus objetos de ação e discussão. Neste caso, trata-se da discussão de duas questões que fazem parte do trabalho cotidiano dos Conselheiros: *Trabalho e Educação* e *A Educação Profissional na Bahia e o Controle Social*.

Considerando que o Conselho tem como função “consolidar a gestão democrática das unidades de Educação Profissional, estabelecendo relações de compromisso entre a escola e o mundo do trabalho, visando à adequação entre a demanda e a oferta de educação profissional”¹, a atividade sobre *Trabalho e Educação* visa discutir essa relação, aprofundando as ambiguidades entre estas duas atividades fundamentais e complementares para o ser humano. A partir do olhar para os jovens que serão formados, os participantes são convidados a debater e a formular propostas, mesmo que preliminares, para os Centros de Educação Profissional, considerando a relação entre trabalho e educação nos dias de hoje.

Tendo em vista as propostas para os jovens estudantes, a atividade *A Educação Profissional na Bahia e o Controle Social* possibilita dar continuidade à conversa sobre o objeto da ação dos Conselheiros, ao tratar das características da concepção da Educação Profissional na Bahia: uma educação integral, com vistas a formar o estudante para além dos conteúdos estritamente técnicos de sua futura profissão, formando-o para a vida e não somente para o mercado de trabalho. Possibilita, ainda, retomar a constituição do sujeito Conselheiro, ao discutir as funções, atribuições e princípios norteadores da atuação do Conselho, bem como sua natureza como instrumento que proporciona o controle social da política.

As questões tratadas nesta atividade dependerão da constituição de cada grupo, assim como do momento em que se encontra o Conselho. Por exemplo, se for um grupo constituído por Conselheiros que já exercem a função há algum tempo, se estiverem presentes todos os Conselheiros de um único Conselho, ou se for um Conselho recém-criado.

Para finalizar o Módulo I, encaminha-se um *Trabalho Intermódulos*, que pretende mobilizar os Conselheiros na reflexão a respeito do desenvolvimento de seus Territórios de Identidade, a partir da seguinte indagação: como a Educação Profissional pode contribuir para o desenvolvimento do Território?

A resposta a esta indagação, assim como às outras questões sugeridas para os participantes discutirem no *Trabalho Intermódulos*, contribuem para que os Conselheiros conheçam melhor seus Territórios, considerando os principais desafios e potencialidades, bem como os outros atores sociais que também têm interesse no desenvolvimento do Território.

1. Extraído da publicação *O Conselho dos Centros de Educação Profissional da Bahia: Caderno do Conselheiro* (DIEESE, 2011).

Finalmente, realiza-se a avaliação deste Módulo, a partir de duas perspectivas. Uma, individual, possibilita que cada pessoa possa refletir sobre o vivido e fazer críticas, sugestões ou indicar aprovações, preenchendo uma ficha de avaliação. Outra, retoma o início do curso, quando os participantes formaram grupos por Conselho, sendo solicitado que revisitem a primeira ideia que tinham sobre o Conselho, trazendo para a conversa em plenário a impressão atual, após a vivência do processo formativo.

Módulo II

PERCURSO DA ATIVIDADE

DIA	MANHÃ	TARDE
Dia 1	<ul style="list-style-type: none"> - Reencontro - Um olhar sobre os Territórios de Identidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolvimento e os Territórios
Dia 2	<ul style="list-style-type: none"> - Mundo do Trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Educação Profissional como Política Pública
Dia 3	<ul style="list-style-type: none"> - Plano de Ação do Conselho 	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação - Certificação - Encerramento

O Módulo II é iniciado com o acolhimento do grupo e uma conversa sobre como foi o processo de elaboração do *Trabalho Intermódulos*. É solicitado aos participantes que relatem o que foi feito por cada Conselho, considerando não apenas o resultado do trabalho, mas também o processo. A importância do relato do processo está na possibilidade de explicitação, para a coordenação, de alguns dos desafios enfrentados pelo Conselho. Quanto ao conteúdo do *Trabalho Intermódulos*, este será resgatado e utilizado em todas as discussões deste Módulo e, em especial, na elaboração do Plano de Ação do Conselho.

As atividades seguintes – *Um olhar sobre os Territórios de Identidade* e *Desenvolvimento e os Territórios* – darão continuidade às discussões iniciadas no Módulo I e no *Trabalho Intermódulos*, tendo como base a ação dos Conselhos. A pergunta que se quer responder, ao longo dessas atividades, é: quais elementos devem ser considerados para se pensar o desenvolvimento de um Território de Identidade? Desta forma, o debate será realizado em torno da temática do Território de Identidade e seu desenvolvimento.

A atividade *Um olhar sobre os Territórios de Identidade* é iniciada a partir dos conceitos de identidade e territorialidade, destacando-se a forma como a identidade territorial vai se construindo ao longo de um processo social e histórico. Esta concepção de Território diferencia-se, por sua vez, de ou-

tras anteriormente propostas, que tinham como foco as divisões econômicas ou geográficas. A construção do Território de Identidade amplia essas dimensões, ao considerar o agrupamento identitário municipal formado de acordo com critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos.

Nesta discussão, o *Território de Identidade* é considerado como um espaço historicamente produzido, cujo desenvolvimento é compreendido como resultado de um processo de construção social e histórico que se dá no jogo político entre os diversos atores sociais, como discutido na atividade sobre a *A Sociedade Hoje*. Além disso, se o Território inclui uma diversidade de dimensões, a noção de desenvolvimento também deve considerá-las.

Na aula *Desenvolvimento e os Territórios*, em diálogo com as discussões anteriores, busca-se construir, com os participantes, uma noção de desenvolvimento que não seja sinônimo de crescimento econômico, senso comum entre as pessoas, mas que inclua outras dimensões da realidade, como a social, política, institucional, educacional, cultural, territorial e ambiental. Uma noção que considere ainda a relação entre as dimensões territoriais – nacional, regional e local. Isto porque os Conselheiros dos Centros Territoriais têm uma atuação nos Territórios, mas que deve estar em diálogo com as propostas de desenvolvimento para outras dimensões territoriais.

A seguir, a partir da construção da noção de Território e desenvolvimento, as questões sugeridas para a atividade *Mundo do Trabalho*, que ainda tem como objetivo conhecer melhor os Territórios, são: o que é o mundo do trabalho? Quais são as principais características do mundo do trabalho nos Territórios de Identidade da Bahia?

Com essas questões mobilizadoras, os participantes são convidados a entrar no debate sobre o mundo do trabalho, em diálogo com as discussões anteriores sobre Territórios e desenvolvimento. Busca-se, dessa forma, melhor compreender as características do emprego na sociedade brasileira para, então, olhar novamente os Territórios e identificar as especificidades do mundo do trabalho nesses espaços.

Ressalta-se ainda que o mundo do trabalho, assim como o mercado de trabalho, não são estáticos e nem definidos naturalmente. A dinâmica deles é o resultado da interação e da disputa entre os diversos atores, nos diferentes momentos históricos, como visto na atividade *A Sociedade Hoje*. O processo de interação entre os atores é visto como a força primordial que gera as configurações específicas das relações de trabalho, sendo essa a interação que definirá sua evolução futura. Dessa forma, os Conselheiros são convidados a discutir e a compreender a importância de uma política pública de Educação Profissional na conformação futura do mercado de trabalho nos Territórios.

A atividade formativa sobre *Educação Profissional como Política Pública* é a última discussão a ser realizada neste curso, antes da construção do planejamento da ação do Conselho. Nesse sentido, ela concretiza os objetivos principais do curso, que são os de refletir e discutir sobre o papel do Conselho no desenho e na realização da política de Educação Profissional do es-

tado da Bahia, possibilitando, ainda, que os Conselheiros se reconheçam como atores dentro dos Conselhos.

Assim, a partir do resgate de toda a discussão realizada ao longo dos dois módulos, bem como do objetivo do curso, a conversa visa a ressaltar os Conselhos como agentes da ação de uma política pública que articula trabalho, educação e desenvolvimento. Isto é, pretende-se construir um olhar para a Educação Profissional como política pública, que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento social, econômico, político-institucional e ambiental dos Territórios.

Ao mesmo tempo, explicita-se a Educação Profissional como um campo que envolve a disputa de interesses entre os diversos atores sociais, com concepções diferentes, e às vezes conflitantes, a respeito do papel e do lugar do trabalho, da educação, do Estado e do desenvolvimento. Essa discussão será aprofundada na atividade seguinte, *Plano de Ação do Conselho*, quando os três olhares que constituem a trajetória deste curso são realizados, ou seja, a relação entre o sujeito da ação, o objeto da ação e a ação propriamente dita.

Para tal, são discutidos alguns elementos básicos sobre a metodologia de Planejamento Estratégico Situacional e, em seguida, realiza-se um exercício que propõe aos Conselheiros, considerando a experiência do *Trabalho Intermódulos*, elaborar um diagnóstico do mundo do trabalho de um Território fictício. A partir desse diagnóstico, os participantes identificam, ainda, as demandas de Educação Profissional, elegem prioridades e, finalmente, elaboram um plano de ação para o enfrentamento dessas prioridades. Constitui-se, desta forma, a relação entre o conhecimento e a ação, isto é, a relação entre os temas discutidos até o momento e a ação presente e a futura.

Finalmente, como última atividade, é proposta uma avaliação dos participantes de todo o processo vivenciado, a certificação e o encerramento do curso. Assim como no Módulo I, há a avaliação individual, por meio da ficha, e uma proposta para a avaliação em grupo, para discutir o curso como um todo e redigir, na forma de uma carta dirigida a um próximo Conselheiro que virá, a avaliação dessa experiência formativa.

Desenvolvimento das atividades formativas

A segunda parte do Caderno do Formador detalha todas as atividades formativas. Em cada uma delas são sugeridos:

- Objetivos, isto é, o que se pretende com a aula a ser realizada;
- Desenvolvimento da atividade formativa, contendo o detalhamento de cada um dos momentos, com exercícios, tópicos para as aulas dialogadas e trabalhos em grupo;
- Sugestão de leituras para que a coordenação possa preparar a atividades, bem como indicar textos aos participantes, antes, durante ou após o curso;
- Resumos das leituras sugeridas no desenvolvimento da atividade;
- Materiais didáticos e outros recursos utilizados no desenvolvimento da aula.

MÓDULO I

PROGRAMA

DIA	MANHÃ	TARDE
Dia 1	– Apresentação e Constituição do Grupo	– A Sociedade Hoje
Dia 2	– Democracia, Participação Política e Conselhos	– Trabalho e Educação
Dia 3	– A Educação Profissional na Bahia e o Controle Social	– Trabalho Intermódulos: A Educação Profissional e o Desenvolvimento do Território – Avaliação e Encerramento

DIA 01 – MANHÃ**APRESENTAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO GRUPO****Objetivos:**

- Conhecer os integrantes do grupo, o Conselho e Centro de origem a que pertencem;
- Possibilitar que o grupo se constitua e que os Conselheiros se reconheçam como representantes dos Conselhos.

Desenvolvimento:

- Momento 1: Apresentação dos participantes e da equipe;
- Momento 2: Construção do perfil do grupo;
- Momento 3: A constituição do sujeito da ação – o Conselho.

Momento 1:**Apresentação dos participantes e da equipe**

Na abertura dos trabalhos, o formador recebe os participantes, apresenta a equipe responsável pelo seminário e sugere uma forma para que se apresentem, procurando criar um ambiente descontraído e acolhedor. A apresentação, mesmo quando todos já se conhecem, é o primeiro momento de entrosamento do grupo na atividade que se inicia (*Anexo 2 – Sugestões para apresentação dos participantes*). Nesse caso, está sugerida uma apresentação que já traz a questão da constituição do sujeito, isto é, que possibilita aos Conselheiros se reconhecerem como um dos atores da ação no processo de discussão e implantação de políticas públicas sobre Educação Profissional.

O tempo a ser dedicado à apresentação dependerá do tamanho do grupo e da programação elaborada pela coordenação da atividade.

Para começar, sugere-se uma abertura oficial e as boas-vindas, seguidas da apresentação da equipe que vai coordenar a atividade. Em seguida, cada participante se apresenta dizendo, por exemplo: nome, profissão e cargo, de onde vem (centro, cidade e Território de Identidade), e qual segmento representa.

Momento 2:**Construção do perfil do grupo**

A coordenação pode começar a construção do perfil do grupo sugerindo diferentes maneiras de agrupamento, possibilitando que os participantes possam se conhecer melhor.

Após solicitar a todo o grupo que ocupe o centro da sala ou outro espaço onde seja possível todos estarem juntos, o formador demanda que os participantes:

- Agrupem-se considerando o sexo: homens de um lado, mulheres de outro;
- Formem grupos por idade: até 25, de 26 a 30, de 31 a 35, mais de 35, lembrando que os intervalos devem ser adequados ao grupo;
- Por escolaridade: até ensino fundamental, ensino médio, superior;
- Por estado civil;
- Por alguma vestimenta da mesma cor (por exemplo, cor da blusa, cor da calça etc.);
- Tipo de calçado (tênis, sandália, sapato etc.);
- Por time de futebol;
- Por cor dos olhos, e assim por diante.

As opções são amplas. De uma forma geral, sugere-se começar por agrupamentos de identificação mais fácil, por meio de características concretas como sexo, idade e escolaridade, por exemplo. Depois, pode-se ir introduzindo pedidos de agrupamentos mais subjetivos, como time de futebol, cor preferida, entre outros. Vale ressaltar que o importante é sempre a identificação entre os participantes, de forma que a coordenação não corrija a escolha realizada, podendo, entretanto, questionar: “é aí mesmo que você se coloca?”

Cada vez que os participantes se agrupam, é importante que os dados sejam anotados pela equipe de coordenação, de forma a visualizar, ao final, o perfil do grupo. Além disso, a cada agrupamento, o formador vai comentando os dados anotados. Ao final da análise, é importante que a coordenação ressalte que os agrupamentos podem se constituir de várias maneiras, mas que, para este curso, o que os une é o fato de serem Conselheiros. É esta a identidade do grupo que será trabalhada durante o curso.

EXEMPLO DE PERFIL DO GRUPO

Sexo:	Homens: 16	Mulheres: 14	
Idade:	- 25 anos: 8 + 35 anos: 6	26 a 30 anos: 12	31 a 35 anos: 4
Escolaridade:	até fundamental: 10	ensino médio: 8	ensino superior: 12
Estado civil:	casados: 20	solteiros: 8	viúvos: 2
Segmento:	gestores: 3 família: 3 empresários: 4	professores: 6 funcionários: 2 poder público local: 3	estudantes: 4 trabalhadores: 5

Em seguida, é solicitado aos participantes que se agrupem por Territórios de Identidade, isto é, por Centros. Após a formação dos grupos, é solicitado que cada Conselho apresente, rapidamente, algumas informações que

o formador considera relevantes para o grupo em questão. Ou seja, as questões a serem trabalhadas dependem da constituição do grupo que estará sendo formado. Por isso, é interessante que a coordenação elabore-as na preparação do curso. Algumas sugestões de questões são:

- Há quanto tempo o Conselho foi constituído?
- Já houve alguma reunião? Se sim, quantas?
- Quem já participava do Colegiado Escolar?

Vale explicitar ao grupo que esta é apenas uma primeira conversa sobre o Conselho, dado que as questões solicitadas serão discutidas e rediscutidas ao longo de toda a atividade.

O último agrupamento tem como objetivo formar apenas um grupo, constituindo assim uma identidade única. Para tal, a orientação dada pela coordenação é: formem grupos separando aqueles que são e os que não são membros dos Conselhos. O formador pode comentar que o que dá identidade àquele grupo é o fato de todos serem Conselheiros de Conselhos de Centros de Educação Profissional da Bahia.

Momento 3:

A constituição do sujeito da ação: o Conselho

Partindo da identidade do grupo, isto é, do fato de todos os participantes serem Conselheiros, o formador solicita, retomando a divisão dos participantes por Conselhos, que conversem sobre a seguinte indagação:

• O que é o Conselho para vocês? Ou, O que tem sido o Conselho para vocês?

Anuncia ainda que os grupos receberão uma folha de papel grande (papel cartaz, por exemplo) e pincéis coloridos para que possam apresentar o resultado da conversa em um desenho, algumas palavras, algumas frases, um gráfico, entre outras possibilidades.

O objetivo principal da coordenação, com esse trabalho em grupo, é saber qual a primeira impressão que os Conselheiros têm em relação ao Conselho.

Ao término do trabalho, o formador solicita que cada grupo apresente um relato. Todos os trabalhos podem ficar afixados de forma a serem visualizados durante o curso.

Em seguida, o formador apresenta a proposta de trabalho da atividade formativa - o programa -, estabelecendo, ainda, se necessário, definições em relação aos horários, uso de celulares e outras informações importantes. É importante abrir espaço para esclarecimentos neste momento, pois estas regras de convivência precisam ser lembradas por todos os presentes, especialmente quando a atividade for desenvolvida em regime de imersão, em um hotel, por exemplo.

Objetivos:

- Refletir sobre a sociedade em que vivemos e suas principais características: capitalista, brasileira, em vias de desenvolvimento, situada no hemisfério sul, no século XXI.
- Compreender a sociedade não como algo natural, mas sim, como uma construção social e histórica, que se caracteriza pela existência de instituições e atores sociais, cada qual com os próprios interesses, valores e necessidades;
- Possibilitar que os Conselheiros se vejam como membros de um coletivo nessa sociedade e reconheçam o papel desempenhado pelo Conselho na construção e na transformação dessa sociedade;
- Identificar o papel desempenhado pelo Estado brasileiro, nos diferentes níveis, formas e esferas.

Desenvolvimento:

- Momento 1: A Sociedade Hoje
- Momento 2: A Sociedade e o Estado

Momento 1:

A sociedade hoje

A discussão sobre *A Sociedade Hoje* é um eixo condutor para o desenvolvimento de todo o curso. Assim, a construção desse conhecimento não termina neste momento, mas será enriquecida, mudada, retomada e rediscutida até o fim da atividade. Isso porque, a todo momento, haverá referência aos atores sociais e às relações, ações e aos interesses, diferentes olhares e projetos deles nessa sociedade, sobretudo no que se refere às políticas públicas sobre Educação Profissional.

Dessa forma, a sociedade será sempre referida como uma construção social e histórica, assim como a definição de Território de Identidade, de desenvolvimento, de mercado de trabalho ou de política pública.

Além disso, essa atividade inicial permite que o grupo comece a discussão partindo do que pode ser chamado de “totalidade”, ou seja, a sociedade atual, constituída pelos diversos atores e os interesses deles. A partir dessa “totalidade”, as atividades seguintes podem ter foco num único ator, ou numa única ação desse ator, justamente porque já foram discutidas e compreendidas as relações existentes.

Para a realização dessa discussão, inicia-se uma conversa sobre o que caracteriza a sociedade em que vivemos, solicitando que os participantes expressem suas ideias. O formador deve anotar as respostas no quadro e

dialogar sobre o que caracteriza essa sociedade: capitalista, brasileira, em vias de desenvolvimento, situada no hemisfério sul, no século XXI, entre outras.

Em seguida, é proposto um exercício para representar a sociedade atual, com essas características, por meio de materiais concretos. Os participantes são divididos em grupos com, aproximadamente, o mesmo número de pessoas. Cada grupo irá refletir sobre o que estrutura a sociedade brasileira atual. Mais do que isso: o que há de essencial nesta sociedade (instituições, poderes, organizações), sem o qual ela não teria as mesmas características.

Para este trabalho, podem ser sugeridas algumas questões que servem como orientação para a conversa, ressaltando que elas não devem e não precisam ser respondidas uma a uma:

- O que caracteriza a sociedade brasileira no momento atual?
- Quais as principais questões/problemas?
- Quais as instituições que estruturam essa sociedade?
- Quais os principais atores sociais?
- Qual a relação entre esses atores?
- Quais interesses esses atores representam e quais relações são estabelecidas entre eles?

É disponibilizado aos grupos um conjunto de materiais concretos para serem utilizados nessa representação, como cartolinas de diversas cores, tesoura, cola, canetas e lápis coloridos, peças de Lego ou de outro jogo, novelos de lã e de barbante, cliques, balões de encher, copos descartáveis, ou seja, o que o formador tiver disponível, além de papel cartaz para servir de base para a construção da representação da sociedade.

Cada grupo faz a discussão e constrói uma forma para representar o resultado dessa conversa, naquilo que ela tem de essencial. Em outras palavras, é necessário que no relato apareçam as instituições, atores, relações e questões que realmente estruturam a sociedade brasileira atual. É importante que todos os resultados dos trabalhos em grupo possam ser vistos ao longo do Módulo I, já que diversas discussões terão a sociedade como “pano de fundo”.

Ao final, é solicitado que cada grupo apresente o trabalho. Durante as apresentações, a equipe de coordenação pode ir sistematizando as falas no quadro, de forma que todos possam vê-las. Após as apresentações, abre-se espaço para que os participantes façam comentários, perguntas ou solicitem esclarecimentos.

Nessa conversa, o formador pode levar os participantes a justificarem o que relataram como estruturante dessa sociedade, ou seja, aquilo (instituições, atores, relações e questões) que, se for excluído ou alterado radicalmente, faz com que a sociedade não seja mais capitalista, em vias de desenvolvimento, contemporânea e brasileira. Uma forma de conduzir esta etapa é através do questionamento daquilo que foi, ou não, relatado pelos grupos, a partir de algumas perguntas, por exemplo: por que a Escola foi colocada como uma instituição estruturante? Por que o Estado foi relatado como um ator social importante?

E o Sindicato, por que não foi pensado como um ator social relevante? Por que a questão da pobreza não foi relatada pelos grupos?

Desta forma, ao mesmo tempo em que a coordenação demanda aos participantes que expliquem o que foi ou não objeto de discussão, indaga sobre alguma instituição, ator social ou questão relevante que não tenha sido ressaltado pelos grupos. Neste caso, é importante que a conversa inclua, por exemplo, a escola, o sindicato, a família, o Estado, o capital, os movimentos sociais, ou seja, todos os atores e instituições que fazem parte da ação e relação dos Conselheiros. Essas instituições e atores podem ser pensados, ainda, a partir de suas relações e formas de organização, considerando necessidades, interesses, forças, valores, entre outros.

Momento 2:

A sociedade e o Estado

A partir das discussões sobre a sociedade atual, o formador retoma os pontos relativos às instituições identificadas pelos participantes e desenvolve uma breve aula dialogada (*Anexo 3*) sobre as relações entre a sociedade e o Estado.

O objetivo principal é buscar identificar o papel que o Estado desempenha na regulação do processo de produção e reprodução social, político e cultural, tanto como responsável pela produção de determinados bens e serviços, como pela função de regulação e de planejamento econômico. Também pode ser discutida, brevemente, a trajetória histórica do Estado como instituição capitalista, bem como as conquistas dos direitos dos cidadãos nas sociedades capitalistas.

Em seguida, considerando que o foco principal é a conversa sobre o Estado brasileiro, é interessante falar sobre os diferentes momentos históricos pelos quais a sociedade brasileira atravessou: República Velha, Estado Novo, os breves períodos democráticos do século passado, a ditadura militar e o processo de redemocratização experimentado nos últimos 25 anos.

Se o tempo permitir, é possível, ainda, debater com os participantes os problemas relativos ao papel desempenhado pelo Estado no decorrer das crises do capitalismo, como as experiências socialistas no final do século XX e na primeira década do século XXI.

A proposta da conversa sobre a sociedade e o Estado, nesse primeiro dia do curso, é destacar as oportunidades do momento atual para a construção de um novo modelo de Estado, capaz de absorver maior representação das forças populares nas esferas de formulação e decisão política e, ainda, de formular um novo modelo de desenvolvimento para o país, tema que será discutido no Módulo II.

Para finalizar, é interessante lembrar que a Educação é uma atividade de natureza pública e, portanto, uma função que cabe ao Estado prover para toda a sociedade. Esta será a discussão abordada na próxima atividade, bem como na aula sobre *Educação Profissional e Política Pública*, no Módulo II, quan-

do serão retomadas as instituições e os atores sociais, assim como as principais questões e problemas presentes na sociedade atual. Desta forma, sugere-se que o formador sistematize as discussões deste momento para poder retomá-las ao longo do curso.

Sugestões de leituras ao formador:

- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- BEAUD, M. **História do capitalismo**: de 1500 até os nossos dias. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Estado, sociedade civil e legitimidade democrática. **Lua Nova** - Revista de Cultura e Política, n. 36, 1995. p. 85-104.
- FIORI, J. L. **O vôo da coruja**: uma leitura não liberal da crise do Estado Desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos**: o breve século XX. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- HUBERMAN, L. **A história da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 2. ed., 1986.

Material didático e outros recursos sugeridos:

- Materiais diversos para montagem da representação: lã, clipes, tesoura, cola, copo plástico, pincel atômico, fita crepe, lápis de cor, cartolina, balões, peças de Lego ou outro jogo, papel cartaz para servir de base, entre outros.

Objetivos:

- Realizar uma reflexão sobre o alcance da democracia representativa e sua relação com as diferentes formas de participação política;
- Iniciar uma discussão sobre o papel dos Conselhos na ampliação dos espaços de participação política da sociedade civil, tendo em vista o processo recente de construção da democracia no Brasil;
- Rediscutir o papel dos sujeitos da ação com foco nos Conselhos e histórico deles;
- Possibilitar que os participantes compreendam os Conselhos não apenas como gestores das políticas de Educação Profissional, mas também como sujeitos políticos na construção da democracia no Brasil.

Desenvolvimento:

- Momento 1: Participação política, democracia representativa e participativa;
- Momento 2: Os Conselhos e a participação política na democracia;
- Momento 3: Os Conselhos dos Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional da Bahia.

Momento 1:

Participação política, democracia representativa e participativa

Para iniciar esta aula, é interessante retomar a discussão sobre a sociedade e o Estado, enfatizando alguns pontos:

- As principais características da sociedade em que vivemos;
- As instituições que estruturam essa sociedade, os atores sociais e os interesses deles;
- Os conflitos de interesses;
- As desigualdades sociais;
- O Estado e o governo;

Após essa recuperação, a coordenação propõe algumas perguntas para iniciar um debate sobre o significado da democracia:

- O que é democracia?
- O que caracteriza a democracia?
- Como funciona uma democracia?

A partir das respostas dos participantes, inicia-se uma aula dialogada sobre o tema, considerando a sugestão de leituras para a equipe de coordenação. Algumas abordagens possíveis para essa discussão são:

- A democracia é uma forma de organização do Estado, que se caracteriza pela: a) distinção de poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário; b) soberania do povo; e c) liberdade e direitos;

- Os tipos de democracia, ao longo da história, foram a Direta (na Grécia, por exemplo) e a Indireta e representativa (observada na sociedade capitalista);

- Na democracia representativa, o principal meio é o voto. Entretanto, esta é apenas uma forma de decisão, pois há outras maneiras de participação política como, por exemplo: a) protestos e as manifestações, b) desobediência civil e c) os Conselhos.

Tendo como o foco da discussão a sociedade brasileira, ou melhor, a democracia representativa no Brasil, a coordenação ressalta que este é um país que tem um Estado Democrático de Direito, conforme previsto na Constituição de 1988, e sugere a seguinte questão para dar continuidade ao debate:

- Pode existir “Governo do Povo” sem participação?

Após as manifestações dos participantes, passa-se à leitura, em plenário, do trecho (*Anexo 4*) do texto *Até Onde vai a Participação Cidadã?*. Segue-se um debate com os participantes, que tem como objetivo compreender a relação entre a democracia representativa e a democracia participativa no Brasil, que será melhor desenvolvida no momento seguinte.

Momento 2:

Os conselhos e a participação política na democracia

Para a realização da discussão sobre os Conselhos e a participação política na democracia, é sugerido um trabalho em grupo, no qual será solicitado aos participantes que leiam o texto de Maria do Carmo A. A. Carvalho, publicado no Boletim Repente nº 4, do Instituto Pólis, *Conselhos: O que são e para que servem*, e discutam:

- Quais as três principais características de um Conselho?

A depender do tempo disponível para a realização dessa atividade, o trabalho em grupo pode ser realizado de duas maneiras:

a) se o tempo for curto, podem ser formados grupinhos de “cochicho”. Estes grupos têm entre três e quatro pessoas que estejam próximas e não precisem sair do lugar, mas apenas aproximar as cadeiras;

b) caso haja mais tempo para o trabalho, em torno de uma hora, então podem ser formados grupos maiores, entre cinco e oito pessoas, que se reunirão em locais distintos.

Os grupos são avisados que, após a leitura e discussão do texto, é necessário fazer um relato sucinto do trabalho – uma palavra, um conceito ou uma frase curta – em três tarjetas/cartelas. Será uma cartela para cada característica do Conselho. Essas tarjetas/cartelas serão coladas em um grande cartaz

(papel cartaz), ou numa parede da sala, de forma que todos possam enxergá-las.

Na sequência, a coordenação lê em plenária todas as respostas, podendo problematizar e indagar sobre algumas questões e alguns conceitos e, em seguida, inicia uma aula dialogada sobre Conselhos.

Para esta conversa sobre os tipos de Conselhos existentes ao longo da história recente, uma possibilidade é fazer uma leitura coletiva de trechos do texto *Conselhos Gestores e participação popular*, de Maria da Glória Gohn, indicado como material didático (GOHN, 2003, p. 65 a 69).

Após a leitura, por meio de diálogo com os participantes, o formador pode abordar os seguintes aspectos históricos e conceituais dos Conselhos:

- Os Conselhos Revolucionários (Soviets, Comuna de Paris e na Espanha, em 1936) surgem com o objetivo de substituição do Estado, controle da produção, tomada do poder e constituição de uma nova ordem e uma nova representação política;

- Os Conselhos Operários (Espanha, Iugoslávia, Polônia, Hungria, Turim, Alemanha), surgem com a proposta de autogestão das empresas, organização de milícias contra o capitalismo ou como organização por local de trabalho;

- Os Conselhos Urbanos ou Representativos são uma forma de organização coletiva que têm como fim reduzir o conflito direto, além de garantir a abertura de espaço institucional para ampliar a participação da população. Objetivam, ainda, fazer pressão por demandas e pela descentralização administrativa. Alguns exemplos de Conselhos Representativos são: colegiado escolar, conselho de moradores, comissões municipais e estaduais de emprego, todos os conselhos gestores de políticas públicas e o conselho escolar.

Como o foco da discussão são os Conselhos no Brasil, é também importante ressaltar os tipos de Conselhos Participativos existentes:

- Conselhos Gestores: políticas focalizadas, programas de governo (Merenda, Crédito, Ensino Fundamental e Qualificação Social e Profissional)

- Conselhos Temáticos: direitos e comportamentos (direitos humanos, violência, discriminação, mulher, negro)

- Conselhos de Políticas Setoriais que elaboram, implantam e controlam as políticas públicas (Saúde, Cultura, Educação, Trabalho)

Em síntese, pode-se dizer que os Conselhos são criados por lei, regidos por regulamentos, aprovados em plenário e referendados pelo Executivo. Os Conselhos podem ser entendidos como espaços de deliberação partilhada entre o Estado e a sociedade, isto é, como uma esfera pública ampliada, uma extensão do Estado. Cria-se, dessa forma, uma nova institucionalidade, com reflexos em diversas questões como: autonomia; revogabilidade do mandato; imperatividade do mandato; representatividade; legitimidade; caráter deliberativo e debate com a sociedade.

Para finalizar esta etapa, pois o assunto estará presente ao longo de toda a atividade, sugere-se a distribuição e leitura em plenária do *Anexo 5 - Os Olhos da Mosca*.

A utilização desse texto tem como objetivo construir uma analogia entre o olho da mosca – composto de diversos pontos para compor o olhar e constituir uma imagem completa – e o Conselho – sendo este um espaço composto por diversos olhares e interesses que constroem uma visão comum, de todo o Conselho, sem perder, no entanto, cada olhar, isto é, a especificidade, os valores e a visão de cada ator ou segmento nele representado.

Sugestões de leitura ao formador:

- ARENDT, H. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BAVA, S. C. A construção democrática e o futuro. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, Ano 2, n. 7, fev. 2008, p. 4-5.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: UnB; Imprensa Oficial, 5. ed., 2003.
- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 65-69.
- TEIXEIRA, A. C. Até onde vai a participação cidadã?. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, Ano 2, n. 7, fev. 2008, p. 6-7.

Material didático e outros recursos sugeridos:

- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. **Conselhos**: o que são e para que servem. São Paulo/SP: Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais. Boletim “Repente - Participação Popular na Construção do Poder Local”, nº 4. Dezembro de 1998. Disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/987/987.pdf>. Acesso em 02 jul.2012.
- **FILO arthropoda**: resumo, 10 jun. 2007. Postado por Jerry Borges. Disponível em: <http://superlimites.blogspot.com/> . Acesso em: 14 maio 2012.
- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 65-69.
- INSTITUTO PÓLIS. **Repente**: política pública como garantia de direitos: participação popular na construção do poder local, São Paulo: Pólis, n. 26, dez. 2006.
- TEIXEIRA, A. C. Até onde vai a participação cidadã?. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, Ano 2, n. 7, fev. 2008, p. 6-7.

Resumos dos textos utilizados na atividade:

- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 65-69.

Resumo: A autora contextualiza a formação de Conselhos na história da Humanidade, diferenciando-os, a partir de suas características, entre: revolucionários, populares, gestores e comunitários. Em seguida, atém-se às particularidades dos Conselhos Gestores da atualidade, especificamente no caso brasileiro pós-1988. Destaca, ainda, a necessidade de se intervir no debate e nas discussões sobre a própria implantação dos Conselhos e dos problemas de entendimento sobre o seu papel.

- TEIXEIRA, A. C. Até onde vai a participação cidadã?. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, Ano 2, n. 7, fev. 2008, p. 6-7.

Resumo: O artigo faz uma avaliação crítica da democracia participativa brasileira, a partir da atuação da sociedade nos Conselhos, que são espaços legalmente constituídos desde 1988. Destaca a pouca efetividade da participação dos movimentos sociais e o esvaziamento desses espaços, ao mesmo tempo em que ressalta a importância dos mesmos para a consolidação da democracia. Finalmente, a autora lista alguns desafios atuais, como a necessidade de atração de novos protagonistas para esses espaços e a distinção entre Democracia Participativa e Democracia Representativa.

Objetivos:

- Construir as noções de trabalho e educação no processo histórico;
- Discutir como a relação entre trabalho e educação se expressa nos dias de hoje;
- Conhecer as experiências de jovens ocupados no mercado de trabalho e de jovens ocupados por meio da mediação de uma política pública de Educação Profissional para jovens, refletindo sobre a diferença entre estas duas possibilidades de inserção no mundo do trabalho;
- Formular propostas preliminares para os Centros de Educação Profissional no âmbito do projeto SUPROF;
- Possibilitar que os participantes reflitam sobre o significado de serem membros de Conselhos Gestores de uma política pública de Educação Profissional para jovens.

Desenvolvimento:

- Momento 1: Apresentação dos participantes e da atividade;
- Momento 2: Por que o ser humano trabalha? Educar para quê?
- Momento 3: A relação entre trabalho e educação nos dias de hoje;
- Momento 4: Propostas para os Centros de Educação Profissional que considerem a relação entre trabalho e educação.

Momento 1:

Apresentação dos participantes e da atividade

A *reapresentação* dos participantes, neste momento, tem como objetivo possibilitar que se imaginem como os jovens que estarão nos Centros de Formação. Para tal, cada participante se apresenta dizendo: profissão atual e qual profissão escolheria se tivesse novamente 18 anos. O formador comenta as apresentações e no final começa a relacionar o conjunto das escolhas com a educação que as profissões demandam.

Em seguida, a coordenação frisa que a discussão sobre “Trabalho e Educação” tem como objetivo, sobretudo, compreender a relação entre essas dimensões nos dias de hoje, considerando que os participantes são gestores e Conselheiros de uma política pública que trata exatamente desta relação.

Momento 2:

Por que o ser humano trabalha?

Educar para quê?

Para iniciar essa conversa, os participantes são divididos em grupos de “cochicho” para responder à seguinte questão:

- Por que o ser humano trabalha?

É importante lembrar aos participantes que o “cochicho” é um exercício muito rápido, que tem como objetivo apenas levantar as primeiras impressões sobre o assunto.

Após os relatos dos grupos de “cochicho”, segue-se uma aula dialogada, para que o grupo possa compreender o papel histórico do trabalho na trajetória da Humanidade. Nesta conversa sobre a construção do conceito de trabalho, alguns pontos podem ser ressaltados:

- O ser humano é um animal;
- Entretanto, o que distingue o ser humano dos outros animais é o trabalho;

- O ser (substantivo) humano não nasce como tal, mas aprende a ser (verbo) humano;

- O trabalho é entendido como atividade humana que tem como objetivo transformar a natureza para suprir as necessidades humanas a partir de uma antevisão do resultado do processo, ou seja, o planejamento do que se quer e de como será alcançado o objetivo;

- No trabalho, os seres humanos entram em relação uns com os outros, transformando-se e transformando a sociedade.

Em diálogo com a conversa sobre trabalho, é sugerido mais um rápido “cochicho” para responder à pergunta:

- Educar para quê?

Partindo novamente do repertório do grupo e do fato de a constituição do ser (verbo) humano depender do trabalho e do aprendizado nele contido, o formador pode discutir os seguintes pontos:

- A relação intrínseca entre ser (verbo) humano, trabalho e educação:

- Na relação do ser humano com a natureza, mediada pelo trabalho, ele está inteiro – com sua energia física, intelecto, experiência de vida acumulada, expectativas de projetos futuros etc. – de tal forma que pensar e fazer são duas dimensões de uma mesma unidade;

- Desta forma, ao realizar o trabalho, os sujeitos aprendem e constroem conhecimentos, logo, trata-se de um processo de educação;

- Explicitando que a trajetória de construção do ser humano não é natural e, sim, histórica;

- Ou seja, cada ser humano aprende o conjunto de conhecimentos (científicos, técnicos, artísticos, morais, religiosos, sociais e outros) do

momento histórico a que pertence. Conhecimentos que lhe são ensinados na teoria e na prática e que giram em torno daquilo que, em cada momento histórico, em cada sociedade, constitui essencialmente o ser (verbo) humano: trabalhar de determinada forma, aprender e ensinar;

- A educação, por sua vez, pode ter um papel de reprodução ou de transformação das relações sociais e de sociedades.

Momento 3:

A relação entre trabalho e educação nos dias de hoje

Após as conversas anteriores sobre trabalho e educação, o objetivo, neste momento, é compreender como se desenvolveu, ao longo da história, a relação entre trabalho e educação – determinada pelas relações sociais vigentes e, ao mesmo tempo, reproduzindo e/ou transformando essas mesmas relações. Para tal, mais uma pergunta é colocada aos participantes, desta vez em plenário:

- Qual a diferença entre o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado?

O formador vai provocando a discussão e organizando no quadro as contribuições e dúvidas que essa questão suscita. Em seguida, a partir de tudo o que foi mencionado, propõe uma organização que considere fatores econômicos, sociais e políticos para a diferenciação.

Construída essa sistematização, o formador pergunta, ainda em plenário:

- Em se tratando de organizações sociais onde o trabalho é explorado, o que legitima, em cada um dos três casos, essa exploração?

Mais uma vez, a partir das respostas dos participantes, inicia-se uma aula dialogada sobre as diferentes formas de legitimação da exploração do trabalho e de como a educação – em termos do que se aprende como legítimo na escravidão, na servidão e no assalariamento – fundamenta a exploração e, nesse sentido, reproduz o *status quo*, ou constrói os fundamentos para a transformação.

Chega-se, então, aos dias de hoje e à situação do jovem brasileiro em idade de estudar e de iniciar sua vida profissional. Para subsidiar essa discussão, propõe-se um trabalho em grupo para a leitura coletiva e discussão do texto de Suzanna Sochaczewski: *Educação, trabalho e vida*.

Sugere-se que cada grupo traga para o plenário o resultado da discussão após a leitura do texto sobre uma das questões abaixo (determinada pelo formador para cada grupo), embora todos os grupos devam ler o texto completo:

- Qual o papel dos jovens na sociedade contemporânea?
- O que caracteriza a situação de jovens ocupados nas seis regiões metropolitanas brasileiras?

- Quais as diferenças entre a situação acima e aquela dos jovens beneficiários de uma Política Pública de Educação e Trabalho para Jovens, no Território de Identidade de cada um de vocês?

- Quais as consequências dessas diferenças para a vida dos jovens?

- Por que é preciso que os jovens sonhem?

As contribuições de cada grupo são rediscutidas em plenário.

Momento 4:

Propostas para os Centros de Educação Profissional que considerem a relação entre trabalho e educação

O que os Centros de Educação Profissional podem fazer para concretizar a relação entre trabalho e educação? No âmbito dos Centros, quais propostas podem ser elaboradas para realizar e preservar a dualidade trabalho/educação? Essas propostas podem abarcar as dimensões político-pedagógicas, objetivando o jovem que será formado?

Neste momento, a ideia é formular propostas preliminares, tanto em termos gerais para todos os Centros, como pelo menos uma específica para cada Centro presente, a partir dos conhecimentos construídos nesta atividade formativa.

Para tal, os participantes são novamente divididos em grupos mas, dessa vez, de acordo com o Centro ao qual pertencem, para discutir e formular duas propostas para a política como um todo e uma proposta específica para o Centro do qual fazem parte.

Antes do início do trabalho em grupo, é importante que o formador faça uma rápida retomada dos principais pontos discutidos nesta atividade. Em seguida, sugere que cada proposta fundamente os objetivos.

Ao final do trabalho em grupo, discutem-se as propostas em plenário, questionando sua fundamentação e aceitando, recusando, modificando ou aperfeiçoando cada uma delas. Finalmente, os participantes podem discutir como levar as propostas para avaliação, ratificação e programa de implementação aos respectivos Conselhos.

Sugestões de leituras ao formador:

- FRIGOTTO, G. Escola e trabalho numa perspectiva histórica: contradições e controvérsias. In: CONFERÊNCIA NO COLÓQUIO DA AFIRSE, XVIII., 2009, Lisboa, **Resumos...** Lisboa: Universidade de Lisboa, 2009. (FALTA PAGINAÇÃO)

- GADOTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1995.

- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.
- MANACORDA, M. **História da educação**: da antiguidade aos nossos dias. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
- MARX, K. **Manuscritos Econômicos - Filosóficos de 1844**. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.
- SOCHACZEWSKI, Suzanna. Educação, trabalho e vida. In: BERNARDO, Paula Cristina. **Juventudes em debate**. São Paulo: CUT, 2007.

Material didático e outros recursos utilizados na atividade:

- SOCHACZEWSKI, Suzanna. Educação, trabalho e vida. In: BERNARDO, Paula Cristina. **Juventudes em debate**. São Paulo: CUT, 2007.

Resumos dos textos utilizados na atividade:

- SOCHACZEWSKI, Suzanna. Educação, trabalho e vida. In: BERNARDO, Paula Cristina. **Juventudes em debate**. São Paulo: CUT, 2007.
 Resumo: O texto faz uma reflexão sobre o papel dos jovens nas sociedades contemporâneas e as relações entre educação, trabalho e vida nessa faixa etária. Na introdução, apresenta as noções de trabalho e de educação e a compreensão do papel social da juventude atual, aspectos que fundamentam a discussão. Em seguida, apresenta o jovem ocupado no mercado de trabalho, reflexão que tem como ponto de partida um trabalho especial da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) realizado pelo DIEESE em 2007. Discute, ainda, a mediação de políticas públicas na iniciação profissional de jovens, experiência inovadora de uma política pública na cidade do Recife, especialmente voltada para o ingresso de jovens no mercado de trabalho. Finalmente, o texto conclui sua reflexão tratando dos sonhos dos jovens nas sociedades contemporâneas, em que questiona as gerações mais velhas sobre quais condições são dadas aos jovens de hoje – especialmente aos pobres – para cumprir seu papel e sua tarefa social que é de sonhar, para poder contribuir na transformação da sociedade.

Objetivos:

- Possibilitar que os participantes conheçam a política de Educação Profissional na Bahia;
- Proporcionar o conhecimento da política do Conselho, sua finalidade e a estratégia desenhada para alcançar sua perenidade;
- Discutir a importância estratégica do Conselho como responsável pela efetividade e continuidade da Educação Profissional na Bahia.

Desenvolvimento:

- Momento 1: A Educação Profissional na Bahia e o controle social
- Momento 2: Funções, atribuições e composição do Conselho, e o papel e os princípios norteadores da atuação dos Conselheiros

Momento 1:

A Educação Profissional na Bahia e o controle social

A Educação Profissional na Bahia e o controle social é o tema do vídeo que será exibido para posterior discussão. Trata-se de um vídeo institucional da SUPROF, que apresenta as linhas gerais da Educação Profissional na Bahia através de uma palestra do Superintendente de Educação Profissional realizada em 2009 (Vídeo nº 01, disponível no CD-ROM).

A seguir, são relatados alguns pontos abordados nesse vídeo:

- A discussão começa com um histórico da Educação Profissional no Brasil. Surge no início do século XX, através das escolas livres dos trabalhadores anarco-sindicalistas, e da criação das primeiras escolas técnicas federais em 1909, o que configura o primeiro sistema de Educação Profissional no país, sua evolução até a constituição da rede pública de Educação Profissional;
- Há, ainda, um breve histórico dos problemas da Educação Profissional e de como, a partir dessas questões, o governo começa um processo para reestruturá-la em busca da garantia de sua efetividade. Em 2007, foi criada a Superintendência de Educação Profissional (SUPROF). Neste processo de estruturação da rede, as unidades escolares foram transformadas em Centros Estaduais e Centros Territoriais de Educação Profissional (Ceteps);
- Aborda a concepção de Educação Profissional e da política, e discorre sobre o papel dos Centros Estaduais, qual seja: atender às demandas consideradas estratégicas para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do estado, a partir da oferta de Educação Profissional em todas as suas modalidades e dos Centros Territoriais; atender às demandas consideradas relevantes

nos Territórios de Identidade do estado da Bahia, a partir da oferta de Educação Profissional, no âmbito de cada Território;

- Por fim, discute a concepção do Conselho dos Ceteps, propostas de composição, papel e importância como instrumento que garanta a perenidade desta política, através da participação e do controle social no desenvolvimento da política pública de Educação Profissional do estado, enfatizando a importância da atuação dos Conselheiros.

Sugere-se a apresentação deste vídeo seguida de um debate com os participantes sobre os principais aspectos apresentados da política da Educação Profissional.

Momento 2:

Funções, atribuições, composição, papel e princípios norteadores da atuação dos Conselheiros

Neste momento da atividade, distribui-se aos participantes exemplares do *O Conselho dos Centros de Educação Profissional da Bahia: caderno do conselheiro, um instrumento de ação* (disponível no CD-ROM), que reúne diversas orientações para os Conselheiros.

Este caderno tem como objetivo subsidiar e orientar a ação de cada Conselheiro, contribuindo para a consolidação do Conselho como instrumento da gestão democrática da política de Educação Profissional do estado da Bahia. Ele foi desenvolvido entre maio e setembro de 2010, a partir das discussões dos participantes da formação, em sala de aula, e dos Conselheiros, nos Centros de Educação Profissional. Durante a capacitação, os participantes debateram amplamente os objetivos, caráter e funções do Conselho, as atribuições e papel dos Conselheiros e os princípios e valores que devem orientar a sua atuação. Esta publicação é, portanto, produto da construção coletiva dos Conselheiros.

Após a exibição do vídeo e comentários gerais, recomenda-se a divisão dos participantes em grupos de mesmo tamanho, para a realização de um trabalho que tem como objetivo fazer a leitura do Caderno do Conselheiro e discutir algumas questões que o grupo e a coordenação da atividade julguem relevantes, em função da composição do grupo e do momento do Conselho. Como sugestão, alguns pontos que podem ser objeto de interesse para a conversa:

- Características da concepção da Educação Profissional na Bahia, como educação integral, com vistas a formar o estudante para além dos conteúdos estritamente técnicos de sua futura profissão, formando-o para a vida e não somente para o mercado de trabalho;

- Funções e atribuições do Conselho;
- Diretrizes para a composição dos Conselhos;
- Papel e princípios norteadores da atuação dos Conselheiros.

O formador solicita que em cada grupo um dos membros fique responsável por contar a discussão, no plenário. Ao relato de cada grupo, como sempre, é importante que a coordenação sistematize as falas dos participantes em um quadro visível, sempre conferindo com o relator se a sistematização realizada confere com o pretendido pelo grupo. Após todos os relatos, abre-se para o debate.

Sugestão de leituras ao formador:

- DIEESE. **O conselho dos centros de educação profissional da Bahia:** caderno do conselheiro, um instrumento de ação. Salvador: DIEESE, 2011. 48 p.

Material didático e outros recursos utilizados na atividade:

- Vídeo – Palestra: Controle e Participação Social no Plano de Educação Profissional na Bahia

Resumos dos textos utilizados na atividade:

- DIEESE. **O conselho dos centros de educação profissional da Bahia:** caderno do conselheiro, um instrumento de ação. Salvador: DIEESE, 2011. 48 p.
Este Caderno contém as informações que todo Conselheiro de um Centro de Educação Profissional na Bahia precisa conhecer. Contextualiza os Conselhos Gestores de políticas públicas no Brasil, apresenta os objetivos do Conselho inserido no Plano de Educação Profissional na Bahia, a legislação que o ampara, o caráter e as funções, as diretrizes para a composição do Conselho, bem como o papel e as atribuições dos Conselheiros, entre outros.

Objetivos:

- Produzir coletivamente um diagnóstico das demandas de Educação Profissional, reunindo as informações conhecidas pelos membros do Conselho e identificando outras informações necessárias para se conhecer um Território de Identidade;
- Iniciar uma reflexão sobre desenvolvimento dos Territórios de Identidade, observando os principais desafios, assim como as potencialidades;
- Introduzir a discussão sobre uma concepção de desenvolvimento que não seja sinônimo de crescimento econômico, mas que inclua outras dimensões da realidade, como a social, política, institucional, educacional, cultural, territorial e ambiental;
- Possibilitar que os Conselheiros se reconheçam como sujeitos, aliados a outros atores sociais, no desenvolvimento do Território de Identidade a que pertencem.

Desenvolvimento:

Momento 1:

O trabalho intermódulos

Antes de encaminhar as questões que serão trabalhadas pelos Conselheiros na atividade intermódulos, é interessante a coordenação contextualizar esta atividade, a partir do que foi discutido na aula “A Educação Profissional na Bahia e o Controle Social”, ou seja, a função dos Conselhos e o papel dos Conselheiros.

Uma das atribuições do Conselho, por exemplo, é estabelecer relações de compromisso entre a escola e o mundo do trabalho, visando a adequação entre a demanda e a oferta de Educação Profissional. Outra atribuição é mobilizar, apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e o mundo do trabalho para, articuladamente, atuar para a transformação e o desenvolvimento do Território.

Considerando tais atribuições, as questões iniciais que surgem para serem refletidas pelo grupo são:

- Como realizar as atribuições do Conselho da melhor maneira possível?
- Como o Conselho pode contribuir para o desenvolvimento do Território?

Nesta conversa inicial, mesmo que rapidamente – dado que a discussão sobre desenvolvimento e os Territórios será feita no Módulo II – vale ressaltar que, quando se fala em desenvolvimento, a proposta é pensá-lo a partir de um conceito ampliado, indo para além da questão do crescimento econômico. O desenvolvimento, então, é pensado como um processo que busca assegurar

a melhoria das condições de vida para toda a população de uma determinada região, incluindo, portanto, as questões sociais, ambientais, culturais, políticas e institucionais, além, é claro, do crescimento econômico.

Dessa forma, considerando as funções dos Conselhos e sua contribuição para a transformação e o desenvolvimento dos Territórios, e retomando a aula sobre *A Sociedade Hoje*, o formador indaga aos Conselheiros sobre quais seriam os atores sociais ou instituições que também teriam interesse na transformação e no desenvolvimento dos Territórios do estado da Bahia.

Esse diálogo inicial com os participantes tem como finalidade explicitar aos Conselheiros a necessidade de um amplo conhecimento sobre os atores que estão presentes nos Territórios, bem como as características deles, ou seja, interesses, projetos, formas de organização, além das parcerias por eles realizadas. É importante, ainda, salientar que conhecer o Território significa descobrir os desafios e problemas dele e também as potencialidades.

Quando o formador considerar que a conversa inicial alcançou o objetivo, deve ser encaminhado o trabalho intermódulos. A questão principal que os Conselheiros presentes discutirão com os demais membros do Conselho é:

- Como a Educação Profissional pode contribuir para o desenvolvimento do Território?

Para responder a essa questão, outras indagações também serão objeto de discussão e elaboração pelos membros do Conselho, entre elas:

1. Quais as características principais do seu Território, considerando os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais?
2. Quais as políticas públicas existentes no seu Território e como é vista a presença do Estado?
3. Quais as organizações da sociedade civil existentes no seu Território?
4. Quais as ofertas de Educação Profissional existentes no seu Território?
5. Quais são as demandas de Educação Profissional no seu Território?
6. Quais são os principais desafios e potencialidades para o desenvolvimento do seu Território, além do que normalmente é definido como a vocação “natural”?

Estas são algumas sugestões de questões que os Conselheiros podem trabalhar, durante o período entre os módulos. Claro que a depender do formato da atividade, bem como do público presente, a coordenação pode pensar em outras possibilidades.

Material didático e outros recursos utilizados na atividade:

Cópias de Roteiro, com as questões a serem discutidas no Trabalho Intermódulos (*Anexo 6*), as quais o formador precisa elaborar antes da atividade.

Avaliação e encerramento

Para finalizar o Módulo I, são sugeridas duas formas de avaliação. A primeira é uma avaliação individual, que permite aos participantes fazerem sugestões, críticas e destaques para os pontos positivos e negativos da atividade. Para esta avaliação individual, tem-se a opção de uma ficha (*Anexo 7*), de rápido preenchimento, com espaços para registro, pelo participante, do que ele gostou, do que não gostou e do que sugere para melhorar. Em caso de imersão em hotel ou similar, pode-se também avaliar o local pela qualidade da hospedagem, da alimentação e da localização, por exemplo.

No caso da avaliação em grupo, há a possibilidade de se reconstituir os grupos por Conselho. Então, solicita-se que revisitem a primeira impressão dos Conselhos que foi registrada em papel cartaz logo no início do primeiro dia, e que, após discutir no grupo, refaçam sua impressão. Aos grupos é solicitado que a nova impressão discutida também seja registrada em papel cartaz. Esta forma de avaliação pode fornecer elementos preciosos para a coordenação da atividade, já que os grupos estarão comparando sua visão inicial em relação aos Conselhos com a que têm no momento final do primeiro Módulo. Esta comparação apontará o quão transformadora (ou não) foi a atividade, bem como o significado dela para os Conselheiros presentes.

MÓDULO II

PROGRAMA

DIA	MANHÃ	TARDE
Dia 1	<ul style="list-style-type: none">- Reencontro- Um olhar sobre os Territórios de Identidade	<ul style="list-style-type: none">- Desenvolvimento e os Territórios
Dia 2	<ul style="list-style-type: none">- Mundo do Trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Educação Profissional como Política Pública
Dia 3	<ul style="list-style-type: none">- Plano de Ação do Conselho	<ul style="list-style-type: none">- Avaliação- Certificação- Encerramento

Objetivos:

- Retomar o grupo e acolher os participantes;
- Possibilitar o reencontro do grupo;
- Socializar o que os Conselhos fizeram entre os Módulos;
- Apresentar o Programa do Módulo e refazer os combinados necessários.

Desenvolvimento:

- Momento 1: Acolhimento dos participantes;
- Momento 2: Socialização das atividades dos Conselhos entre os Módulos

Momento 1:

Acolhimento dos participantes

Este primeiro momento, quando participantes se reencontram, é sempre muito importante para a reconstituição do grupo. Entretanto, a forma de acolhimento, mais uma vez, dependerá da constituição, variando, por exemplo, se o grupo for composto apenas por membros de um único Conselho ou de vários Conselhos. Uma sugestão é a coordenação dar as boas-vindas, perguntar se todos estão bem, se alguém tem novidades para contar ou, ainda, se utilizaram algum aprendizado do Módulo I.

Em seguida, pode-se propor ao grupo uma brincadeira conhecida como *Eu te Amo*, que normalmente é sugerida para grupos que já se conhecem e estão se reencontrando, como detalhado no *Anexo 2*.

Momento 2:

Socialização das atividades dos Conselhos entre os módulos

É importante socializar para o “grupão” o que foi feito por cada Conselho, solicitando que relatem o que ocorreu neste período: reuniões do Conselho, mudanças observadas, ações realizadas e o processo de elaboração do Trabalho Intermódulos, especialmente os desafios enfrentados para a sua realização.

Em relação ao conteúdo do trabalho realizado entre os Módulos, este será utilizado ao longo de todo o Módulo II. Por exemplo: a primeira questão será discutida na aula *Um olhar sobre os Territórios*; a sexta, na atividade formativa sobre *Desenvolvimento e os Territórios*; a segunda, na aula sobre *Educação Profissional como Política Pública*. Finalmente, as questões 3, 4, 5 e 6, bem como as reflexões sobre a questão orientadora – *Como a Educação Profissional pode contribuir para o desenvolvimento do seu Território* – serão utilizadas

na elaboração do Plano de Ação do Conselho. Porém, o que se espera é que o conhecimento reunido e organizado na atividade entre os Módulos seja modificado, ampliado e ressignificado nas discussões deste segundo Módulo.

Finalmente, o formador pode apresentar a proposta de trabalho para esta etapa do curso, estabelecendo, se necessário, definições em relação aos horários, uso de celulares e outras informações importantes.

Objetivos:

- Discutir alguns conceitos necessários à atuação dos Conselheiros, como Território, identidade, cultura, territorialidade, entre outros, buscando reconhecê-los nos Territórios de Identidade dos participantes;
- Impulsionar, nos participantes, o reconhecimento identitário dos Territórios a que pertencem;
- Dar continuidade à reflexão sobre as funções do Conselho, no âmbito territorial, potencializando sua participação enquanto espaço de construção e implantação da política pública de Educação Profissional na Bahia.

Desenvolvimento:

- Momento 1: Território, identidade, cultura, territorialidade e demais conceitos relacionados;
- Momento 2: Território e Identidade.

Momento 1:

Território, identidade, cultura, territorialidade e demais conceitos relacionados

O formador inicia essa conversa tendo como pano de fundo a questão da territorialização, a partir do conceito de identidade e territorialidade. Destaca-se a maneira como a identidade territorial vai se construindo e como esse processo se diferencia de outras formas de territorialização anteriormente propostas, seja a partir de divisões econômicas ou geográficas. Desta forma, a construção da concepção de “Território de Identidade” tem como objetivo incluir outras dimensões, como a cultural, por exemplo, além dos atores e instituições que caracterizam e identificam a região.

Após essa fala inicial, a sugestão é exibir um vídeo que contém um trecho de uma entrevista realizada com Milton Santos, em que ele enfatiza a necessidade de um olhar a partir da realidade do Território, destacando a seguinte frase: *O centro do mundo está em todo lugar. O mundo é o que se vê de onde se está* (disponível em http://www.youtube.com/watch?v=58Exmp1_IWM. Acesso em: 11 jul. 2012).

Em seguida, é projetada, através de um computador, a visão geográfica e aérea dos Territórios de Identidade dos Centros presentes, utilizando-se o aplicativo *Google Earth* e o recurso de *zoom*.

Para isso, o formador deve preparar antes essas imagens, selecionando a região dos Territórios presentes.

Neste momento, busca-se provocar o reconhecimento identitário dos participantes no Território, questionando e buscando quebrar a identidade “antiga” vinculada apenas ao município. Explicita-se, mais uma vez, que a visão do local, através do conceito de Território de Identidade, vai além da visão geográfica ou econômica.

Momento 2: Território e Identidade

Para dar continuidade a esta discussão, encaminha-se um trabalho em grupo que visa fazer com que os Conselheiros levantem e identifiquem os elementos e características que compõem a identidade dos Territórios, provocando, dessa forma, o reconhecimento identitário para além do município, isto é, com o Território.

Os participantes são divididos em grupos, por Território, sendo que cada agrupamento será composto por membros de um mesmo Conselho. Cada grupo recebe uma folha em branco (de *flip chart*, por exemplo), tarjetas coloridas, tesoura e cola. Com esse material, eles construirão o mapa do Território a que pertencem, a partir da discussão sobre os elementos identitários que fazem parte dele, portanto, para além dos municípios que o constitui. Cada grupo montará um quebra-cabeça, no qual as peças são os elementos que dão identidade ao Território.

O formador ressalta os pontos a serem discutidos no trabalho em grupo:

- Atores sociais presentes no Território;
- Elementos culturais;
- Características econômicas;
- Relações sociais;
- Características políticas.

Ao final do trabalho, cada grupo apresenta o seu mapa do Território e abre-se, em seguida, para os comentários, dúvidas e questionamentos dos participantes. A coordenação, por sua vez, sistematiza as apresentações e discussões, num quadro visível, tendo como finalidade construir alguns conceitos, tais como: Território de Identidade, territorialidade, espaço, divisão, cultura, identidade, considerando alguns pontos:

- Os Territórios não estão prontos, pois como se trata de uma construção social, eles estarão sempre em mutação, no que se refere à maneira como se constituem;
- O Território é entendido como um elemento vivo, em formação, que deve sempre revelar todas as características que dão identidade a ele;
- Neste processo, os atores sociais, com seus interesses, valores, forças e relações, são os principais construtores do Território;
- Resgatar o processo de elaboração dos Territórios da Cidadania através do trabalho realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário;

- Dialogar sobre como o conceito de Território de Identidade indica as possibilidades de uma forma nova de pensar as ações sobre a região, levando em conta a cultura, as instituições, os poderes e interesses de cada Território;

- Explorar a potencialidade da política de Educação Profissional, pelo fato de se assentar nos Territórios, com a criação dos Centros Territoriais de Educação Profissional;

- Conversar com os participantes sobre como eles se percebem enquanto Território;

- O Território como espaço de elaboração das políticas públicas, entre elas a Educação Profissional.

Finalmente, é interessante que a coordenação recorde como foram implantados os Territórios de Identidade no estado e sua importância hoje no Planejamento do estado da Bahia.

Ao final, é distribuído aos participantes o texto *Notas sobre os conceitos de território, espaço, identidade e cultura (Anexo 9)*.

Sugestões de leitura para o formador:

- PERICO, Rafael Echeverri. Enfoques e fundamentos conceituais da estratégia dos territórios de identidade. In: _____. *Identidade e Território no Brasil*. Brasília, DF: Instituto-Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. p. 31-40. Disponível em: <www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/.../IdentidadeTerritorioBrasil.pdf>

- SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008.

Material didático e outros recursos sugeridos:

- Glossário com os conceitos tratados na aula;

- Mapa dos Territórios de Identidade da Bahia;

- TENDLER, Sílvio. **Encontro com Milton Santos ou o mundo global visto do lado de cá**. [Filme-vídeo]. Caliban Produções, direção de Sílvio Tendler. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: http://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&feature=fvwrel. Acesso em 10 jul. 2012.

Resumo dos textos utilizados na atividade:

- PERICO, Rafael Echeverri. Enfoques e fundamentos conceituais da estratégia dos territórios de identidade. In: _____. *Identidade e Território no Brasil*. Brasília, DF: Instituto-Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009. p. 31-40. Disponível em: <www.iica.org.br/Docs/Publicacoes/.../IdentidadeTerritorioBrasil.pdf>

Para apreender a diversidade territorial do Brasil, foi feito um estudo com o ob-

jetivo de elaborar uma metodologia com definição de critérios para caracterizar, classificar e diferenciar os Territórios de Identidade. Foi também construída uma ferramenta para identificar tipologias territoriais e possibilitar a execução diferenciada e focalizada das ações oriundas da política de desenvolvimento rural.

Este documento parte dos resultados desse exercício para analisar o marco geral do desenvolvimento territorial – a partir da análise dos fenômenos socioeconômicos que têm dado forma ao arranjo e à justificativa para a adoção dos modelos centrados no Território, com ênfase nas mudanças acumuladas sobre as condições do desenvolvimento de nossos países, que pressionam e exigem instituições e políticas novas.

Neste trabalho, procura-se esclarecer os conceitos subjacentes à política formulada conforme as bases dos Territórios de Identidade. O estudo apresenta análises sobre as dimensões – territorial e de identidade – contidas nas políticas de desenvolvimento do governo brasileiro, e inclui os indicadores institucionais definidos antes da implementação dos processos com a perspectiva territorial.

● SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: EDUSP, 2008

Resumo: Composto por ensaios redigidos na década de 1980, este livro de Milton Santos oferece uma análise do espaço segundo uma perspectiva que privilegia a totalidade social. Busca-se captar a indivisibilidade do espaço mediante a articulação das instâncias produtivas, para, assim, revelar o quanto o trabalho é comum, solidário e circular. A procura por entender a dialética espacial está presente na definição do espaço como campo de forças, incluindo o conflito entre o velho e novo, entre as forças externas e internas e entre o Estado e o Mercado.

Objetivos:

- Compreender a noção de desenvolvimento como uma construção social, isto é, como o resultado da interação entre os diferentes atores sociais (e seus interesses, valores e forças) nos diferentes momentos históricos;
- Construir uma noção de desenvolvimento que não seja sinônimo de crescimento econômico, mas que inclua outras dimensões, como a social, política, institucional, educacional, cultural, territorial e ambiental;
- Debater as dimensões territoriais – nacional, regional e local – do processo de desenvolvimento;
- Olhar para a dimensão local do desenvolvimento, ou seja, o Território, em diálogo com o regional e nacional;
- Refletir sobre o papel que o Estado desempenha nesse processo.

Desenvolvimento:

- Momento 1: O conceito de desenvolvimento;
- Momento 2: Objetivos, dimensões e âmbitos do desenvolvimento;
- Momento 3: Como pensar o desenvolvimento do Território.

Momento 1:

O conceito de desenvolvimento

Para iniciar a discussão sobre desenvolvimento e levantar o repertório dos participantes sobre o assunto, propõe-se o exercício das quatro estações, que está detalhado no *Anexo 10*.

Neste exercício, os participantes são divididos em quatro grupos de mesmo tamanho. Em cada estação, no total de quatro, há uma afirmação que os grupos devem ler, responder e anotar a resposta. Ao final da atividade, todos os grupos terão passado pelas quatro afirmativas sugeridas a seguir:

- O desenvolvimento é resultado do crescimento econômico. SIM ou NÃO? Por quê?
- O objetivo do desenvolvimento é reduzir a pobreza. SIM ou NÃO? Por quê?
- O Brasil é um país em desenvolvimento. SIM ou NÃO? Por quê?
- O desenvolvimento pode acontecer sem a participação do Estado. SIM ou NÃO? Por quê?

Para o relato dos grupos, o formador monta, no quadro, uma tabela com quatro colunas (uma para cada afirmativa) e quatro linhas onde serão escritas as respostas de cada um dos quatro grupos. Também neste caso, a

coordenação da atividade pode alterar as questões, a depender dos objetivos e do tempo destinado para esta atividade.

Uma vez preenchido o quadro, é possível visualizar uma aproximação sintética do repertório dos Conselheiros a respeito do tema “Desenvolvimento”. Abre-se, então, o debate tendo como finalidade o questionamento a respeito do que usualmente se entende por desenvolvimento, isto é, como sinônimo de crescimento econômico. Esta discussão será continuada na aula dialogada sugerida no momento seguinte.

Momento 2:

Objetivos, dimensões e âmbitos do desenvolvimento

Em diálogo com as questões levantadas pelo grupo no exercício das quatro estações, inicia-se uma aula dialogada que pode ter como referência os seguintes eixos:

- A dimensão econômica sempre predominou no conceito de desenvolvimento, tanto que o nível de desenvolvimento de um determinado país é dado pelo PIB (Produto Interno Bruto);

- O PIB, por sua vez, é uma representação da produção de riqueza de um país, em determinado período de tempo, deixando de lado as condições de apropriação patrimonial da riqueza e as dimensões humanas, sociais, políticas, éticas e culturais que caracterizam o grau de civilização dos povos e das nações.

- Nesta concepção restrita, o objetivo do desenvolvimento é propiciar o crescimento econômico. Assim, crescimento econômico e desenvolvimento apresentam-se como sinônimos, de forma que o crescimento econômico seria um fim e não um meio para se atingir o desenvolvimento;

- Em 1990, o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) propôs o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). O IDH é uma medida comparativa que engloba três dimensões: riqueza, educação e expectativa de vida ao nascer. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população. O índice foi desenvolvido em 1990, pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq, e vem sendo usado desde 1993 no relatório anual do PNUD;

- A partir da década de 1990, o conceito de desenvolvimento – até então predominantemente identificado com o crescimento econômico e medido através do PIB – passa a ser acrescido de qualificativos como integrado, sustentável, humano, expressando a importância de se considerar outras dimensões para além da econômica.

Após essa conversa inicial, a sugestão é realizar a leitura do texto *O debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada*, de Ladislau Dowbor (Anexo 11). Duas perguntas, que dialogam com as questões utilizadas no exercício das quatro estações, podem ser usadas para a leitura do texto:

- Para o autor, qual deve ser o objetivo do desenvolvimento?
- Quais as outras dimensões do desenvolvimento consideradas pelo autor, além da econômica?

Neste momento, pretende-se discutir os objetivos do desenvolvimento, ao considerar o crescimento econômico como meio e não como fim, abrangendo, desta forma, outras dimensões além da econômica – como a social, político-institucional, cultural, ambiental, entre outras – e de maneira não excludente, também levando em conta as dimensões territoriais – local, regional, nacional, e global – no processo de desenvolvimento.

Em seguida, busca-se trazer a discussão para a realidade brasileira, a partir de um olhar para os planos de desenvolvimento adotados no país ao longo de sua história. Para tal, questiona-se qual a ideia de desenvolvimento que predominou nesses planos, isto é, se restrita à dimensão econômica, ou se prevaleceu uma concepção de desenvolvimento ampla, incluindo as diversas dimensões da realidade. Se for necessário, podem ser relembrados alguns planos, contextos, conteúdos e objetivos. No *Anexo*, há um conjunto de *slides* elaborado pelo DIEESE que resume os planos de desenvolvimento adotados no Brasil, que pode ser utilizado em aula, ou apenas pelos formadores, na preparação da atividade (*Anexo 12*).

Para esta conversa, algumas questões são colocadas para os participantes:

- Qual é o conteúdo dos planos de desenvolvimento brasileiros e quais objetivos perseguiram?
- Em que contextos sociais, econômicos e políticos eles estavam inseridos?
- Qual o conceito de desenvolvimento presente nesses planos?
- É possível falar em desenvolvimento, com uma dimensão mais ampla, fora de um ambiente democrático?
- Quem promove/induz o desenvolvimento?

Nesta conversa sobre os planos, é importante que a coordenação faça a ressalva de que a maioria deles foi implantada em contextos não democráticos, e questione, ao mesmo tempo, se é possível falar em desenvolvimento, em dimensão mais ampla, fora de um ambiente democrático. Finalmente, deve-se lembrar que esses planos de desenvolvimento foram implantados sob forte intervenção do Estado.

Em diálogo com as falas dos participantes, alguns pontos podem ser abordados:

- Inicialmente, a importância do debate sobre o desenvolvimento;
- Apesar da sua importância, ressalta-se que houve abandono desse tema por quase três décadas (desde a década de 1980), num contexto onde os países estão cada vez mais inseridos no processo de globalização.

- Onde, ainda, os espaços regionais e locais (dentro do espaço nacional) são disputados pela lógica da globalização (custos mais baixos, infraestrutura econômica etc.), ao mesmo tempo em que os Estados Nacionais perdem parte do poder de intervenção, especialmente a capacidade de mobilizar recursos financeiros;

- Neste contexto, a dimensão local ganha relevância em função do abandono das políticas nacionais, isto é, não necessariamente como um projeto, mas como falta de opção;

- Em meio a essa discussão, é muito difícil conceber o desenvolvimento – nacional, regional e local – sem a atuação e liderança de um Estado Democrático. Ao mesmo tempo, o próprio avanço da democracia afasta a hipótese de planos nacionais de desenvolvimento sem a participação da sociedade;

- O governo Lula recoloca a discussão do desenvolvimento nacional/regional/local e do papel do Estado como promotor e indutor do desenvolvimento, quando executa políticas públicas como o PAC, as novas universidades e as escolas técnicas. O mesmo se dá com o programa Bolsa Família e o reajuste do salário mínimo, sendo que nesses casos, o maior impacto ocorre nas regiões menos desenvolvidas.

Momento 3:

Como pensar o desenvolvimento do território

Para iniciar essa conversa, a coordenação realiza uma sistematização dos dois momentos anteriores, destacando os elementos necessários para a discussão sobre o desenvolvimento. A partir da retomada dos quebra-cabeças dos Territórios, produzidos pelos Conselheiros na aula *Um olhar sobre os Territórios*, ressalta-se a importância de se pensar o desenvolvimento no Território.

Em seguida, o formador divide os participantes em grupos e solicita a leitura do texto: *Nordeste: heranças, oportunidades e desafios*, de Tânia Bacelar, explicando quem é a autora e a abordagem do texto, como sugerido no resumo. Nos grupos, os Conselheiros devem destacar as ideias, palavras-chave ou trechos que contribuam para a reflexão sobre o desenvolvimento do Território (*Anexo 13*).

Ao final do trabalho, os grupos relatam o que destacaram e o debate é aberto, ocasião em que a coordenação pode abordar alguns pontos:

- A necessidade de articular o global, o nacional e o territorial, bem como o papel do Estado nesse processo;

- Pensar o desenvolvimento a partir do Território pressupõe considerar suas potencialidades e a capacidade organizativa para canalizar os frutos do desenvolvimento em benefício do Território e de toda a população;

- Por esta razão, outros elementos devem ser considerados, para além do econômico, como o social, o político, o institucional, o cultural e o ambiental;

- Necessidade de relativa autonomia do Território na elaboração e implementação de políticas voltadas para tal finalidade;

- Articular os interesses distintos, ou mesmo antagônicos, dos diferentes atores sociais;

- Construir essa convergência não é tarefa simples, mas é essencial para que os diferentes atores construam consensos em torno do projeto de desenvolvimento e que, assim, tenham maior chance de se realizar. Por exemplo: para uns, a instalação de uma indústria em um Território onde predominam atividades agrícolas pode significar desenvolvimento; para outros, este desenvolvimento só tem significado se houver distribuição dos seus frutos; para outros, ainda, não há desenvolvimento se não houver participação social;

- Desta forma, ao abordar a temática do desenvolvimento, é preciso considerar que os atores podem ter visões diferentes sobre o significado de desenvolvimento, como discutido nesta aula. Por isso mesmo, o debate amplo é tarefa imprescindível para a construção de uma noção comum de desenvolvimento;

- Finalmente, do ponto de vista das discussões já realizadas ao longo do curso sobre as iniciativas do Estado – que se traduzem em políticas públicas e que estimulam a participação – sabe-se que este não é o único fator para o desenvolvimento mas, certamente, é fundamental.

Sugestões de leitura ao formador:

- BACELAR, T. A. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n. 2, Fortaleza, abr./jun. 1999, p. 144-16.

- BACELAR, T. A.. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In: **Teoria e Debate**, n. 77, maio/jun. 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/nordeste-herancas-oportunidades-e-desafios>. Acesso em 10 de março de 2012.

- CAT et al. **Agenda dos Trabalhadores pelo Desenvolvimento**. São Paulo: Centrais, 2007.

- DIEESE. **Desenvolvimento com distribuição de renda**: palestras. 1-CD. São Paulo: DIEESE, 2005.

- DOWBOR, L. **O debate sobre o PIB**: estamos fazendo a conta errada, 2009. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/04/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html/>. Acesso em 10 jul.2012.

- FURTADO, C. **O mito de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

- FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- IPEA (Coord.). **Objetivos de desenvolvimento do milênio**: relatório nacional de acompanhamento. Brasília: IPEA, 2005.
- IPEA. **Brasil**: o estado de uma nação. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.
- PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1992
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

Material didático e outros recursos utilizados na atividade:

- BACELAR, T. A. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In: **Teoria e Debate**, n. 77, maio/jun. 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/nordeste-herancas-opportunidades-e-desafios>. Acesso em 10 de março de 2012.
- DOWBOR, L. **O debate sobre o PIB**: estamos fazendo a conta errada, 2009. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/04/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html/>. Acesso em 10 jul.2012.

Resumo dos textos utilizados no desenvolvimento da atividade:

- BACELAR, T. A. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In: **Teoria e Debate**, n. 77, maio/jun. 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/nordeste-herancas-opportunidades-e-desafios>. Acesso em 10 de março de 2012.

Resumo: A autora inicia o artigo discorrendo sobre as três grandes heranças do desenvolvimento brasileiro vistas da perspectiva regional. A primeira é a ocupação litorânea; a segunda é a diversidade, ambiental, produtiva e cultural; e a terceira herança é a excessiva concentração econômica na região Sudeste. Essa concentração colocou de lado a diversidade e gerou dois Brasis. A desigualdade em escala macrorregional tem nome e endereço: Norte e Nordeste. Conclui que enfrentar a desigualdade é o maior desafio, no Brasil e no Nordeste.

Em seguida, afirma que é possível pensar em um projeto de desenvolvimento para o Nordeste nessa perspectiva, transformando essas heranças em oportunidades. Enumera vários fatores do ambiente externo e da dinâmica econômica do país que favorecem essa construção. Revela que a grande “descoberta” recente foi a incorporação da base da pirâmide ao mercado consumidor. O crescimento foi retomado na direção da base da pirâmide, como resultado dos programas sociais,

de transferência de renda e de valorização do salário mínimo. A região é favorecida por essa dinâmica, pois nela se concentra grande parte da população situada nesta base. Alerta, entretanto, que existem desafios, como entraves ao desenvolvimento, a serem superados no Nordeste. Estão entre eles, os baixos índices de qualificação da força de trabalho, a fragilidade da base científico-tecnológica, e a baixa capacidade de inovação das empresas nordestinas. Por fim, conclui que um projeto para a região tem que “costurar” as diferentes realidades, o que exige múltiplos projetos produtivos.

● DOWBOR, L. **O debate sobre o PIB**: estamos fazendo a conta errada, 2009. Disponível em: <http://dowbor.org/2009/04/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html/>. Acesso em 10 jul.2012.

Resumo: A predominância do econômico no conceito de desenvolvimento é o debate que o autor propõe neste artigo. Este conceito operacionaliza-se a partir do PIB (Produto Interno Bruto) como medida do nível de desenvolvimento de um país. Nesta perspectiva, propõe uma discussão sobre o método de cálculo do PIB e suas limitações, pois, ao considerar a riqueza de um país apenas pelo conjunto de sua produção material, ignora as riquezas humanas, sociais, éticas e culturais dos povos e das nações.

Mesmo depois do surgimento, na década de 1990, do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que inclui, além do PIB, a avaliação da expectativa de vida (saúde) e do nível da educação, constata que “(...) até hoje, inúmeras pessoas no mundo, e técnicos de primeira linha nacional e internacional, estão cansados de ver o comportamento econômico ser calculado sem levar em conta – ou considerando muito parcialmente – os interesses da população e a sustentabilidade ambiental. Como se pode dizer que a economia vai bem, ainda que o povo vá mal? Então, a economia serve para quê?”

Ao longo do artigo, através de diversos exemplos, enumera estas limitações demonstrando que o PIB calcula o volume de atividades econômicas, e não se são úteis ou nocivas. Mede o fluxo dos meios e não se os fins foram atingidos. Destaca ainda, como importante, o fato de o cálculo do PIB não levar em conta a redução dos estoques de bens naturais do planeta. Por último, menciona autores que têm trabalhado o tema do desenvolvimento nesta perspectiva e propõe que o PIB deva ser colocado num papel de ator coadjuvante, já que a economia é apenas um meio. “É o nosso avanço para uma vida melhor que deve ser medido.”

Objetivos:

- Apresentar e discutir algumas características do mundo do trabalho no Brasil;
- Debater as possíveis explicações para o fato de termos, no país, um mercado de trabalho desestruturado, caracterizado por fenômenos como informalidade, trabalho infantil, alta rotatividade, baixos salários e precarização das condições de trabalho, terceirização espúria e outros;
- Apresentar, de forma sucinta, algumas estatísticas sobre o mercado de trabalho;
- Discutir as principais características do mercado de trabalho nos Territórios de Identidade e na Região Metropolitana de Salvador.

Desenvolvimento:

- Momento 1: O que é mundo do trabalho e suas principais características nos Territórios de Identidade;
- Momento 2: Formação do Mundo do Trabalho no Brasil e os principais elementos que o constituíram – escravidão, imigrações estrangeiras e migrações internas;
- Momento 3: As estatísticas sobre o mercado de trabalho no Brasil – principais conceitos e metodologias;
- Momento 4: O mercado de trabalho nos Territórios de Identidade e na Região Metropolitana de Salvador.

Momento 1:

O que é mundo do trabalho e suas principais características nos Territórios de Identidade

Para iniciar a discussão sobre o mundo do trabalho, a coordenação sugere aos participantes duas perguntas:

- O que é mundo do trabalho?
- Quais as características do mundo do trabalho nos Territórios de Identidade?

As respostas são escritas no quadro e, em diálogo com estas, os formadores sistematizam as discussões sobre os temas abordados nas perguntas, explicitando os seguintes tópicos:

- A expressão “mercado de trabalho” é comumente utilizada para designar fenômenos como emprego, desemprego, rotatividade, informalidade;

- O mercado de trabalho é o espaço, no capitalismo, onde ocorre a compra e a venda da força de trabalho, que é uma mercadoria especial, pois é a única que “não se separa” de seu vendedor (o trabalhador). Além disso, a mercadoria força de trabalho é a única que cria mais valor;

- Entretanto, nem todo trabalho realizado numa economia capitalista “passa” pelo mercado de trabalho. Há outras formas de trabalho que não implicam na compra e venda de força de trabalho;

- Ao analisar os Territórios de Identidade, por exemplo, pode-se perceber a existência desse tipo de trabalho, que não implica na compra e venda de força de trabalho, como, por exemplo, a produção de artesanato e de alimentos para autoconsumo ou venda direta ao consumidor;

- Portanto, existe um mundo do trabalho que é mais amplo do que o mercado de trabalho: um espaço onde a sociedade produz e reproduz bens, serviços e relações, mas onde, não necessariamente, ocorre compra e venda de força de trabalho;

- Ou seja, o mercado de trabalho é apenas parte do mundo do trabalho.

Nessa aula, o objetivo é tratar do mercado de trabalho, sua formação no Brasil e suas características atuais, sem desconsiderar que, em muitos Territórios, existe um vasto mundo do trabalho a ser conhecido e analisado. Entretanto, as informações disponíveis, produzidas pelos institutos de pesquisa e pelo governo, quase sempre se limitam a investigar fenômenos relacionados ao mercado de trabalho.

Momento 2:

Formação do mundo do trabalho no Brasil e seus principais elementos constitutivos – escravidão, imigrações estrangeiras e migrações internas

Dando continuidade à conversa sobre o mundo do trabalho, a finalidade, neste momento, é discutir os principais elementos que constituíram o Mundo do Trabalho no Brasil: escravidão, imigrações estrangeiras e migrações internas.

Para tal, são apresentadas gravuras contendo anúncios sobre fuga de escravos, para discutir um dos fenômenos mais importantes da formação do mercado de trabalho no Brasil, que foi a escravidão (arquivos no CD-ROM).

É feita a leitura, em plenário, das páginas 1 a 6 do texto *Anotações Sobre a Abolição, Imigração e o Mercado de Trabalho na República Velha*, de José Luis Simões, que trata da imigração estrangeira e o fim da escravidão negra, para discutir fenômenos cruciais para a formação do mercado de trabalho no Brasil (disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&escr=s&sou>

rce=web&cd=1&ved=0CFcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fgrupo-estudo%2Fprocessoscivilizadores%2Fportugues%2Fsitesanais%2Fanais9%2Fartigos%2Fmesa_debates%2Fart16.pdf&ei=ZN7-TOpO6u80AGjr5T0Bg&usg=AFQjCNGQwKsqSPgD4qVxKNy8k9kEe-HXHw&sig2=MSGfAGy5k-WRNHacHcR_wA).

Ao final da leitura, abre-se para o debate, quando a coordenação pode abordar alguns pontos:

- Os primeiros trabalhadores brasileiros foram os escravos negros;
- Todos os ciclos econômicos importantes da época colonial, imperial e republicana foram sustentados pela exploração da mão de obra escrava (ciclo do açúcar, do ouro e os primeiros anos do ciclo do café). Esses ciclos foram a base para a acumulação primitiva de capital no país. O ciclo do café, por exemplo, ensinou os primórdios da industrialização;
- A mão de obra escrava não é uma força de trabalho vendida, pois, a ela, o trabalho é imposto por alguém que detém a propriedade do indivíduo. Essa relação ensinou, entre nós, uma cultura trabalhista fortemente autoritária, cujas sequelas perduram até os dias atuais;
- Finda a escravidão, os negros “libertos” foram lançados na marginalidade e poucos conseguiram inserir-se nas novas atividades produtivas decorrentes da industrialização. O governo optou por incentivar a imigração estrangeira para fomentar o desenvolvimento da indústria;
- A imigração estrangeira também ocorreu em circunstâncias muito precárias. Os trabalhadores vinham para o país sem saber ao certo onde iam trabalhar, eram separados de suas famílias e enfrentavam péssimas condições de vida e trabalho no campo e nas cidades. O trabalho infantil era comum e a jornada chegava a 18 horas diárias. Além disso, não havia direitos trabalhistas no início do século XX.

Momento 3:

As estatísticas sobre o mercado de trabalho no Brasil – principais conceitos e metodologias

A coordenação sublinha que, para se compreender como o mercado de trabalho “funciona” em cada país, é preciso realizar pesquisas específicas que mostram os principais fenômenos que o caracterizam em diferentes contextos socioeconômicos. No Brasil, existem duas pesquisas domiciliares, a PED DIEESE/Seade e a PME/IBGE, que apuram, mensalmente, uma série de indicadores importantes do mercado de trabalho, como tamanho da População Economicamente Ativa (PEA), participação de homens e mulheres na PEA, taxas de desemprego e nível médio de rendimentos, entre outros.

Além dessas pesquisas, existem a Pnad/IBGE, que não é uma pesquisa de emprego, mas que apura uma série de informações importantes so-

bre o mercado de trabalho; a Rais e o Caged, que são registros administrativos, que trazem informações importantes sobre o mercado de trabalho formal no país. As pesquisas domiciliares e os registros administrativos são as fontes de dados mais importantes para o estudo e a análise da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro.

No *Anexo 14*, há *slides* contendo os principais conceitos e metodologias das pesquisas domiciliares – PME, Pnad e PED – e dos registros administrativos.

Momento 4:

O mercado de trabalho nos Territórios de Identidade e Região Metropolitana de Salvador

Para se discutir o mercado de trabalho nos Territórios de Identidade e na Região Metropolitana de Salvador, é sugerido um trabalho em grupo, onde os Conselheiros possam analisar e conversar sobre algumas das informações já discutidas. A intenção, neste momento, é possibilitar que os Conselheiros compreendam como as estatísticas podem ajudá-los a conhecer os Territórios.

Para tal, formam-se quatro grupos, de mesmo tamanho, e distribuem-se tabelas selecionadas da PED, da PME, da Pnad, da Rais e do Caged, contendo informações sobre os Territórios de Identidade, sobre o estado da Bahia e a Região Metropolitana de Salvador. A tarefa dos grupos é analisar as tabelas, a partir das discussões anteriores.

Estas tabelas foram selecionadas do *Anuário da Educação Profissional da Bahia, Volume I – 2010*, disponível em <http://www.dieese.org.br/anuEducacaoProfBahia/index.html> (*Anexo 15*), e são as seguintes:

- **Tabela 10** – Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais por setor de atividade econômica, página 32;
- **Tabela 14** - Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais por posição na ocupação, página 37;
- **Tabela 23** – Proporção de empregos formais na população em idade ativa, por território de identidade, página 47;
- **Tabela 24** – Distribuição dos empregos formais por setor de atividade econômica, página 49;
- **Tabela 50** – Taxa de desemprego segundo escolaridade, página 86;
- **Tabela 75** – Distribuição dos jovens assalariados de 16 a 29 anos, por faixas de rendimento mensal do trabalho principal, segundo escolaridade, página 127;
- **Mapa 1** – Taxa de emprego formal por Território de Identidade, página 48;

Feita a análise, os grupos apresentam suas conclusões no plenário. Em seguida, abre-se para o debate. A seguir, os formadores esclarecem as dúvidas dos grupos e sistematizam o conteúdo das tabelas analisadas pelos grupos, encerrando, com isso, a aula.

Sugestões de leitura ao formador:

- MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Scritta, 1995.
- OLIVEIRA, Carlos Alonso B. de; MATTOSO, Jorge Levi. **Crise e trabalho no Brasil**. Modernidade ou volta ao passado? São Paulo: Scritta, 1996.
- SIMÕES, José Luis. Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na República Velha. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, IX., Ponta Grossa, **Anais...** Ponta Grossa. 11 p. 2005. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CfcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fgrupo-estudo%2Fprocessoscivilizadore%2Fportugues%2Fsitesanais%2Fanais9%2Fartigos%2Fmesa_debates%2Fart16.pdf&ei=ZN7-T-OpO6u80AGjr5T0Bg&usg=AFQjCNGQwKsqSPgD4qVxKNy8k9kEe-HXHw&sig2=MSGfAGy5k-WRNHacHcR_wA. Acesso em 10 jul.2012.
- DIEESE. **Pesquisa de Emprego e Desemprego**. Principais Conceitos e Metodologia. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>. Acesso em: 10/11/2011.
- IBGE. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Metodologia. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmpme_2ed.pdf.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho** – PDET. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>.

Material didático e outros recursos

sugeridos:

- SIMÕES, José Luis. Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na República Velha. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, IX., Ponta Grossa, **Anais...** Ponta Grossa. 11 p. 2005. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CfcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fgrupo-estudo%2Fprocessoscivilizadore%2Fportugues%2Fsitesanais%2Fanais9%2Fartigos%2Fmesa_debates%2Fart16.pdf&ei=ZN7-T-OpO6u80AGjr5T0Bg&usg=AFQjCNGQwKsqSPgD4qVxKNy8k9kEe-HXHw&sig2=MSGfAGy5k-WRNHacHcR_wA. Acesso em 10 jul.2012.
- **TRÁFICO de escravos no Brasil**. **Annuncio**, Rio de Janeiro, 1855. Disponível em: <http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/obras_raras/or102_5_183.jpg> Acesso em: 12 jul.2012. Gravura. Coleção da Biblioteca Nacional.

- **CRIOULO fugido:** desde o dia 18 de outubro de 1854, de nome Fortunato: RS 50U000 de Alviçasas... Anuncio, Rio de Janeiro, 1854. Disponível em: <<http://consorcio.bn.br/escravos/galeraefemenos.html>> Acesso em: 12 jul.2012. Gravura. Coleção da Biblioteca Nacional.
- **NEGRO fujõa. Anuncio, Rio de Janeiro [1854].** Disponível em: <http://consorcio.bn.br/MidiView/Midi-View.asp?url=/slave_trade/iconografia/icon703597.jpg> Acesso em: 12 jul.2012. Gravura. Coleção da Biblioteca Nacional.
- **ALENCAR. Rivadavia P. [Escritura de venda que faz o conselheiro José Feliciano de Castilho, de uma escrava, a Antônio Gabriel Monteiro de Barros]:** por 1.200S000 réis. Rio de Janeiro, ago. 1951. Disponível em: <http://consorcio.bn.br/MidiView/MidiView.asp?url=/slave_trade/manuscritos/mssl11931.jpg>. Acesso em 12 jul.2012. Gravura. Coleção da Biblioteca Nacional.

Resumos dos textos utilizados na atividade:

- **SIMÕES, José Luis.** Anotações sobre a abolição, imigração e o mercado de trabalho na República Velha. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, IX., Ponta Grossa, **Anais...** Ponta Grossa. 11 p. 2005. Disponível em http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CFcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fgrupo-estudo%2Fprocessocivilizadore%2Fportugues%2Fsitesanais%2Fanais9%2Fartigos%2Fmesa_debates%2Fart16.pdf&ei=ZN7-T-OpO6u80AGjr5T0Bg&usq=AFQjCNGQwKsqSPgD4qVxKNy8k9kEe-HXHw&sig2=MSGfAGy5k-WRNHacHcR_wA. Acesso em 10 jul.2012.

Resumo: O texto trata do processo de abolição da escravidão negra no Brasil e de entrada de imigrantes estrangeiros no início do século XX, durante a República Velha. A abolição da escravatura, sem a devida preparação dos ex-escravos para ingresso no mercado de trabalho, associada à crença difundida entre fazendeiros e industriais de que o imigrante europeu seria um trabalhador mais produtivo, foram alguns dos fatores que levaram à marginalização dos negros na sociedade brasileira.

- **DIEESE. Pesquisa de emprego e desemprego.** Principais Conceitos e Metodologia. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>. Acesso em: 25/10/2011.

Resumo: A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre a Fundação Seade e o DIEESE. Em parceria com órgãos públicos locais, a pesquisa foi implantada em outras regiões, sendo realizada, atualmente, também no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Fortaleza.

A metodologia da PED pretende explicar os fenômenos de um mercado de trabalho pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão de obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado etc.)

● **IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego.** Metodologia. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/srmpme_2ed.pdf. Acesso em: 25/10/2011.

Resumo: A Pesquisa Mensal de Emprego (PME) vem fornecendo indicadores para avaliação conjuntural do mercado de trabalho a partir de 1980, nas Regiões Metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

A globalização do capital, assim como as inovações tecnológicas, provocaram profundas mudanças na estrutura produtiva e, em consequência, na alocação da força de trabalho e nas relações de trabalho. Por outro lado, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) fez novas recomendações para a investigação da força de trabalho.

Esses fatores levaram o IBGE a realizar a revisão da PME, em 2001, em todos os seus aspectos metodológicos e processuais. A alteração da Pesquisa Mensal de Emprego visa permitir a captação mais abrangente das características de trabalho e das formas de inserção da força de trabalho no sistema produtivo.

● **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>.

Resumo: O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) tem por objetivo divulgar para sociedade civil informações oriundas de dois Registros Administrativos: Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

Por meio desse Programa, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) vem procurando disseminar informações cada vez mais abrangentes sobre o mercado de trabalho, utilizando diferentes tipos de mídia e atingindo, assim, diferentes grupos de usuários.

Objetivos:

- Discutir o papel e a participação dos atores sociais no desenho das políticas públicas e ações do Estado, considerando este processo como resultado da correlação de forças entre os atores;
- Discutir as formas por meio das quais o Estado define e implanta as políticas públicas, enfatizando os mecanismos que envolvem a participação dos Conselhos nesse processo;
- Compreender a Educação Profissional como um campo que envolve a disputa de interesses entre os diversos atores sociais, com as concepções a respeito do papel e do lugar do trabalho e da educação no Brasil;
- Refletir sobre o papel do Conselho no desenho e realização da política de Educação Profissional do estado da Bahia; possibilitando que os participantes se reconheçam como atores, dentro dos Conselhos;
- Viabilizar que os participantes percebam os Conselhos como espaços democráticos de participação popular na definição do escopo da política de Educação Profissional do estado da Bahia.

Desenvolvimento:

- Momento 1: O papel dos atores sociais na orientação das políticas públicas;
- Momento 2: As políticas públicas como um processo político;
- Momento 3: A Educação Profissional como uma política pública.

Momento 1:

O papel dos atores sociais na orientação das políticas públicas

Neste primeiro momento, a ideia é iniciar uma conversa com os participantes a respeito da dinâmica de disputa da sociedade pela atenção do Estado, apresentando as políticas públicas como ações do governo para atender a essas demandas e pressões.

Esta discussão dialoga com as atividades formativas do Módulo I, *A Sociedade Hoje e Democracia, participação política e Conselhos*. Assim, o formador solicita aos participantes que relembrem as principais instituições e atores presentes na sociedade atual, de acordo com a representação e discussão realizadas no Módulo I.

Para estimular os participantes, é interessante que a coordenação tenha em mãos uma sistematização do que foi conversado naquela aula, com destaque para os atores sociais e as instituições, assim como as questões e

problemas que foram ressaltados. A partir destes problemas, ou de outros suscitados na hora, a coordenação explícita que eles podem permanecer sem respostas ou tentativas de resolução, a menos que os atores chamem a atenção e pressionem as autoridades públicas para que essas questões passem a fazer parte das prioridades do Estado.

Isto porque algumas questões que são entendidas como problemas pela sociedade e pelos atores sociais, não são, necessariamente, vistas como tal pelo Estado ou autoridades públicas, podendo permanecer, desta forma, sem uma tentativa de resolução. É o despertar da atenção do governo a estas questões que as transformam em um problema, sob a ótica do Estado, portanto, como algo que deve ser solucionado.

Esquemáticamente, pode-se montar um quadro com as contribuições dos participantes e intervenções da coordenação, resultando na Figura 1:



Após montada a figura, a coordenação destaca que, quando o Estado age no sentido de resolver os problemas encontrados na sociedade, ele o faz através das políticas públicas, frisando, entretanto, que nem toda ação do Estado é uma política pública. O Estado, por exemplo, ainda regula e fiscaliza o funcionamento da sociedade, realiza ações para a manutenção e funcionamento dele próprio, entre outras ações.

Após esta explicitação, a coordenação apresenta uma primeira definição de políticas públicas como ações do Estado, a partir da qual se desenvolverá o restante da aula.

Momento 2:

As políticas públicas como um processo político

Após esta primeira definição, discute-se o processo político pelo qual as ações do Estado desenvolvem-se até se tornar uma política pública.

Inicialmente, a coordenação discute o termo “Política”, explicando que a sociedade disputa os recursos e a atenção do Estado através de um processo que se inicia na arena política (espaço da barganha, da negociação, da disputa, do conflito, da cooperação). É nesse espaço que os diversos atores organizados vão disputar a atenção do Estado para fazer com que os interesses/necessidades, particulares e/ou coletivos, sejam satisfeitos.

Entretanto, enquanto o Estado não agir concretamente no atendimento do problema em questão, a política não se tornará pública, permanecendo restrita às disputas dos interesses privados, amparados pelos aparelhos de governo (governantes, legisladores, secretários, juízes) ou não.

A primeira etapa do processo político, constituída pela pressão da sociedade, é o momento da formação da “Agenda Governamental”, que passa por mudança permanente, dado que uma nova questão pode ser incluída, assim como antigas podem ser excluídas ou modificadas. No entanto, há momentos mais propícios para tais modificações, quando das mudanças de pastas ministeriais, por exemplo. Por isso, os atores políticos precisam estar atentos a estes momentos para chamar a atenção do Estado para a sua questão.

O processo de mobilização da sociedade acerca de uma questão é permanente, mesmo diante de uma coalizão de partidos ou grupos políticos no governo que sejam contrários ao tema demandado. Além disso, muitas vezes a política pública já existe, mas pode ser considerada insuficiente ou insatisfatória para determinada parcela da população, o que leva à pressão por melhorias ou mudanças. Neste processo, estão presentes as disputas de valores, de concepções de mundo e de sociedade e, até mesmo, ideológicas. A política de Educação Profissional pode ser utilizada como exemplo.

Após a inclusão de um tema na agenda do governo, dá-se o segundo momento, em que os agentes públicos passarão a “formular” a política pública. Nesse momento, são elaborados: modelo, concepção, quantidade de recursos, empenho do Estado e a urgência da política, por exemplo.

Ao mesmo tempo, também são elaborados os subsídios técnicos e teóricos necessários à formulação da política. Entretanto, vale ressaltar que falar em questões técnicas e argumentos teóricos não significa esquecer que estes também são produzidos a partir dos valores sociais. Talvez seja interessante utilizar como exemplo o caso específico da SUPROF, discutindo a concepção de educação subjacente a esta política e o papel do Estado na sua oferta, contrapondo-a a outras concepções acerca da Educação Profissional, em outros momentos ou em outras unidades da federação.

O terceiro momento é quando, após a concepção e desenho da política pública, esta se desdobra, concretamente, em planos, programas, projetos e ações. Contudo, deve-se considerar que o processo de disputa entre os atores não se encerra com o desenho da política. Ainda há várias estratégias que podem ser utilizadas por aqueles que são contrários à política pública desenhada antes de a mesma ser, de fato, executada. É neste momento que entra a discussão sobre implementação, quando, enfim, ela se torna pública.

Para melhor compreensão dessa discussão, a coordenação pode utilizar o texto *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*, de Maria das Graças Rua, para explicar que o processo político visa a uma tomada de decisão e que esta se torna pública quando o Estado a implementa. Isto é, ela se torna pública não porque a ação do Estado abrange toda a sociedade ou uma parcela expressiva da população, mas porque ela é entendida como uma ação referendada por “toda” a sociedade, seja em função do próprio financiamento do Estado, seja em função da legitimidade que a sociedade atribui ao Estado e à sua existência.

Deve-se evidenciar que é neste momento que o processo político se torna público, sendo também permeado por disputas políticas que podem, inclusive, desconfigurar as ações que foram planejadas. Concretamente, a implementação da política pública só se realiza quando o Estado, de fato, já realizou algo. Esta realização passa pela fase da construção do orçamento, que começa pelo plano plurianual (agenda macro do governo), passa anualmente pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei Orçamentária Anual.

Somente quando o poder público empenha os recursos destinados às ações planejadas é que as políticas públicas poderão ser implementadas. Um não planejamento do Estado, ou uma crise fiscal, pode impedir a concretização da política e todo o processo anterior. Além disso, existem as fases de licitação e contratação para a execução dos serviços planejados, período em que interesses particulares vão disputar recursos do Estado. Neste momento, também as disputas de concepção podem influenciar o processo. A escolha entre a compra de *softwares* livres ou proprietários, ou a decisão entre adquirir merenda escolar de grandes empresas ou de produtores locais, são exemplos de como estas concepções estão em disputa e que muitas vezes podem emperrar ou postergar o andamento da ação do Estado.

Por fim, o formador ressalta que a sociedade e o Estado estão, o tempo inteiro, avaliando as políticas públicas, quando as disputas entre os atores continuam presentes. O momento da “avaliação” é quando as políticas governamentais podem ser complementadas, alteradas, desconstruídas e, sobretudo, tornar-se políticas de Estado. Na avaliação, a política pública volta para a agenda do governo, e o processo de disputa política se reinicia, sendo fundamental que os atores cuidem para que ela não sofra alterações e distorções, ou que se façam as mudanças necessárias.

Momento 3:

A Educação Profissional como política pública

A Educação Profissional como política pública é o tema que fecha as discussões deste curso, considerando que a próxima atividade será sobre o planejamento da ação do Conselho. Ao mesmo tempo, este tema é o foco central do curso, considerando que o objetivo desta formação é justamente a capacitação dos Conselheiros na discussão e implantação da Educação Profissional no Território como política pública. Desta forma, inicia-se a conversa a partir do resgate e diálogo com todas as discussões realizadas ao longo do curso, considerando suas contribuições para o debate a ser realizado neste momento.

Em seguida, o formador divide os participantes em três grupos e entrega um trecho diferente do texto de Sílvia Manfredi, *Educação Profissional no Brasil*, para cada um dos grupos. Os grupos irão ler o trecho, discutir e escolher a palavra-chave que se destaca no texto. Explicita-se aos grupos que não é necessário que elaborem uma apresentação, mas que apenas leiam o conteúdo do trecho e digam qual é a palavra-chave que escolheram e justifiquem a escolha.

Durante a apresentação dos grupos, a coordenação faz provocações com a intenção de questionar e problematizar as escolhas. A coordenação pode solicitar, ainda, que os participantes reflitam e discutam sobre algum aspecto que considerem importante em relação às três palavras-chave – educação, desenvolvimento e trabalho –, remetendo, dentro do possível, ao que foi discutido ao longo do curso.

O objetivo deste exercício é apresentar os Conselhos como agentes da ação de uma política pública que articula educação (escola), trabalho (atividade do ser humano e emprego) e desenvolvimento (bem-estar nas suas diversas dimensões).



Uma vez montado o esquema acima, a coordenação faz a síntese da discussão, resgatando os principais conceitos produzidos ao longo do curso e explicitando o lugar do Conselho na concepção e realização da política pú-

blica de Educação Profissional; reafirmando, neste momento, o papel e a responsabilidade que os gestores dos Centros Territoriais e Estaduais de Educação têm na construção dessa política, a partir da articulação dos principais atores sociais do Território para participar do Conselho.

Sugestões de leitura ao formador:

- ARREIRA, D. Indicadores de incidência em políticas públicas. **La Piragua – Revista Latinoamericana de Educación y Política**, n. 26, II, CEAAL, 2007, p. 79-84.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: UnB; Imprensa Oficial. 5. ed., 2003.
- HEGEL, G. W. F. **A razão na história**: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001.
- GOHN, M. G. **Conselhos gestores e gestão pública**. Ciências Sociais Unisinos, Porto Alegre; v. 42, n. 1, 7 p., jan./abr. 2006.
- MANFREDI, S. M. **A Educação Profissional ontem e hoje**: educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. v. III. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- TEIXEIRA, A. C. Até onde vai a participação cidadã?. **Le Monde Diplomatique**, Brasil, Ano 2, n. 7, p. 6-7, fev. 2008.

Material didático e outros recursos sugeridos:

- MANFREDI, S. M. **A Educação Profissional ontem e hoje**: educação profissional no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.
- RUA, M. G.. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). **O Estudo da Política**: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Resumos dos textos utilizados na atividade:

- RUA, M. G.. Análise de Políticas Públicas: conceitos básicos. In: Maria das Graças Rua; Maria Carvalho. (Org.). **O Estudo da Política**: Tópicos Seleccionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

Resumo: Neste texto, a autora sistematiza os principais conceitos subjacentes à literatura sobre as políticas públicas, situando-as dentro de um processo político que se expressa na relação do poder público com a sociedade civil. Conceitua os

diversos momentos deste processo, explicitando que a efetivação das demandas políticas da sociedade ocorre após o estabelecimento de decisões oriundas de uma arena política fluída, em que os diversos interesses da sociedade disputam a orientação política da ação estatal.

A autora evidencia, assim, que as questões presentes na sociedade apenas receberão a atenção do poder público mediante um conjunto de ações inter-relacionadas dos atores sociais envolvidos e dos agentes públicos (burocracia estatal e poder político partidário), sendo positiva a ação do Estado que se derivou da correlação de forças e do grau de efetividade das estratégias utilizadas pelos atores envolvidos no processo.

● MANFREDI, S. M. **A Educação Profissional ontem e hoje: educação profissional no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2002.

Resumo: O livro constrói um retrato da Educação Profissional no Brasil contemporâneo, tomando como ponto de partida as relações e tensões entre trabalho, escola e profissionalização, vistas de uma perspectiva histórico-sociológica. Faz breve recuperação histórica das concepções e práticas que marcaram o desenvolvimento da Educação Profissional na sociedade brasileira, desde o período da colonização até nossos dias, com destaque para o projeto de reforma da Educação Profissional instituído pelo Estado mediante o Decreto 2.208/97.

Contempla e analisa os principais projetos, experiências e agências formativas de Educação Profissional existentes nos diferentes espaços da sociedade civil, destacando as iniciativas do Estado, dos empresários e das organizações populares e sindicais. Além de elaborar uma radiografia das iniciativas de Educação Profissional na atualidade, mostra que a educação se efetiva nos diversos espaços da sociedade, extrapolando o âmbito puramente escolar. Contém também uma análise das atuais políticas públicas de formulação, financiamento e gestão da Educação Profissional e dos desafios que envolvem.

Objetivos:

- Construir um Plano de Ação do Conselho, a partir de alguns conceitos básicos do planejamento estratégico situacional;
- Exercitar a atuação dos Conselheiros através da produção e análise de diagnóstico, discussão e elaboração de proposta de um Plano de Ação do Conselho;
- A partir do planejamento e elaboração do Plano de Ação, propiciar ao Conselheiro a construção da relação entre conhecimento e ação.

Desenvolvimento:

- Momento 1: O que é planejar; porque se planeja e quem participa do planejamento;
- Momento 2: Plano de Ação do Conselho.

Momento 1:

O que é planejar; porque se planeja e quem participa do planejamento

Inicia-se a conversa sobre o que é planejar, porque se planeja e quem participa do planejamento, levantando com os participantes como o planejamento faz parte das atividades cotidianas das pessoas e, em especial, quando ocorrem eventos extraordinários como, por exemplo, férias.

Utiliza-se o exemplo das férias por ser um evento que demanda planejamento do uso de diversos recursos, sejam eles financeiros, de conhecimento do local escolhido, condições meteorológicas, vestimenta adequada, condições da estrada, mapas etc.. Com esse exemplo, o formador explora alguns dos elementos fundamentais a serem considerados em qualquer planejamento normativo. Aborda, ainda, os conceitos de estratégia e tática, planos de contingência ou planos B, análise situacional e o estudo dos outros atores, monitoramento permanente e avaliação, que são decorrentes da concepção de Planejamento Estratégico Situacional (ver *Anexo 17*).

Os elementos fundamentais considerados em qualquer método de planejamento são recolhidos das falas dos Conselheiros e complementados pela coordenação, a ressaltar:

1. Objetivo e/ou metas – em qualquer planejamento tem-se um objetivo a ser cumprido ou meta(s) a ser(em) alcançada(s). Na verdade, planeja-se para obter um resultado desejado. Porém, nem sempre o resultado obtido é o desejado. No exemplo das férias, o objetivo pode ser: conhecer um determinado lugar;

2. Lista de ações ou atividades – Para se tentar alcançar o objetivo proposto, quem planeja traça quais são os passos que devem ser dados para se chegar lá. Em geral, esta etapa é constituída de uma sequência de atividades ou ações que devem ser executadas numa certa ordem. No exemplo das férias surgem ações como: elaborar roteiro, fazer a revisão do automóvel, reservar hotéis, comprar um guia/mapa do local, entre outras;

3. Prazos e responsáveis – Às atividades que devem ser desenvolvidas é preciso atribuir prazos e responsáveis, de forma a monitorar o andamento das ações, o uso de recursos e a viabilidade ou o enfrentamento da vulnerabilidade. Quando se planeja as férias, os prazos de algumas atividades são tão importantes que podem comprometer a viagem. Por exemplo, perder o prazo de emissão de uma passagem ou não ter o carro pronto na data programada pode acarretar prejuízos como o pagamento de diárias em hotéis sem comparecimento e outros.

Caso a coordenação julgue necessário – e possível, em função da constituição do grupo e do tempo reservado para esta discussão –, outra sugestão é começá-la convidando os participantes a assistirem ao filme *Onze Homens e um Segredo (Ocean's Eleven)*, de Steven Soderbergh, lançado em 2001, com duração de 117 min.

A exibição desse filme tem como intuito uma primeira aproximação ao tema do planejamento. *Onze homens e um segredo* relata um grande assalto a um cassino no Texas. Porém, para que a empreitada fosse bem-sucedida, os ladrões tiveram de planejar minuciosamente a ação, isto é, realizar pesquisas, levantamentos, observações sobre o local e a rotina do alvo. Também consideraram as aptidões e especializações de cada integrante do grupo. Esse aspecto do planejamento da ação (roubo) e das adaptações necessárias durante a sua execução, servirão para iniciar a conversa sobre a importância de se planejar e que nós, seres humanos, planejamos (ou deveríamos planejar) nossas ações em todos os âmbitos de nossas vidas.

Em seguida, sugere-se uma conversa sobre o filme, visando discutir o que é planejar; porque se planeja e quem participa do planejamento. Para tal, algumas questões mobilizadoras podem ser discutidas:

- O que foi visto no filme?
- O que estava sendo planejado?
- Como foi feito o planejamento?
- Qual o papel que cada um teve no planejamento?
- Tudo saiu como o planejado? Houve a necessidade de re-planejar?

Em seguida, partindo do conhecimento dos participantes, inicia-se a construção do conceito de planejamento considerando necessidade e utilidade, questionando se, no cotidiano, eles planejam e porque planejam. Neste momento, a aula pode continuar conforme previsto nessa atividade, utilizando-se o exemplo das férias.

Como o planejamento real da ação dos Conselhos será algo a ser realizado com determinada periodicidade, esse filme também pode ser utilizado neste momento.

Momento 2: Plano de ação do Conselho

Neste momento, a coordenação explica que o objetivo da proposta é trabalhar sobre um Território fictício, ao invés de um Território real. A ideia, neste caso, é vivenciar o planejamento com algum distanciamento, para que todos se debruçam sobre as informações apresentadas e, ao mesmo tempo, enfrentem o desafio da falta de alguns dados necessários.

Para esta atividade, foram criados alguns exemplos de Territórios fictícios, com base em informações e dados de Territórios de Identidade verdadeiros. Algumas características foram de propósito substituídas por outras equivalentes, com o intuito de evitar que os Conselheiros relacionem com os Territórios reais. No *Anexo 17* encontram-se os Territórios fictícios elaborados, ressaltando, mais uma vez, que eles podem ser alterados, caso a coordenação avalie a necessidade, assim como criar ou excluir algum Território fictício. Neste caso, essa re-elaboração precisa ser feita antes da atividade.

Os participantes são divididos em quatro grupos, garantindo, dentro do possível, que em todos os grupos estejam representantes de cada segmento e de diferentes Territórios. Em seguida, é entregue para cada grupo um conjunto de informações e dados sobre um Território fictício. Cada grupo deve simular e imaginar que se constitui o Conselho daquele Centro de Educação Profissional hipotético. Os Conselheiros são incentivados a usar todo o conhecimento construído ao longo do curso, bem como o conhecimento acumulado e os resultados do processo de elaboração do Trabalho Intermódulos.

A realização do exercício segue o seguinte roteiro:

1. Leitura do texto sobre um determinado Território fictício;
2. Análise dos dados contidos no texto;
3. Identificação das demandas do Território para os Conselhos;
4. Eleição das prioridades;
5. Elaboração do Plano de Ação para o enfrentamento de cada prioridade.

O quadro a seguir é sugerido para que os participantes registrem o trabalho em grupo, podendo ser entregue para cada grupo ou desenhado no *flip chart* pela coordenação.

PLANO DE AÇÃO DO CONSELHO DO CEEP OU DO CETEP

DEMANDAS	AÇÕES	PRAZOS	RESPONSÁVEIS
Prioridade 1	Ação 1	Prazo 1	Resp. 1
	Ação 2	Prazo 2	Resp. 2

	Ação n	Prazo n	Resp. n
Prioridade 2	Ação 1	Prazo 1	Resp. 1
	Ação 2	Prazo 2	Resp. 2

	Ação n	Prazo n	Resp. n
...			
Prioridade n	Ação 1	Prazo 1	Resp. 1
	Ação 2	Prazo 2	Resp. 2

	Ação n	Prazo n	Resp. n

Ao final do trabalho, cada grupo apresenta o resultado da discussão, no plenário. Em seguida, abre-se a palavra para dúvidas e questionamentos por parte dos outros participantes, assim como para os comentários da coordenação, com o intuito de corrigir eventuais equívocos e chamar a atenção para a importância do detalhamento das ações dos Planos.

Como encaminhamento final do processo de formação, é ressaltada a necessidade de mobilização de todos os Conselheiros para que, juntos, elaborem um Plano de Ação para o Conselho, de maneira similar ao que foi feito neste exercício sobre o Território fictício, envolvendo todos os Conselheiros. Vale lembrar os participantes que o trabalho já realizado, entre os Módulos, forneceu muitos subsídios que podem ser utilizados para elaborar o diagnóstico de cada Território.

É importante frisar, finalmente, dois pontos já discutidos no

Momento 1:

1. A necessidade de revisão dos Planos de Ação ao longo de um determinado período, considerando que a realidade muda, assim como as prioridades;

2. A necessidade de que o Plano de Ação seja refeito a cada novo mandato dos membros do Conselho.

Em outras palavras, o Plano de Ação do Conselho poderá dar a diretriz e orientar as reuniões do Conselho. A pauta de cada reunião deve

ser dada pelo monitoramento das ações do Plano. Este acompanhamento permanente e as necessárias mudanças de rota e ajustes das ações é que darão vida e significado à atuação do Conselho.

Sugestões de leitura ao formador:

- Huertas, F. **Entrevista com Matus**, o Método PES. São Paulo: Edições Fundap, 1997.
- Matus, Carlos. **Adeus, senhor presidente, governantes governados**. São Paulo: Edições Fundap, 1997.
- _____, **Chipanzé, Maquiavel e Ghandi, Estratégias Políticas**. São Paulo: Edições Fundap, 1996.
- _____, **O Líder Sem Estado-Maior**. São Paulo: Edições Fundap, 2000.
- _____, **Política, Planejamento & Governo**. Brasília: IPEA, 1993.
- DIEESE. **Plano de ação do conselho**: caderno de orientações. Salvador: DIEESE, 2012. 32 p.

Material didático e outros recursos utilizados na atividade:

- DIEESE. **Plano de ação do conselho**: caderno de orientações. Salvador: DIEESE, 2012. 32 p.

Resumo: Este Caderno tem o duplo objetivo de sistematizar a discussão realizada sobre planejamento no processo de capacitação dos Conselheiros dos Centros de Educação Profissional, executada pelo DIEESE, e subsidiar teórica e praticamente os Conselheiros para elaborar o planejamento do Conselho. O Caderno é composto de duas partes: a primeira contém os pressupostos teórico-metodológicos do Planejamento Estratégico Situacional e a segunda se propõe a trabalhar, em linhas gerais, os subsídios para a elaboração do Plano de Ação do Conselho de um Centro Estadual ou Territorial de Educação Profissional. Além disso, traz também referências bibliográficas.

Espera-se que os Conselheiros dos Centros de Educação Profissional utilizem esta publicação como uma ferramenta que os auxilie na elaboração, no monitoramento permanente e na avaliação constante do planejamento das ações do Conselho.

- Exemplo de Territórios Fictícios

Objetivos:

- Avaliar o processo de formação realizado;
- Conversar sobre uma possível continuidade da formação dos Conselheiros;
- Realizar a certificação;
- Fazer o encerramento do curso.

Desenvolvimento:

- Momento 1: Avaliação do processo de formação realizado e propostas futuras;
- Momento 2: Certificação
- Momento 3: Encerramento do curso

Momento 1:

avaliação do processo de formação realizado e propostas futuras

A avaliação final do curso pode ser composta de duas partes: o preenchimento de ficha individual de avaliação final – sugere-se a mesma utilizada ao final do Módulo I (*Anexo 7*) e uma avaliação em grupos.

Para a avaliação coletiva, os participantes são divididos em grupos, aleatoriamente, sendo solicitado que refaçam todo o percurso da formação nos dois Módulos (ou, em todos os momentos, caso a formação tenha ocorrido de outra forma) e que discutam:

a) a avaliação do grupo em relação ao curso desenvolvido;

b) sugestões de temas que possam fazer parte de um futuro curso, seminário ou encontro.

Após a conversa, os grupos devem retratar o item “a”, isto é, a avaliação da formação ocorrida, na forma de uma carta a um Conselheiro, futuro participante desta formação. É livre a forma como eles devem elaborar esta carta. O mote é: pensem no próximo Conselheiro que participará desta formação e dêem recados a ele. As sugestões de atividades (ou temas) futuras devem ser entregues para a coordenação.

Momento 2:

Certificação

Nos cursos realizados pelo DIEESE, houve a entrega de certificados aos participantes. Para tal, cada participante pegou um certificado, aleató-

riamente, e entregou para um colega de curso. Ao entregar, cada Conselheiro dizia algumas poucas palavras a respeito do colega a quem ele entregaria o certificado, como características pessoais, lembranças de contribuições do colega no processo de formação, entre outras.

Esta forma de entrega de certificados, na qual os próprios participantes se certificam entre si, busca ser coerente com a concepção de Educação praticada, que acredita no processo de construção coletiva do conhecimento produzido, no qual cada um, a partir de seu repertório, modifica a si mesmo e ao outro, bem como o conhecimento existente.

Momento 3:

Encerramento

Para o encerramento, a coordenação pode abrir a palavra, caso alguém queira explicitar sua avaliação individual, e agradece a todos pela participação.

Material a ser entregue aos Conselheiros

- Ficha de avaliação individual do curso;
- Certificados do curso.

Os anexos deste caderno estão também em CD-ROM

ANEXO 1

Texto sobre a concepção de educação do DIEESE

O DIEESE e a permanente construção de uma concepção de educação no mundo do trabalho

1 - A CRIAÇÃO DO DIEESE

Fundado em 1955, por um grupo de 20 entidades sindicais, o DIEESE nasceu para ser um espaço de produção de conhecimento, reunindo dirigentes sindicais e intelectuais. O objetivo inicial da criação da entidade foi desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

No final da década de 1970 e, sobretudo, no começo dos anos 1980, o movimento sindical passou a demandar ao DIEESE, além da pesquisa e da assessoria na negociação coletiva, a formação dos dirigentes sindicais para a ação sindical, abrangendo diversos temas. Para atender a essa demanda, o DIEESE realizou uma pesquisa sobre a formação sindical no Brasil, levantando as necessidades temáticas e direcionando o trabalho para a formação de coordenadores de educação sindical.

Desta forma, o DIEESE passou a atuar nas áreas de assessoria, pesquisa e educação, como resultado da cooperação bem-sucedida entre técnicos e dirigentes, o que possibilitou a realização de um trabalho que tem credibilidade em toda a sociedade. A produção nessas três áreas está focada em alguns temas: emprego, renda, negociação coletiva, desenvolvimento e políticas públicas.

Todas as correntes do movimento sindical estão na direção do Departamento, mantendo o princípio da pluralidade que deu origem à instituição. O DIEESE é uma entidade de abrangência nacional, com sede em São Paulo (Escritório Nacional) e Escritórios Regionais em 17 Unidades da Federação (Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe). Além disso, possui subseções em todo o território nacional, organizadas em redes setoriais.

A equipe técnica é multidisciplinar e composta por sociólogos, economistas, engenheiros de produção, analistas de sistemas, estatísticos, entre outros.

2 - A CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO DIEESE – NA REALIDADE, UMA CONCEPÇÃO DE MUNDO, DE HOMEM E DE CONHECIMENTO

Os debates sobre uma concepção de educação no DIEESE surgiram no final dos anos 1960, num contexto marcado por crescente discus-

são sobre a educação no Brasil e na América Latina, a partir de reflexões sobre as *práxis* educativas e sua relação com a questão do subdesenvolvimento e da dependência.

Neste contexto, a educação do DIEESE dialogou e bebeu em diversas fontes: nas práticas educativas de alfabetização de adultos, com Paulo Freire; na discussão de Oscar Jara; Carlos Nuñez; no método “ver-julgar-agir”, das comunidades de base; na metodologia do P-T-P - “prática-teoria-prática”; na concepção das escolas livres do Anarquismo e do Psicodrama, com Jacob Levi Moreno.

Nos anos 1980, diante de um cenário de intensificação das reflexões sobre as práticas educativas, entre elas a Concepção Dialética da Educação Popular, do Grupo Alforja, com Oscar Jara e, no Brasil, do Cepis (Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae) e da Metodologia da Práxis, com Marcos Arruda no Pacs (Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul), o DIEESE desenvolveu a Metodologia para a Reflexão e a Ação. Esta metodologia considera que o processo de educação se dá através de situações de ensino e aprendizagem em que trabalhadores e educadores são, ao mesmo tempo, professores e aprendizes. Ambos são sujeitos ativos na reelaboração do conhecimento, possibilitando uma síntese entre o que o trabalhador traz de suas experiências e o novo conhecimento que lhe é apresentado.

A Metodologia para a Reflexão e a Ação permite o aprendizado de procedimentos de análise, questionamento e aprofundamento de conhecimentos sobre a realidade, a partir da lógica dos trabalhadores. O resultado é a produção de um conhecimento que é instrumento efetivo de motivação e planejamento da ação coletiva de intervenção do movimento sindical. Tal concepção pode ser sistematizada em três momentos: 1. O que é e como é para você? 2. Será que é e por que é? 3. O que fazer e como fazer?

Nos anos 1980, o DIEESE passou a atentar para a questão da grupalidade, tendo como preocupação principal olhar para o grupo, com intencionalidade formativa, a partir do entendimento do grupo como elemento decisivo no processo de produção de conhecimento.

A instituição desenvolveu ainda o MAPPES-Sindical, que é uma adaptação do método de Matus para a assessoria ao planejamento no movimento sindical.

Em meados dos anos 1990, houve uma mudança na Educação no DIEESE, quando se iniciou um processo de discussão das atividades formativas com os técnicos da instituição, para que todos pudessem vir a realizar atividades formativas. Paralelamente, a instituição realizava o PCDA – Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores Sindicais, do qual participavam todas as centrais sindicais. Tal curso foi ministrado entre 1994 e 2000, possibilitando e, ao mesmo tempo, exigindo a retomada da reflexão e discussão sobre os princípios da prática educativa no DIEESE.

A partir desta demanda, foram construídos três trabalhos de formação para os técnicos do DIEESE que tinham como intenção criar espaços de reflexão, discussão e construção coletiva de conhecimentos em torno da temática da negociação coletiva e da concepção de educação. Os GAMs - Grupo de Acompa-

nhamento Metodológico (três encontros, entre 1999 e 2001), os Genes – Grupo de Especialização em Negociação Coletiva (dois encontros, em 2000 e 2001) e os kits temáticos foram espaços importantes para se discutir as concepções de educação que se realizavam na prática dos técnicos do DIEESE na assessoria, pesquisa e educação.

Os kits temáticos foram construídos a partir de um diálogo permanente entre técnicos do DIEESE e os dirigentes sindicais, do início ao final da elaboração, que durava 12 meses. Ao final, foram elaborados 18 kits sobre os diversos temas da agenda sindical compreendidos nos eixos temáticos negociação, emprego e renda. Em 2008, outros dois kits foram elaborados: História do Movimento Sindical e Plano de Cargos e Salários.

A partir de 2002, foram realizados também os cursos (num total de quatro) de Formação de Multiplicadores, direcionados tanto aos técnicos do DIEESE como aos formadores do movimento sindical. Nesses cursos, a intenção principal foi discutir as concepções de mundo, de Homem e de conhecimento que são a base de uma concepção de Educação e que pretende explicitar ao formando sua condição de sujeito histórico e, portanto, capaz de transformar a realidade concreta.

Finalmente, vale destacar que, nos últimos dois anos, está em discussão a construção de uma Escola de Ensino Superior, que será uma instituição do DIEESE e das Centrais Sindicais brasileiras. Esta Escola tem como objetivo produzir conhecimento e formar pessoas com um projeto de intervenção propositiva na realidade, refletindo as necessidades e valores da classe trabalhadora.

3 - OS ATUAIS FUNDAMENTOS DA CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NO DIEESE

A educação, como área de atuação do DIEESE, está calcada em um projeto político de uma classe: a classe trabalhadora. Para ela, a educação para adultos, prioritariamente dirigentes sindicais, é vista como a possibilidade de produção e de apropriação de um conhecimento que responda aos seus interesses, visto que vivemos em um mundo “(...) *no qual o vínculo entre o saber e o poder tornou-se indissolúvel (...)*”¹

Nesse sentido, as atividades desenvolvidas pela área de educação no DIEESE têm como objetivo propiciar o diálogo entre os conhecimentos produzidos por alunos adultos, ao longo da vida, e o conhecimento científico socialmente e historicamente produzido e acumulado.

O novo conhecimento, que nasce na atividade formativa, é produzido pela e para a classe trabalhadora e visa a transformação de sua realidade concreta. “(...) *O sujeito que conhece não é um espelho, não é um aparelho registrando passivamente as sensações geradas pelo meio circunvizinho. Pelo contrário, é precisamente o agente que dirige este aparelho, que o orienta, o regula e, em seguida, transforma os dados que este lhe fornece*”²

1. CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ser educador hoje?**: da arte à ciência: a morte do educador. In: BRAN-DÃO, Carlos R. (org.). *O educador: vida e morte*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 59

2. SCHAFF, Adam. Pressupostos gnoseológicos. In: **História e Verdade**, p. 82.

A concepção de educação adotada pelo DIEESE, em consonância com sua posição de produtor de conhecimento, parte de uma abordagem sócio-histórica que *“considera a aquisição do conhecimento um processo em que a interação dos participantes com o conhecimento que desejam obter não é solitária, mas sim, social; não é direta, mas mediada”*³.

Assim, a educação é entendida como um processo porque o conhecimento não é único nem finito, é produzido por sujeitos que, em suas atividades cotidianas, transformam e são transformados historicamente e, ao mesmo tempo, veem e analisam a realidade a partir das suas experiências.

Um trabalhador da indústria química, por exemplo, percebe o processo de trabalho na fábrica em que trabalha de um modo diferente de outro trabalhador da mesma empresa, ou do proprietário da empresa, pois cada um tem uma trajetória diferente, determinada a partir de seu lugar social e é assim e por isso que são construídos repertórios diferentes.

É bom lembrar ainda que o conhecimento científico, ou seja, aquele que é tido como universal, na verdade pertence a uma época, a uma classe, a uma etnia. Mais que isso, o conhecimento não é eterno, mas se transforma com a transformação da sociedade.

O homem produz conhecimento quando atua no trabalho, na leitura, vendo um filme, cotidianamente. Cada uma dessas interações com o mundo é mediada porque o postulado fundamental da Escola de Psicologia Sócio-histórica é que *“as funções psicológicas humanas diferem dos processos psicológicos de outros animais, porque são culturalmente mediadas, historicamente desenvolvidas e emergem da atividade prática.”*⁴

A peculiaridade da atividade formativa organizada, diferentemente dos processos informais de obtenção de conhecimento, é que sempre há uma intenção do formador ao atuar na mediação. Esta intencionalidade, consciente ou não, pode ser a de reprodução do conhecimento acumulado, ou seja, de manutenção e reforço do que está estabelecido, do *status quo*. Entretanto, a intenção da formação pode ser também a de transformação desse conhecimento, procurando a construção de significados que sejam compartilhados por um determinado grupo e que contemplem sua ação. No limite, o que se procura é a transformação da realidade tendo como objetivo um determinado projeto de sociedade. Esta é a concepção realizada pelo DIEESE, seja numa atividade de formação sindical, de assessoria ou de pesquisa.

Para que este modo de produzir conhecimento se concretize, é necessário que a relação entre objeto do conhecimento (conteúdo), sujeito de conhecimento (aluno) e formador se desenvolva de uma certa maneira na atividade formativa, ou seja, é preciso que a metodologia de aprendizado seja coerente com esta concepção de educação.

O formador atua na mediação propondo ao sujeito do conhecimento exercícios, desafios, questões *“(...) que vão criando sucessivas*

3. DIEESE. **Caderno do Formador**. Seminário emprego e desemprego: desafios à ação sindical, (kit – Coleção Seminários de Negociação). São Paulo, 2004, p. 20.

4. MOOL, Luís. **Vigotsky e a educação**. Artmed: Porto Alegre, 2002, p. 87

oportunidades de interação com o objeto de conhecimento. O formador busca, através destes exercícios, mobilizar o repertório dos participantes da atividade formativa, ou seja, tudo o que já sabem, criando possibilidades para mediar a relação entre o conhecimento existente no grupo e o conhecimento socialmente acumulado”.⁵ Esse processo formativo, que inclui o repertório (experiência de vida) do *aprendente* leva à produção de um conhecimento novo.

A partir dessa perspectiva, o DIEESE tem como referência que *“o conhecimento é, pois, um processo infinito, mas um processo acumulando as verdades parciais que a humanidade estabelece nas diversas fases do seu desenvolvimento histórico. Alargando, limitando, superando verdades parciais, o conhecimento baseia-se sempre nelas e toma-as como ponto de partida para um novo desenvolvimento”*⁶. Dessa forma, quanto maior o repertório do sujeito ou o conhecimento de um grupo, maiores serão as possibilidades de compreensão da realidade e, portanto, de intervenção nessa realidade.

Do mesmo modo, a amplitude e a qualidade do repertório do formador interferem na produção do novo conhecimento na trajetória formativa. Se o formador é aquele que atua na mediação entre conhecimentos individuais e o conhecimento formalizado, é importante que domine bem tanto o conhecimento formalizado quanto o repertório daqueles que estão ali para aprender.

A mediação do formador será mobilizadora quando solicitar aos aprendentes que elaborem seu pensamento através de leitura, filmes, conversas sobre situações, cenas, representações e histórias – entre várias outras possibilidades – porque nelas há o movimento que possibilita atribuir um novo significado às experiências e aos conhecimentos individuais.

Assim, na concepção de educação do DIEESE, há sempre a intenção de recuperar a totalidade do processo histórico a despeito da aparente fragmentação da realidade. Isso se faz com a retomada da dimensão histórica e social de uma problemática, mesmo que, em princípio, ela pareça ser um conjunto de experiências individuais.

A passagem da experiência individual fragmentada para uma construção social leva não só à recuperação da totalidade, mas também, e conseqüentemente, à percepção dos *aprendentes* de seu papel de sujeitos da história. Finalmente, para concluir esta breve síntese, a concepção de educação do DIEESE considera o sujeito da aprendizagem como aquele que transforma e é transformado pela atividade de aprender e a aprendizagem como um processo que não começa nem termina na atividade formativa.

5. DIEESE p. 20.

6. SCHAFF, p. 97.

ANEXO 2

Sugestões para apresentação dos participantes

APRESENTAÇÃO	AGRUPAMENTOS POR CARACTERÍSTICAS
OBJETIVO	Apresentação dos participantes
QUANDO SE USA	No início de uma atividade
PARA QUE SERVE	<ul style="list-style-type: none">- Para iniciar a criação do grupo, mesmo que todos já se conheçam;- Para integrar participantes que não se conhecem;- Muito apropriada para dar início à constituição do grupo, pois evidencia o que os participantes têm em comum.
O QUE POSSIBILITA	<ul style="list-style-type: none">- Que as pessoas percebam que integram diferentes grupos;- Evidenciar que, apesar das diferenças, existem características comuns naquele grupo;- Constituir o grupo, finalizando com algum agrupamento que inclua a todos;- Anotar os agrupamentos no quadro, para depois ter um perfil daquele grupo;- Um ambiente descontraído e divertido.
VARIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Iniciar com agrupamentos do tipo: sexo, idade, local de nascimento, escolaridade, estado civil, tempo de conselho etc.;- Continuar com agrupamentos mais “lúdicos”: time para o qual (os participantes) torcem, tipo de calçado, cor dos olhos ou dos cabelos, altura, vestimenta etc.;- Finalizar com o que os une, formando um grupo só.
CUIDADOS!	<ul style="list-style-type: none">- Não evidenciar diferenças que não possam ser bem trabalhadas pelo grupo. Por exemplo, em um grupo de jovens, deixar uma pessoa isolada no agrupamento por idade, ou a filiação política de um indivíduo etc..
TEMPO	- A critério do coordenador, no mínimo 30 minutos.
RECURSOS	- Papel cartaz, pincel atômico e fita crepe para anotar o perfil do grupo e afixar na parede.

DESENVOLVIMENTO

1. O coordenador explica ao grupo como será a atividade.
2. Inicia com o primeiro comando: agrupem-se pela cor dos olhos!, por exemplo.
3. O coordenador deve esperar até que os grupos estejam definidos e deve dar um tempo para que os integrantes conversem um pouco sobre suas características comuns. Se quiser, pode ir “conferir” se o agrupamento está correto.
4. Só então o coordenador dá o próximo comando para agrupamento. E assim sucessivamente.
5. Para finalizar, é sempre interessante reconstituir o grupão. Ou seja, pensar em um comando que coloque todos os participantes em um único grupo. Se possível, incluir até o próprio coordenador.
6. Voltando aos seus lugares, o coordenador sugere que as pessoas comentem sobre o que acharam, como se sentiram etc..

APRESENTAÇÃO	EU TE AMO
OBJETIVO	Reencontro dos participantes.
QUANDO SE USA	No início de uma atividade.
PARA QUE SERVE	Para o reencontro de um grupo, portanto, quando os participantes já se conhecem.
O QUE POSSIBILITA	- Relembrar o nome das pessoas; - Um ambiente descontraído e divertido.
CUIDADOS!	- Esta brincadeira não deve ser utilizada para grupos que não se conhecem.
TEMPO	- A critério do coordenador, no mínimo 30 minutos.
RECURSOS	- Espaço para colocar as cadeiras em círculo.

DESENVOLVIMENTO

1. O coordenador explica ao grupo como será a atividade e faz uma rodada para ficar bem claro o seu desenvolvimento;
2. Os participantes fazem uma roda, sentados em suas cadeiras dispostas em círculo;
3. Deve sempre haver uma cadeira a menos que o número de participantes, dado que uma pessoa sempre estará no meio da roda;
4. A pessoa que estiver no meio escolhe um participante sentado na roda e pergunta: Fulano (dizendo o nome da pessoa), você me ama?
5. A pessoa indagada deve responder: Sim, eu te amo porque _____, e, em seguida, deve dizer alguma característica da pessoa que fez a pergunta. Pode ser uma característica física, o modo de ser da pessoa, a roupa que ela está usando, apenas a cor da roupa, tipo de sapato, preferências, entre outras. As possibilidades são muitas.
6. Quando a indagada responde, por exemplo: Sim, eu te amo porque você está usando sandálias, ou porque tem cabelo preto ou porque usa jeans ou porque é bonito etc., todos os participantes que entendem ter a mesma característica devem se levantar e mudar de lugar, isto é, sentar-se em outra cadeira (que ficou vazia, porque a pessoa se levantou). Só podem permanecer sentados em seus lugares os que não apresentam a característica citada (não estão de sandálias, não têm cabelo preto, não usam jeans, não se julgam bonitos etc.).
7. A pessoa que fez a pergunta também precisa se sentar em uma cadeira. No momento em que todos (que se identificaram com a característica citada) se levantarem, ela se junta a eles, que procuram por novos lugares para sentar.
8. Desta forma, como há uma cadeira a menos, sempre sobrá uma pessoa no centro que irá dar continuidade à brincadeira.

ANEXO 3

Ficha sobre Aula Dialogada

PLENÁRIA	AULA DIALOGADA
OBJETIVO	Apresentar elementos, introduzir conceitos ou aprofundar questões a partir do conhecimento existente no grupo, mobilizando e recolhendo seu repertório, de forma participativa.
QUANDO SE USA	Quando o formador se propõe a aportar o conhecimento socialmente acumulado e formalizado em diálogo com o conhecimento que os participantes já trazem, de forma a proporcionar a apropriação de um novo conhecimento por cada participante e a construção coletiva de um novo conhecimento pelo grupo.
PARA QUE SERVE	<ul style="list-style-type: none">- Para que o conhecimento a ser apropriado seja construído coletivamente;- Para enriquecer o conteúdo a ser trabalhado com as experiências e o conhecimento dos participantes;- Para que o processo ensino-aprendizagem seja potencializado, isto é, que a apropriação do conhecimento se efetive porque o grupo participou da sua elaboração, a partir da compreensão que cada participante aporta da sua realidade.
O QUE POSSIBILITA	<ul style="list-style-type: none">- Que o conteúdo aportado pelo formador dialogue com o conhecimento que o grupo já tem sobre o assunto e a temática. Que os elementos a serem trabalhados surjam do interesse do grupo.
VARIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- A aula dialogada é a realização de uma concepção de ensino-aprendizagem. Pode ser utilizada para se trabalhar qualquer tema. E também ser apoiada por outros recursos didático-pedagógicos como, por exemplo, anotações no quadro ou em papel cartaz, sistematizando as discussões, uso de apresentações, vídeos, músicas, poesias etc.
CUIDADOS!	<ul style="list-style-type: none">- Ao estimular a participação das pessoas, o coordenador deve ficar atento para não perder o fio da meada. E, ao mesmo tempo, permitir que todos possam se manifestar.
TEMPO	<ul style="list-style-type: none">- O coordenador define.
RECURSOS	<ul style="list-style-type: none">- Quadro ou similar.

ANEXO 4

Até onde vai a Participação Cidadã?

“Desde o início dos anos 1990 até o presente momento, tem sido possível observar a emergência de diferentes atores, portadores de diferentes projetos políticos, que enfatizam a participação como algo essencial. Entre eles, há os que pensam em um Estado mais enxuto, com as organizações da sociedade civil substituindo as instâncias estatais no exercício de várias funções; ou ainda defensores de propostas que reforçam apenas o caráter fiscalizatório, e quase policesco, da sociedade civil, com o intuito propalado de coibir a corrupção nos poderes públicos. O resultado é uma confluência perversa, em que atores com interesses contraditórios, e projetos políticos até antagônicos, defendem a participação dos cidadãos.” (...)

“O respeito ao conselho como instância deliberativa depende fortemente da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade civil. Se partirmos do pressuposto de que a criação de mecanismos participativos não substitui as instituições da democracia representativa, mas as complementa, o desafio parece ser como promover uma nova arquitetura institucional, na qual o sistema representativo possa ser fortalecido e tencionado pela inclusão de mecanismos de participação cidadã.” (...)

“No Brasil, embora várias instâncias participativas, como os conselhos de políticas públicas, tenham sido definidas como peças-chaves do processo de descentralização das políticas – principalmente das políticas sociais -, elas não encontraram seu lugar na estrutura do Estado. Resultado disso, podem constituir-se, em muitos casos, como institucionalidade paralela, com pouco ou nenhum efeito democratizante sobre as instituições estatais.” (...)

“Ao invés da complementaridade entre instituições participativas e representativas parece muito mais adequada a afirmação de uma combinação subordinada. Ou seja, a democracia brasileira, ao mesmo tempo em que inaugura uma ampla variedade de interfaces governo/sociedade, não os inclui como elementos de uma renovada arquitetura institucional, capaz de oferecer caminhos novos e alternativos à reforma democrática do Estado e à governabilidade.

A impressão é que as experiências participativas no Brasil, mundialmente reconhecidas, “correm por fora”, ficando na periferia do sistema, afetando pontualmente uma ou outra política setorial, a depender da vontade política dos governos e/ou do poder de pressão da sociedade organizada.”

Extraído de TEIXEIRA, Ana Cláudia. Até onde vai a participação cidadã?, in: **Le Monde Diplomatique Brasil**, Ano 2, Nº 7, Fev. 2008, p. 6-7.

ANEXO 5

Os olhos da mosca

Filo Arthropoda¹

A maioria dos artrópodes possui olhos cuja complexidade é bastante variável. Embora existam animais com olhos simples, como aranhas, os **olhos compostos** de insetos e crustáceos despertam maior curiosidade. Um olho composto é formado por várias unidades denominadas **omatídios**, cada qual contendo uma pequena lente derivada da cutícula exoesquelética. A superfície exterior da lente é uma faceta geralmente hexagonal. Cada lente funciona como unidade foto receptora e forma um ponto da imagem. Assim, a imagem total formada pelo olho composto resulta da soma das imagens formadas pelos omatídios excitados. Seria análoga àquela produzida em uma tela de televisão, onde a imagem é uma rede formada por pontos de luz. Um olho composto forma a chamada **imagem em mosaico**, na qual a imagem total resulta de pequenas peças colocadas umas ao lado das outras.

1. **FILO arthropoda**: resumo, 10 jun. 2007. Postado por Jerry Borges. Disponível em: <<http://superlimites.blogspot.com/>>. Acesso em: 14 maio 2012.

ANEXO 6

Trabalho Intermódulos

Objetivo: Iniciar uma reflexão sobre o desenvolvimento do Território observando os principais desafios colocados para seu desenvolvimento, bem como as suas potencialidades.

Contexto: Cada Conselho é formado por diversos segmentos que compõem, resumidamente, a *parte* Escola e a *parte* Mundo do Trabalho.

Quando falamos em desenvolvimento, adotamos um conceito ampliado do significado desta palavra, ou seja, social, ambiental, incluyente, que leve em conta as pessoas, para além do econômico.

O Conselho Escolar tem, como uma de suas atribuições, deliberar sobre as ofertas de cursos do seu Centro de Educação Profissional, entre outras. Como fazer isso de forma a atender, adequadamente, as demandas dos Territórios de Identidade?

Para responder à pergunta acima, devemos também refletir sobre o papel da Educação como elemento transformador da realidade. Se acreditarmos que a Educação tem um papel importante como impulsionador da transformação, então o Centro de EP também o tem, e conseqüentemente o Conselho Escolar, como espaço de reflexão, discussão e deliberação.

Quem são os atores sociais que têm interesses nesta transformação e no desenvolvimento do território? Outra atribuição deste Conselho é a de ser mobilizadora, apoiar, promover e estimular a comunidade escolar e o mundo do trabalho, para, articuladamente, atuar neste sentido, realizando ações que visem esta mudança.

Para isso, vamos nos debruçar sobre o nosso território, pensando os desafios e as potencialidades que se apresentam.

Questão orientadora: Como a Educação Profissional pode contribuir para o desenvolvimento do seu território?

Para responder à questão, considerar os seguintes elementos:

1. Levantar as características sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais do seu território;
2. Identificar as políticas públicas que existem, a presença do Estado no território;
3. Identificar as organizações da sociedade civil existentes no território;
4. Identificar as ofertas de Educação Profissional;
5. Identificar as demandas de Educação Profissional;
6. Pensar os desafios e potencialidades que estão colocados para o desenvolvimento de seu território, para além da vocação “natural”.

ANEXO 7

Ficha de avaliação individual

CURSO DE FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS

AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DA ATIVIDADE

Eu gostei:

Eu não gostei:

Eu sugiro:

Dê uma nota de 0 a 10 à atividade como um todo _____.

			
HOTEL	BOM	MÉDIO	RUIM
Localização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alimentação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acomodações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO 8

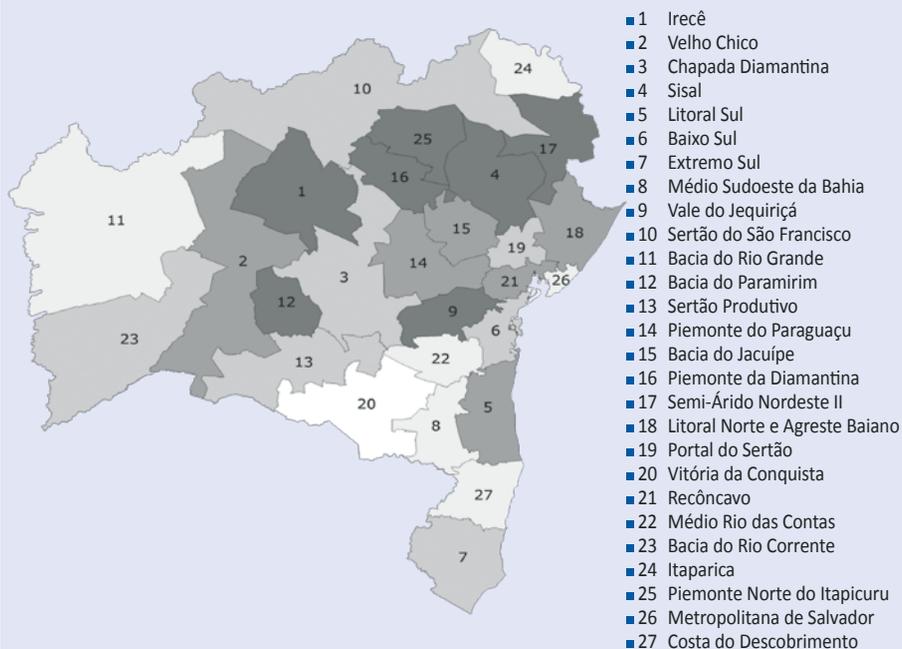
Conceitos de Território, Espaço, Identidade e Cultura (Slides no CD-ROM)

**“O centro do mundo está em todo lugar.
O mundo é o que se vê de onde se está.”**

Milton Santos

Documentário de Silvio Tendler
*Encontro com Milton Santos ou o
Mundo Global Visto do Lado de Cá*

Mapa dos Territórios



Tentar entender o conceito e a dinâmica de um **ESPAÇO** que está sempre em construção

Nosso ponto de partida é o “espaço (...) enquanto conjunto de elementos e dimensões que o compõem – suas relações ou fluxos, incluindo a base material natural ou construída; as atividades econômicas que são empreendidas; as estruturas sociais que são geradas e suas inter-relações; as instituições construídas e as regras do jogo; os valores; e os códigos adotados.”

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**.
 Brasília: IICA, 2009, p. 9

O Conceito de Espaço: A abordagem de Milton Santos

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.”

(SANTOS, 2006, p. 39).

“O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.”

(SANTOS, 1988, p.22).

Conceitos relacionados ao Espaço e ao Território

- Cultura
- Identidade
- Territorialidade

Porque a abordagem e enfoque territorial (PERICO, 2009)

- a) o rural é mais do que o agrícola
- b) a escala municipal é restrita
- c) a escala estadual é bastante ampla
- d) o território é a unidade

Encontro com Milton Santos ou o Mundo Global Visto do Lado de Cá

Ficha Técnica

Gênero: Documentário

Direção: Silvio Tandler

Estúdio: Caliban Produções Cinematográficas Ltda.

País de Origem: Brasil

Tempo de Duração: 89 minutos

Ano de Lançamento: 2006

Sinopse: O filme trata do processo de globalização com base no pensamento do geógrafo Milton Santos, que, por suas idéias e práticas, inspira o debate sobre a sociedade brasileira e a construção de um novo mundo.

Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DWmnM&feature=fvwrel>. Acesso em 10 jul. 2012.

ANEXO 9

Notas sobre os conceitos de Território, Espaço, Identidade e Cultura

O Conceito de Território: Diferentes Leituras

Não existe um conceito único de território. Cada autor conceitua território destacando aspectos dentro do território, de acordo com sua linha de trabalho e suas concepções teórico-metodológicas, com ênfase no aspecto econômico, no político e no cultural ou nas relações que estes estabelecem em conjunto.

F. Ratzel “[...] foi responsável pela divisão da geografia em três grandes campos de investigação – geografia política, biogeografia e antropogeografia. Dedicou atenção espacial à geografia humana para compreender as influências das circunstâncias naturais sobre a humanidade. Como resultado, elaborou os conceitos-chave de território e de espaço vital. Nessa perspectiva, o território expressa a conjugação de um povo (vivo) e de uma terra (estática), [...] Tendo o estado por referência, com suas subdivisões ou contradições internas, o território constitui sua expressão legal e moral, o que justifica sua defesa, assim como a conquista de novos territórios.” (PERICO, 2009, p.54).

Claude Rafestin [...] “espaço onde o trabalho é projetado, desde energia a informação, e em decorrência revela relações marcadas pelo poder [...] o território apóia-se no espaço, mas não é o espaço. Constitui produção a partir do espaço. Produção causada por todas as relações que envolve e que se inserem no campo do poder [...]” É nessa perspectiva que o autor enfatizou a necessidade de “compreender bem que o espaço antecede o território.” (Ibid., p. 56).

R. Sack “De acordo com Sack, o território constitui expressão de um espaço dominado por um grupo de pessoas que, com esse domínio, controles e influências sobre o comportamento de outros, exerce relações de poder. (Ibid., p. 56).

A formação do território a partir do espaço resulta da ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar-se do espaço, de forma concreta ou abstrata, (...) o ator o “territorializa.” (Ibid., p. 56).

Em comum entre estes e outros autores, percebe-se que cada um deles busca, em síntese, explicar o conceito e a dinâmica de um ESPAÇO que está sempre em construção.

O Conceito de Espaço: A abordagem de Milton Santos

“O espaço é formado por um conjunto indissociável, solitário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina.” (SANTOS, 2006, p. 39).

“O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais.” (SANTOS, 1988, p.22).

De acordo com Santos, o sistema de objetos seriam as forças produtivas e o sistema de ações, as relações de produção. Entretanto, acha mais adequado considerar o espaço como esse “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”, posto que as categorias clássicas, forças produtivas e relações de produção aparecem atualmente confundidas. (SANTOS, 2006).

Santos refere-se à necessidade de se compreender o espaço a partir de quatro categorias: forma, função, estrutura e processo. (PERICO, 2009).

A **FORMA** constitui o aspecto visível de um conjunto de objetos que formam um padrão espacial, como uma cidade ou um espaço rural. A **FUNÇÃO** constitui tarefa ou ação desempenhada pela(s) forma(s). A **ESTRUTURA** compõe-se dos aspectos sociais e econômicos de uma sociedade e reflete a natureza histórica do espaço em que as formas e as estruturas são criadas e justificadas. E o **PROCESSO** é uma ação que produz algum resultado de mudança nessas categorias.

“SANTOS (1996) alerta os leitores para não confundirem o espaço com o território. Na sua obra *Metamorfoses do espaço habitado*, o autor nomeia território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade.” (BORDO, 2004, p.7).

Santos, citando A. C. da Silva (1986, pp. 28-29), enfatiza a totalidade do espaço como categoria diante das demais: “as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, *habitat*, paisagem e população, que definem o objeto da geografia em seu relacionamento. (...) De todas, a mais geral - e que inclui as outras - é o espaço.” (SANTOS, 1988, p.25).

Conceitos relacionados ao Espaço e ao Território (PERICO, 2009)

Cultura – A cultura é a síntese definida historicamente pela tradição de todos os componentes do espaço geográfico. Abrange a construção de valores, costumes, princípios compartilhados, cosmovisões, crenças, simbologias e formas de vida que se fazem comuns, em dado espaço, para sua gente. A cultura é o que une um grupo social. No caso, nos interessa a cultura referida a determinado espaço geográfico – a cultura localizada, expressa nas características comuns que conformam grupos culturais.

Identidade – Um grupo cultural se expressa diante de estímulos externos, diferenciando-se de outros. Essa expressão é a manifestação de sua identidade, dos traços distintos que possibilitam se reconhecer e se diferenciar diante de situação concreta num momento específico. A identidade se fundamenta na cultura, mas não é a cultura. Enquanto a cultura é inerente a um grupo, a identidade se manifesta como ação social e coletiva concreta diante de outro(s). Enquanto a cultura une um grupo, a identidade o diferencia de outros.

Territorialidade (Territorialização) – A forma como os grupos se organizam para fazer a gestão, defender ou integrar seu território constitui expressão política da identidade no território. Consiste na expressão da territorialidade que se manifesta nos valores, como o patriotismo, o amor à terra, a diferenciação, a afirmação e a competência em relação a outros grupos ou territórios.

Justificativa e significados da abordagem e enfoque territorial (PERICO, 2009)

A adoção da abordagem territorial como referência para estratégia de apoio ao desenvolvimento rural se apóia pelo menos em quatro aspectos:

a) **o rural é mais do que o agrícola**, mais que um setor econômico, e as áreas rurais são definidas por suas características espaciais, apresentam menor densidade e maior peso dos fatores naturais, quando comparadas às áreas urbanas;

b) **a escala municipal é restrita** para o planejamento e a organização dos esforços de promoção do desenvolvimento;

c) **a escala estadual é bastante ampla** para conseguir cuidar da heterogeneidade e das especificidades locais, que devem ser mobilizadas em prol de iniciativas de desenvolvimento (por isso, a descentralização é necessária, diante das políticas públicas, enquanto articulação de competências e atribuição de espaços e de atores nos diferentes níveis territoriais); e

d) **o território é a unidade** que melhor dimensiona os laços de proximidade entre as pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mo-

bilizados e convertidos em eixo central para a definição de iniciativas orientadas ao desenvolvimento.

A abordagem territorial abrange as escalas dos processos de desenvolvimento e implica um método para favorecê-lo – reconhecendo não ser resultado de uma ação verticalizada do poder público – a partir de condições criadas para mobilizar os agentes locais para atuarem em termos de visão futura, elaborar diagnóstico de suas potencialidades e limitações (que contemplem os próprios meios para se obter o desenvolvimento sustentável). Assim, a perspectiva territorial permite formular uma proposta centrada nas pessoas que consideram a interação dos sistemas socioculturais e ambientais e que contemplam a integração produtiva e o aproveitamento competitivo de seus recursos como meios que possibilitam a cooperação e a co-responsabilidade dos atores sociais pertencentes ao território. Trata-se de uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas de intervenção pública com a perspectiva de se obter geração de riquezas com rendas sociais e equidade redistributiva, respeito à diversidade, solidariedade, justiça social e inclusão socioeconômica e política.

Referências

- BORDO, A. A.; SILVA, C. H. P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **Diferentes Abordagens do Conceito de Território**. São Paulo, FCT/UNESP, 2004. Disponível em <http://www.temasemdebate.cnpn.embrapa.br/conteudo/bibliografia.htm> acesso em 08/05/2010.
- PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo. – 4ª ed. 2ª reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

ANEXO 10

Ficha do exercício Quatro Estações

EXERCÍCIO	QUATRO ESTAÇÕES
OBJETIVO	Levantar o entendimento inicial dos participantes a respeito de determinado conceito (ou o senso comum) ou para responder a alguma questão que será posteriormente aprofundada.
QUANDO SE USA	Quando se quer aprofundar um tema ou uma questão e desconstruir o senso comum.
PARA QUE SERVE	<ul style="list-style-type: none">- Para construir um conceito, desconstruindo o senso comum;- Para aprofundar uma questão;- Para explicitar as diferentes visões de um tema ou questão;- Para construir consensos a partir do dissenso.
O QUE POSSIBILITA	<ul style="list-style-type: none">- Que os participantes iniciem, rapidamente, uma primeira reflexão a respeito de um conceito, tema ou uma questão que será trabalhado na atividade;- Explicitar controvérsias e dissensos a respeito de um conceito, tema ou questão.
VARIAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">- Este exercício pode ser trabalhado em número menor ou maior de questões.- Este exercício pode ser trabalhado apenas com afirmações para serem definidas como verdadeiras ou falsas ou solicitando também o porquê de cada resposta.
CUIDADOS!	<ul style="list-style-type: none">- O formador deve esclarecer ao grupo que a primeira parte do exercício tem como objetivo fazer um rápido levantamento do que os participantes em relação a determinado tema ou questão, por isso é realizada em pouco tempo, o que pode ocasionar tensão no grupo.
TEMPO	<ul style="list-style-type: none">- Em cada estação, tempo máximo de 3 minutos para cada questão.
RECURSOS	<ul style="list-style-type: none">- Quatro cartelas com a pergunta ou afirmação escrita;- Folhas de papel para os grupos anotarem seus relatos;- Quadro branco ou papel cartaz para o formador anotar as respostas;- Pincel atômico.

DESENVOLVIMENTO

1. O formador explica ao grupo como será a atividade.
2. O formador coloca as cartelas nos quatro cantos da sala, com a parte escrita voltada para baixo.
3. O formador divide os participantes em quatro grupos e orienta que cada um ocupe um dos espaços em volta de uma cartela que representa as estações. Cada grupo escolhe um relator para anotar cada uma das quatro respostas que o grupo dará.
4. Ao sinal do formador, cada grupo deve recolher a cartela do chão, ler em voz baixa e, em cochiço, elaborar a resposta para a questão formulada na cartela.
5. O formador anuncia o final do tempo (3 minutos no máximo) e pede que coloquem a cartela de volta no chão com a parte escrita voltada para baixo. Em seguida, solicita que todos os grupos se desloquem para a próxima estação no sentido horário.
6. Este processo se repete quatro vezes. Ao final do processo, todos os grupos responderam às quatro questões.
7. O coordenador deve dividir o quadro em quatro partes para anotar as respostas das quatro questões dadas pelos quatro grupos. Para cada questão, anota a resposta dos quatro grupos.
8. Para cada questão, o formador pergunta a cada grupo o porquê da resposta dada, problematizando os argumentos e investigando o que há por trás de cada resposta. Desta maneira, a coordenação vai construindo o conceito ou o consenso que há para explicar cada resposta.
9. Finalizando a discussão sobre as questões das quatro estações, o formador sistematiza o conhecimento trabalhado na atividade.

ANEXO 11

O debate sobre o PIB

O debate sobre o PIB: estamos fazendo a conta errada¹

Ladislau Dowbor²

Crescer por crescer é a filosofia da célula cancerosa.

**Banner colocado por estudantes, na entrada de
uma conferência sobre economia**

PIB, como todos devem saber, é o produto interno bruto. Para o comum dos mortais que não faz contas macroeconômicas, trata-se da diferença entre aparecerem novas oportunidades de emprego (PIB em alta) ou ameaças de desemprego (PIB em baixa). Para o governo, é a diferença entre ganhar uma eleição e perdê-la. Para os jornalistas, é uma ótima oportunidade para darem a impressão de entenderem do que se trata. Para os que se preocupam com a destruição do meio-ambiente, é uma causa de desespero. Para o economista que assina o presente artigo, é uma oportunidade para desancar o que é uma contabilidade clamorosamente deformada.

Peguemos o exemplo de uma alternativa contábil, chamada FIB. Trata-se simplesmente um jogo de siglas, Felicidade Interna Bruta. Tem gente que prefere felicidade interna líquida, questão de gosto. O essencial é que inúmeras pessoas no mundo, e técnicos de primeira linha nacional e internacional, estão cansados de ver o comportamento econômico ser calculado sem levar em conta – ou muito parcialmente – os interesses da população e a sustentabilidade ambiental. Como se pode dizer que a economia vai bem, ainda que o povo vai mal? Então a economia serve para quê?

No Brasil, a discussão entrou com força recentemente, em particular a partir do cálculo do IDH (Indicadores de Desenvolvimento Humano), que inclui, além do PIB, a avaliação da expectativa de vida (saúde) e do nível da educação. Mais recentemente, foram lançados dois livros básicos: *Reconsiderar*

1. Disponível em <http://dowbor.org/2009/04/o-debate-sobre-o-pib-estamos-fazendo-a-conta-errada-abr-2.html/>. Acesso em 10 jul.2012.

2. Ladislau Dowbor é doutor em Ciências Econômicas pela Escola Central de Planejamento e Estatística de Varsóvia, professor titular da PUC de São Paulo e consultor de diversas agências das Nações Unidas. É autor de *Democracia Econômica, A Reprodução Social: propostas para uma gestão descentralizada*. Seus numerosos trabalhos sobre planejamento econômico e social estão disponíveis no site <http://dowbor.org>. Contato ladislau@dowbor.org

a riqueza, de Patrick Viveret, e *Os novos indicadores de riqueza* de Jean-Gadrey e Jany-Catrice. Há inúmeras outras iniciativas em curso, que envolvem desde os Indicadores de Qualidade do Desenvolvimento do IPEA, até os sistemas integrados de indicadores de qualidade de vida nas cidades na linha do Nossa São Paulo. O movimento FIB é mais uma contribuição para a mudança em curso. O essencial para nós é o fato que estamos refazendo as nossas contas.

As limitações do PIB aparecem facilmente através de exemplos. Um paradoxo levantado por Viveret, por exemplo, é que quando o navio petroleiro Exxon Valdez naufragou nas costas do Alaska, foi necessário contratar inúmeras empresas para limpar as costas, o que elevou fortemente o PIB da região. Como pode a destruição ambiental aumentar o PIB? Simplesmente porque o PIB calcula o volume de atividades econômicas, e não se são úteis ou nocivas. O PIB mede o fluxo dos meios, não o atingimento dos fins. Na metodologia atual, a poluição aparece como sendo ótima para a economia, e o Ibama vai aparecer como o vilão que a impede de avançar. As pessoas que jogam pneus e fogões velhos no rio Tietê, obrigando o Estado a contratar empresas para o desassoreamento da calha, contribuem para a produtividade do país. Isto é conta?

Mais importante ainda, é o fato de o PIB não levar em conta a redução dos estoques de bens naturais do planeta. Quando um país explora o seu petróleo, isto é apresentado como eficiência econômica, pois aumenta o PIB. A expressão “produtores de petróleo” é interessante, pois nunca ninguém conseguiu produzir petróleo: é um estoque de bens naturais, e a sua extração, se der lugar a atividades importantes para a humanidade, é positiva, mas sempre devemos levar em conta que estamos reduzindo o estoque de bens naturais que entregaremos aos nossos filhos. A partir de 2003, por exemplo, não na conta do PIB, mas na conta da poupança nacional, o Banco Mundial já não coloca a extração de petróleo como aumento da riqueza de um país, e sim como a sua descapitalização. Isto é elementar, e se uma empresa ou um governo apresentasse a sua contabilidade no fim de ano sem levar em conta a variação de estoques, veria as suas contas rejeitadas. Não levar em conta o consumo de bens não renováveis que estamos dilapidando deforma radicalmente a organização das nossas prioridades. Em termos técnicos, é uma contabilidade grosseiramente errada.

A diferença entre os meios e os fins na contabilidade aparece claramente nas opções de saúde. A Pastoral da Criança, por exemplo, desenvolve um amplo programa de saúde preventiva, atingindo milhões de crianças até 6 anos de idade através de uma rede de cerca de 450 mil voluntárias. São responsáveis, nas regiões onde trabalham, por 50% da redução da mortalidade infantil, e 80% da redução das hospitalizações. Com isto, menos crianças ficam doentes, o que significa que se consome menos medicamentos, que se usa menos serviços hospitalares, e que as famílias vivem mais felizes. Mas o resultado do ponto de vista das contas econômicas é completamente diferente: ao cair o consumo de medicamentos, o uso de ambulâncias, de hospitais e de horas de médicos, reduz-se também o PIB. Mas o objetivo é aumentar o PIB ou melhorar a saúde (e o bem-estar) das famílias?

Todos sabemos que a saúde preventiva é muito mais produtiva, em termos de custo-benefício, do que a saúde curativa-hospitalar. Mas se nos colocarmos do ponto de vista de uma empresa com fins lucrativos, que vive de vender medicamentos ou de cobrar diárias nos hospitais, é natural que prevaleça a visão do aumento do PIB, e do aumento do lucro. É a diferença entre os serviços de saúde e a indústria da doença. Na visão privatista, a falta de doentes significa falta de clientes. Nenhuma empresa dos gigantes chamados internacionalmente de “big pharma” investe seriamente em vacinas, e muito menos em vacinas de doenças de pobres. Ver este ângulo do problema é importante, pois nos faz perceber que a discussão não é inocente, e os que clamam pelo progresso identificado com o aumento do PIB querem, na realidade, maior dispêndio de meios, e não melhores resultados. Pois o PIB não mede resultados, mede o fluxo dos meios.

É igualmente importante levar em consideração que o trabalho das 450 mil voluntárias da Pastoral da Criança não é contabilizado como contribuição para o PIB. Para o senso comum, isto parece uma atividade que não é propriamente econômica, como se fosse um *bandaid* social. Os gestores da Pastoral, no entanto, já aprenderam a corrigir a contabilidade oficial. Contabilizam a redução do gasto com medicamentos, que se traduz em dinheiro economizado na família, e que é liberado para outros gastos. Nesta contabilidade corrigida, o não-gasto aparece como aumento da renda familiar. As noites bem dormidas quando as crianças estão bem representam qualidade de vida, coisa muitíssimo positiva, e que é, afinal, o objetivo de todos os nossos esforços. O fato de a mãe ou pai não perderem dias de trabalho pela doença dos filhos também ajuda a economia. O Canadá, centrado na saúde pública e preventiva, gasta 3 mil dólares por pessoa em saúde, e está em primeiro lugar no mundo neste plano. Os Estados Unidos, com saúde curativa e predominantemente privada, gastam 6,5 mil, e estão longe atrás em termos de resultados. Mas ostentam orgulhosamente os 16% do PIB gastos em saúde, para mostrar quanto esforço fazem. Estamos medindo meios, esquecendo os resultados. Neste plano, quanto mais ineficientes os meios, maior o PIB.

Uma outra forma de aumentar o PIB é reduzir o acesso a bens gratuitos. Na Riviera de São Lourenço, perto de Santos, as pessoas não têm mais livre acesso à praia, a não ser através de uma série de enfrentamentos constrangedores. O condomínio contribui muito para o PIB, pois as pessoas têm de gastar bastante para ter acesso ao que antes acessavam gratuitamente. Quando as praias são gratuitas, não aumentam o PIB. Hoje os painéis publicitários nos “oferecem” as maravilhosas praias e ondas da região, como se as tivessem produzido. A busca de se restringir a mobilidade, o espaço livre de passeio, o lazer gratuito oferecido pela natureza, gera o que hoje chamamos de “economia do pedágio”, de empresas que aumentam o PIB ao restringir o acesso aos bens. Temos uma vida mais pobre, e um PIB maior.

Este ponto é particularmente grave no caso do acesso ao conhecimento. Trata-se de uma área onde há excelentes estudos recentes, como *A Era do Acesso*, de Jeremy Rifkin; *The Future of Ideas*, de Lawrence Lessig; *O imaterial*, de André Gorz, ou ainda *Wikinomics*, de Don Tapscott. Um grupo de

pesquisadores da USP Leste, com Pablo Ortellado e outros professores, estudaram o acesso dos estudantes aos livros acadêmicos: o volume de livros exigidos é proibitivo para o bolso dos estudantes (80% de famílias de até 5 salários mínimos), 30% dos títulos recomendados estão esgotados. Na era do conhecimento, as nossas universidades de linha de frente trabalham com *xerox* de capítulos isolados do conjunto da obra, autênticos *ovnis* científicos, quando o MIT, principal centro de pesquisas dos Estados Unidos, disponibiliza os cursos na íntegra gratuitamente *online*, no quadro do OpenCourseWare (OCW). Hoje, os *copyrights* incidem sobre as obras até 90 anos após a morte do autor. E se fala naturalmente em “direitos do autor”, quanto se trata na realidade de direitos das editoras, dos intermediários.

É impressionante investirmos por um lado imensos recursos públicos e privados na educação, e, por outro lado, empresas tentarem restringir o acesso aos textos. O objetivo é assegurar lucro das editoras, aumentando o PIB, ou termos melhores resultados na formação, facilitando, e incentivando (em vez de cobrar) o aprendizado? Trata-se, aqui também, da economia do pedágio, de impedir a gratuidade que as novas tecnologias permitem (acesso *online*), a pretexto de proteger a remuneração dos produtores de conhecimento³.

Outra deformação deste tipo de conta é a não contabilização do tempo das pessoas. No nosso ensaio Democracia Econômica, inserimos um capítulo *Economia do Tempo*. Está disponível *online*, e gratuitamente. O essencial, é que o tempo é por excelência o nosso recurso não renovável. Quando uma empresa nos obriga a esperarmos na fila, faz um cálculo: a fila é custo do cliente, não se pode abusar demais. Mas o funcionário é custo da empresa, e, portanto vale a pena abusar um pouco. Isto se chama externalização de custos. Imaginemos que o valor do tempo livre da população economicamente ativa seja fixado em R\$ 5,00. Ainda que a produção de automóveis represente um aumento do PIB, as horas perdidas no trânsito pelo encalacramento do trânsito poderiam ser contabilizadas, para os 5 milhões de pessoas que se deslocam diariamente para o trabalho em São Paulo, em R\$ 25 milhões, isto calculando modestos 60 minutos por dia. A partir desta conta, passamos a olhar de outra forma a viabilidade econômica da construção de metrô e de outras infraestruturas de transporte coletivo. E são perdas que permitem equilibrar as opções pelo transporte individual: produzir carros realmente aumenta o PIB, mas é uma opção que só é válida enquanto apenas minorias têm acesso ao automóvel. Hoje São Paulo anda em primeira e segunda, gastando com o carro, com a gasolina, com o seguro, com as doenças respiratórias, com o tempo perdido. Os quatro primeiros itens aumentam o PIB. O último, o tempo perdido, não é contabilizado. Aumenta o PIB, reduz-se a mobilidade. Mas o carro afinal era para quê?

3. O material do MIT pode ser acessado no site www.ocw.mit.edu; Em vez de tentar impedir a aplicação de novas tecnologias, como, aliás, é o caso das empresas de celular que lutam contra o Wi-Fi urbano e a comunicação quase gratuita via Skype, as empresas devem pensar em se reconverter e prestar serviços úteis ao mercado. A IBM ganhava dinheiro vendendo computadores, e, quando este mercado se democratizou com o barateamento dos computadores pessoais, migrou para a venda de softwares. Estes hoje devem se tornar gratuitos (a própria IBM optou pelo Linux) e a empresa passou a se viabilizar prestando serviços de apoio informático. Travar o acesso aumenta o PIB, mas empobrece a sociedade.

Alternativas? Sem dúvida, e estão surgindo rapidamente. Não haverá o simples abandono do PIB, e sim a compreensão de que mede apenas um aspecto, muito limitado, que é o fluxo de uso de meios produtivos. Mede de certa forma, a velocidade da máquina. Não mede para onde vamos. Só nos diz que estamos indo depressa, ou devagar. Não responde aos problemas essenciais que queremos acompanhar: estamos produzindo o quê, com que custos, com que prejuízos (ou vantagens) ambientais, e para quem? Aumentarmos a velocidade sem saber para onde vamos não faz sentido. Contas incompletas são contas erradas.

Como trabalhar as alternativas? Há os livros mencionados acima. O meu preferido é o de Jean Gadrey, editado pelo Senac. E pode ser utilizado um estudo meu sobre o tema, intitulado *Informação para a Cidadania e o Desenvolvimento Sustentável*. Porque não haverá cidadania sem uma informação adequada. O PIB, tão indecentemente exibido na mídia, e nas doudas previsões dos consultores, merece ser colocado no seu papel de ator coadjuvante. O objetivo é vivermos melhor. A economia é apenas um meio. É o nosso avanço para uma vida melhor que deve ser medido.

ANEXO 12

Planos Econômicos Nacionais

(Slides no CD-ROM)

Projeto DIEESE/SUPROF

Desenvolvimento Metodológico, Formação, Produção de Dados Estratégicos e de Ferramentas de Apoio à Gestão da Educação Profissional da Bahia

SUBPROJETO I – DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO, ASSESSORIA E FORMAÇÃO DE CONSELHEIROS DE CENTROS TERRITORIAIS E ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

PLANO DE METAS DE JK (1956 a 1961)

- Tinha como objetivo superar os pontos de estrangulamento que impediam o desenvolvimento;
- Buscava a modernização, a dinamização e diversificação da economia brasileira;
- O período anterior (anos 1930 aos 1950) foi marcado:
 - Pela transição entre dois modelos de desenvolvimento – agrário exportador para o modelo baseado na industrialização;
 - Pelo fortalecimento do Estado como promotor do desenvolvimento;
 - Pela valorização do Planejamento;
- O financiamento era composto por recursos públicos (federais, estaduais e do BNDES), recursos privados e recursos externos (investimento direto e empréstimos);
- 30 metas abrangendo cinco setores básicos: energia, transporte, indústrias de base, agricultura e alimentação, e educação, mais a construção de Brasília – meta síntese;
- Criação do Conselho de Desenvolvimento, em 1956, e Criação da Sudene, em 1959;
- O Plano foi extremamente exitoso. A economia cresceu a uma média de 8,0% ao ano, mas a inflação chegava aos 23% ao ano. O endividamento público cresceu, houve descontrole nas contas externas e aumento da dependência do capital externo;
- Grande embate entre a visão desenvolvimentista / estruturalista e a visão monetarista / estabilização.

PLANO TRIENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (Celso Furtado de 1963 a 1965)

Tentativa de planejamento instituída em meio à crise política que marcou o breve governo de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros; Criação do Ministério Ordinário do Planejamento (1962), extinto logo depois; É considerado um marco histórico no processo de planejamento, foi além da concepção multisetorial ao ser pensado globalmente. Propunha-se enfrentar os problemas estruturais do país não apenas no campo econômico.

Tinha como objetivos:

- Assegurar uma taxa de crescimento econômico em torno de 7% ao ano;
- Reduzir a taxa de inflação para 10%, em 1965;
- Distribuir os frutos do desenvolvimento com crescimento dos salários reais no mínimo compatíveis com o crescimento da produtividade;
- Investir na educação e na pesquisa científica e tecnológica e na saúde pública (...) a fim de assegurar uma rápida melhoria do homem como fator de desenvolvimento (...);
- Reduzir as disparidades regionais, orientando adequadamente a localização da atividade econômica;
- Eliminar fatores de ordem institucional que impediam o desenvolvimento de alguns setores, entre eles a estrutura agrária;
- Refinanciar a dívida externa;
- Gestão do plano articulando as esferas de governo como forma de garantir a execução.

Paeg - PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO (1964 a 1966)

Seus objetivos eram:

- Retomada do crescimento da atividade econômica;
- Ampliação do emprego;
- Redução rápida da taxa de inflação;
- Redução dos déficits nas contas públicas;
- Redução dos desequilíbrios no balanço de pagamentos;
- Renegociação da dívida externa;
- Diminuição dos desníveis econômicos setoriais e regionais;
- Propugnava um sistema de economia mista regulada segundo os princípios de mercado;
- Criação do Sistema Financeiro de Habitação e do BNH; fim do estatuto da estabilidade e instituição do FGTS; criação do Conselho Monetário Nacional e do Bacen; instituição das ORTNs e da Correção Monetária;
- Restrição ao crédito/contenção de empréstimo;
- Nova lei salarial que deteriorava o poder aquisitivo dos salários mais baixos (salário mínimo);
- O Paeg não obteve sucesso nos objetivos específicos, mas lançou as bases com o conjunto de reformas e regulamentações, criando ambiente para a retomada do crescimento no período pós 1968.

PLANO DECENAL (1967 a 1976)

- Formulado sob a influência do relativo êxito do Paeg, sendo o primeiro plano de longo prazo no Brasil. Entretanto, não foi além de estudos, relatórios e recomendações.

PROGRAMA ESTRATÉGICO DO DESENVOLVIMENTO (1968 a 1970)

- Os objetivos principais eram o crescimento da economia, a redução da inflação e a ampliação dos níveis de emprego;
- Diagnosticava que o modelo de substituição de importações havia se esgotado;
- Alcançou êxito no combate à inflação e na recuperação do crescimento econômico, iniciando o período do “milagre brasileiro”.

METAS E BASES PARA A AÇÃO DO GOVERNO (1970 a 1972)

- Não se configura como um plano em si, mas como um conjunto de intenções instituídas pelo Governo Médici, que não pretendia criar imediatamente um novo plano.

I PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (I PND – 1972 a 1974)

- Mais conhecido como o período do auge do “milagre brasileiro”, cujo crescimento atingiu taxas médias de cerca de 11% ao ano, aliado a baixas taxas de inflação;
- Estabelecia três grandes objetivos:
 - Colocar o Brasil, em uma geração, na categoria das nações desenvolvidas;
 - Duplicar, até 1980, a renda per capita do país;
 - Elevar a economia às dimensões resultantes de um crescimento anual do PIB entre 8% e 10%.
- Ampliação da taxa de investimento de 17% do PIB para 19%, em 1974;
- Os investimentos eram direcionados aos setores: petroquímica; transporte; construção naval; energia elétrica e mineração e agricultura;
- Na área social propunha: programas de saúde, educação, saneamento básico e pesquisa técnico-científica;
- Programa de Integração Nacional – PIN (construção da Rodovia Transamazônica);
- Foi um plano que executou grande parte das ações, principalmente na área econômica;
- Entretanto, em fins de 1973, já dava sinais de esgotamento em função da crise econômica internacional (choque do petróleo);
- Mesmo assim, o governo optou por continuar o processo de desenvolvimento, lançando o II PND.

II PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (II PND – 1975 a 1979)

- Mudança na ênfase setorial: do setor de bens de consumo duráveis para o setor de bens de capital, insumos básicos (Carajás, Energia Nuclear, Pólo Petroquímico de Camaçari) e ampliação da capacidade energética;
 - Seria uma resposta à crise internacional no setor de energia;
 - O plano materializava a idéia do “Brasil Potência”, símbolo do ufanismo dos governos militares;
- Baseava-se no diagnóstico de que os problemas da economia brasileira eram: 1) atraso nos setores de bens intermediários e de bens de capital; 2) forte dependência externa do petróleo e; 3) elevado desequilíbrio externo.
- Foi um plano que não se concluiu em função de seu tamanho e da crise internacional;
 - Os objetivos do II PND eram audaciosos e o país não dispunha de condições internas para custear os gigantescos investimentos planejados pelo governo.

OS ANOS PÓS II PND

- Aprofundamento da crise econômica (década de 1980 – década perdida);
- Ruptura do padrão de desenvolvimento baseado no endividamento externo;
- Crise no instrumento do planejamento como instrumento da ação governamental e indutor da ação privada;
- Desgaste da ditadura militar;
- Difícil transição democrática;
- Vários planos distintos na década de 1980;
- Críticas ao padrão de intervenção do estado;
- Ganhou força o debate privatista e de redução do papel do Estado – tendo como sustentação o ideário neoliberal;
- Dos anos 1980 até os anos 2000 são quase três décadas de abandono do debate sobre o desenvolvimento e a importância do Estado como seu promotor e indutor.

O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC

- Lançado no início do 2º mandato do presidente Lula;
- Combina crescimento econômico com distribuição de renda;
- Redução da dependência do financiamento externo;
- Ambiente econômico (inflação, juros, dívida pública) e político favorável ao crescimento;
- Infraestrutura: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis);
- Infraestrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, luz para todos e recursos hídricos);
- Estímulo ao crédito e ao financiamento;
- Melhora do ambiente de investimento;
- Ainda que não seja um plano de desenvolvimento, o governo Lula, através do PAC e de outras medidas, como novas universidades/escolas técnicas (descentralizadas espacialmente), Bolsa Família e salário mínimo, recoloca em discussão o tema do desenvolvimento e do papel do estado como seu promotor e indutor;
- Por outro lado, o avanço da democracia afasta a hipótese de planos nacionais de desenvolvimento sem uma ampla discussão com a sociedade.

ANEXO 13

Nordeste: heranças, oportunidades e desafios

Tânia Bacelar de Araujo^{1,2}

É possível pensar em um projeto de desenvolvimento para a região, considerando os novos padrões mundiais e nacionais

O desenvolvimento brasileiro visto da perspectiva regional tem três grandes heranças. A primeira é a ocupação litorânea. Marcante também na região Nordeste, onde Teresina é a única capital que não está no litoral. O que fazer com o que não está no litoral, uma vez que é nele que se concentra a população, os recursos e os investimentos, continua sendo questão relevante.

A segunda herança é a diversidade brasileira, um dos nossos patrimônios, construído durante séculos no processo de ocupação do país. Quando a valorizarmos, seremos capazes de mudar o Brasil. Trata-se de um elemento positivo para pensarmos um outro projeto. Essa herança veio da natureza, temos seis biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica e Pampa). Sobre essa magnífica diversidade ambiental estabelecemos várias bases produtivas. Realidades distintas são o Nordeste da cana, o da pecuária, o Sudeste do café ou o do ouro. Essas diversas bases produtivas deixaram marcas diferentes no país. Outra grande diversidade é a cultural. Consideramos-nos, e somos uma sociedade miscigenada. A África é importante para nós, por exemplo, no Nordeste, e pouco importante para o Sul, que tem uma sociedade mais européia. Essa diversidade se traduz nas formas de ver o mundo, nas manifestações culturais e nas diferentes tradições.

A terceira grande herança é a da excessiva concentração econômica. No século 20 resolvemos ser uma potência industrial e concentramos a indústria na região Sudeste, principalmente em São Paulo. Pagamos um preço alto até hoje por essa macrodecisão. O mapa do Índice de Desenvolvimento Humano mostra nitidamente que há um Brasil para cima de Belo Horizonte e outro para baixo, e que o Centro-Oeste tem o mesmo padrão do Sul e Sudeste. A

1. Tânia Bacelar de Araújo é professora da UFPE, e integra o Conselho Curador da Fundação Perseu Abramo.
2. Este texto é um resumo da exposição da professora Tânia Bacelar proferida no seminário "O Novo Nordeste e o Brasil", promovido pela Fundação Perseu Abramo, em Teresina (PI), de 15 a 17 de maio de 2008. BACELAR, T. A. Nordeste: heranças, oportunidades e desafios. In: Teoria e Debate, n. 77, maio/jun. 2008, São Paulo. Disponível em: <http://www.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-antiores/nordeste-herancas-opportunidades-e-desafios>. Acesso em 10 jul. 2012.

concentração não foi só de indústrias, mas também de infraestrutura econômica, universidades, institutos de pesquisa e comando político. Resultado: tudo que é média no Brasil é falso, porque é influenciado pelo Sudeste, em especial por São Paulo. Chico de Oliveira define uma outra consequência: “São Paulo não pensa o Brasil, São Paulo se pensa como o Brasil”.

Essa herança da concentração colocou de lado a diversidade e gerou dois *Brasis*. A desigualdade em escala macrorregional tem nome e endereço: Norte e Nordeste. Temos, assim, um Brasil que precisa de apoio diferenciado, e de mais investimento.

Alguns dados atestam essa necessidade. O Nordeste soma 28% da população e só 13% da produção nacional; o Norte tem quase 8% da população e 5% do PIB. Já o Centro-Oeste possui 7,2% da população e quase 9% da produção do país. Brasília explica parte desse peso.

Outro indicador importante e cada vez mais estratégico é o nível de escolaridade. Na população ocupada, portanto, de 10 anos ou mais que está no mercado de trabalho, a média da escolaridade nordestina é 6 anos; a média do país é 7,6 anos, a do Sudeste é 8,5 anos e a do Sul é 8 anos.

A outra herança é a da concentração geográfica interna. O Nordeste construiu suas principais cidades no litoral, onde investiu em infraestrutura concentrou a base produtiva, colocou seus principais ativos. Em Pernambuco, temos duas universidades federais, a Federal de Pernambuco e a Rural de Pernambuco e as duas no Recife. Na faixa oriental entre Recife, Fortaleza e Salvador, estão 20 milhões de pessoas e 90% do PIB do Nordeste.

Não adianta debater a desigualdade em relação a São Paulo se não analisarmos que ela se reproduz em todas as escalas, inclusive no Nordeste. Enfrentar a desigualdade é o maior desafio, no Brasil e no Nordeste.

AMBIENTE EXTERNO

No ambiente internacional temos espaço para pensar um projeto novo para o Nordeste. Há mudanças importantes que são macrotendências mundiais, muitas delas já se reproduzindo no Brasil. A redução do ritmo de crescimento, o envelhecimento da população e a importância das cidades médias são marcas da dinâmica demográfica nacional e nordestina.

O avanço científico e tecnológico é uma mudança mundial importante, com tendência à convergência tecnológica. Se, de um lado, isso está gerando desemprego, de outro está abrindo possibilidades para países como o Brasil. E num projeto de desenvolvimento regional não dá para ignorarmos esses novos padrões. Investir em ciência e tecnologia é o eixo que dará estrutura ao novo projeto. Assim como Celso Furtado colocou como prioridade dotar o Nordeste de energia e estrada, precisamos ter universidades, centros de pesquisa, infraestrutura tecnológica, como focos para aplicações de um fundo de desenvolvimento regional.

Todos os cenários são de um mundo mais multipolar no século 21, portanto, com espaço para países médios como o Brasil. A redução da sobre-

za no mundo também é uma macrotendência importante, sobretudo pela melhoria dos padrões asiáticos que influi na média mundial. Os sinais do Brasil também são positivos nessa direção. Teremos, em 2015, somente 5% de nossa população em estágio de extrema pobreza, o que ainda é muito, mas a melhora é significativa.

Há uma recomposição dos atores mundiais. Todos os cenários mostram o Brasil entre as principais economias do mundo em meados do século 21.

Outra macrotendência é a da consolidação da globalização. Há uma literatura sobre a globalização meio fatalista: que a vê como um processo irrevogável ao qual temos de nos subordinar. Gosto da reflexão de que a globalização é um processo contraditório. Há lugares que interessam mais aos agentes globais do que outros, e cada um se insere a partir de seu projeto. Há possibilidade de distintas resultantes. A globalização, como é desigual, contraditória, não tem resultante predeterminada, depende de como nos inserimos no processo. Portanto, há espaço para as iniciativas nacionais e regionais.

Do ponto de vista das regiões, há um debate no mundo que possibilita uma dupla leitura. Uma, que é feita pelos agentes globais, trata as diversas regiões do mundo como “palco de suas operações” Mas as regiões são também *construções sociais*. O Nordeste tem um processo de ocupação humana específico e uma identidade. Essa dupla leitura gera uma tensão muito salutar entre o regional – o *locus* das especificidades – e o global – fonte das homogeneidades. Essa tensão recoloca a discussão sobre desenvolvimento regional. É interessante que na era da hegemonia da globalização, o desenvolvimento regional tenha voltado à agenda na academia e fora dela.

No que se refere ao ambiente brasileiro, a herança da década de 1990 não é boa: a abertura financeira e comercial feita com muita rapidez, a vulnerabilidade externa que ficou da política do Plano Real, o aprofundamento da crise fiscal, o avanço da desnacionalização, a transferência de renda para os rentistas. Junto com aquelas grandes marcas estruturais tínhamos, no começo do século XXI, uma situação difícil do ponto de vista macroeconômico. Estamos começando a sair dela. O Brasil viveu no século XX um período de expansão, que terminou com o Milagre Econômico, depois entrou em crise. O crescimento foi baixo e incerto e agora começamos uma retomada. É ainda modesta, mas já não é tão instável como foi até 2003. Do ponto de vista brasileiro, estaríamos em um ambiente de retomada do desenvolvimento, por isso é tão importante discutir “Qual desenvolvimento?” Não é importante apenas a taxa de crescimento que pode até ser mais baixa, desde que sua composição seja aquela que queremos.

Discutir Nordeste é interessante, porque estamos no momento em que é possível dar guinadas. O ambiente macroeconômico mudou. Todos os indicadores, comparando 2002 com 2007, estão muito melhores. Estamos discutindo um projeto novo em um ambiente mais estável, consistente, com possibilidades de construir um outro padrão de desenvolvimento.

Há mudanças estruturais importantes para pensar o Nordeste. Uma mudança é o crescimento demográfico e econômico do interior do país.

O oeste nordestino inscreve-se nessa mudança. As cidades médias do Nordeste também estão crescendo mais que as cidades grandes. Natal cresce mais que Recife e Salvador. Recife tem 300 mil pessoas em desemprego aberto. É preciso uma política para essas cidades médias.

A dinâmica econômica está mudando, a taxa de crescimento está mais estável e há uma *redução da concentração econômica no Sudeste*, desde os anos 1970. A crise se abateu sobre a região e, agora, na recuperação, outros lugares, inclusive o Nordeste, têm novas possibilidades. A coisa mais importante para o país é o crescimento sem concentração de renda. No século 20, o Brasil foi exemplo de país capaz de crescer, mas com concentração de renda.

Hoje, há sinais de um novo padrão. Os dados mostram que da classe C no total da população passou de 34% para 46%, de 2003 para cá. Por outro lado, os percentuais das classes D e E caíram de 51% para 39%. Estamos tirando gente da base da pirâmide e colocando no meio. O Nordeste tem 28% da população do país, mas tem 50% dos pobres, a metade dos que ganham o salário mínimo no Brasil. Então, se muda este perfil, a região é favorecida.

Há reflexos dessas mudanças também na política. O comando político que absorve bases mais populares é mais favorável para o processo de mudança do Nordeste. A composição de forças atual já é diferente, e a última eleição de governadores mostrou isso. Basta comparar o que era o Nordeste na eleição passada e hoje. O resto de oligarquia que havia foi varrido, do comando do Maranhão ao da Bahia. Isso faz diferença em um processo de rediscussão de um novo projeto.

Não dá mais para repetir o que disse Celso Furtado no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN): “O Sudeste vai muito bem e o Nordeste vai muito mal” Depois da integração produtiva e da incorporação físico-territorial de meados do século passado, o Nordeste vai bem quando o Brasil vai bem, e vai mal quando o país vai mal.

O Nordeste até cresce um pouquinho acima da média nacional no período mais recente. A tendência migratória está mudando a demografia. O Nordeste era a “chocadeira do Brasil”, pois a pessoa nascia na região, mas não tinha oportunidades e ia para outros lugares. Nordestinos construíram Brasília, o metrô de São Paulo... Mais recentemente, reduz-se gradualmente a quantidade de nordestinos que migram para outras regiões. Para o Sudeste iam mais de 1 milhão em meados dos anos 70 e vão, hoje, em torno de 500 mil. De 1,1 milhão de nordestinos, São Paulo passa a receber 397 mil por ano. O Brasil está sendo ocupado em seu interior.

INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA

A concentração industrial que está em curso desde a crise é desconcentrador. O Sudeste chegou a contribuir com 80% da produção do país, São Paulo com quase 60% e a região metropolitana de São Paulo com 45%. O Nordeste era responsável por 5%. Os dados da produção industrial do país de 2005 mostram que a região metropolitana de São Paulo contribuía com 22%. Não é à toa que ela abriga 2 milhões de desempregados. A crise industrial bateu forte repercutindo

menos no interior do estado de São Paulo porque cresceu sua participação de 14% para 22%; o Sudeste caiu de 80% para 62%. Os níveis de concentração são ainda altos, mas a diminuição é significativa. O Nordeste e o Sul quase dobraram sua participação na produção nacional, o Centro-Oeste mais que dobrou e o Norte tem hoje quase 5% da produção industrial do país. Portanto, nesse novo contexto, faz sentido discutir desenvolvimento industrial como eixo do programa para o Nordeste.

Do ponto de vista da agropecuária, o Nordeste perde peso relativo porque o grosso da produção vai para o Norte e Centro-Oeste. Na produção agropecuária, o Nordeste tinha 18% e caiu para 14%, o Sudeste 37% e caiu para 29%, enquanto o Centro-Oeste cresce de 7,5% para 20% e o Norte de 3% para 7%.

O Nordeste tinha 42% de população ocupada na agropecuária e agora tem 46%. Tem 28% da população total do país e tem 45% da PEA agrícola, gerando somente 14% do valor da produção. Isso é baixa produtividade, gente que vive *na* agricultura e não *da* agricultura. Esse é um dos grandes desafios, porque somos o bolsão da pobreza rural do Brasil. O projeto para o Nordeste tem de pensar nessa população, para além de políticas assistenciais. Um dos grandes desafios é levar conhecimento para essas pessoas, melhorar a produtividade agrícola da região. Pode até não ter programa público de extensão tecnológica no resto do Brasil, mas no Nordeste tem de ter.

Um novo projeto deve contemplar diferentes iniciativas. Uma coisa é pensar uma região que é pobre, mas está dinâmica, outra coisa é uma área que é pobre e está estagnada, e outra, ainda, é pensar uma região que já foi dinâmica e está em retração. Encontramos esses tipos de regiões no Nordeste, em todo o Brasil. Portanto, isso requer políticas diferentes para as diversas situações.

UMA “DESCOBERTA”

Algo favorável no ambiente brasileiro recente é que o país descobriu a base da sua pirâmide. Sempre dizíamos que esse era um dos nossos grandes potenciais: o consumo insatisfeito da grande massa de brasileiros. O cidadão quer consumir um sapato e não pode e quando consegue ter o sapato ele entra no mercado, e o mercado de sapato estoura porque a demanda é muita grande. Os números da base da pirâmide são muito grandes, é praticamente o país inteiro, porque a elite, da classe média para cima, é cerca de 15% da população; 85% tem consumo insatisfeito de bens que o país já sabe produzir. O crescimento foi retomado na direção da base da pirâmide. A mudança principal é essa. Até 2007 as exportações estavam muito dinâmicas e começamos a tirar o Brasil da crise pelo setor externo; agora o câmbio está desfavorável, o setor externo está com mais dificuldade, e quem puxou o crescimento em 2007 foi o consumo interno e o investimento. E no consumo interno está muito dinâmico na base da pirâmide da renda.

Os empresários estão descobrindo que dá lucro vender para a classe popular. A Bauducco colocou uma fábrica na Bahia e está pensando em outra. As nossas fábricas médias de massa e biscoito têm agora de disputar o mercado com as multinacionais. A Nestlé acompanha a Bauducco e investe firme na

região. Essa mudança favorece o Nordeste, porque temos uma presença relativa maior na base da pirâmide.

Nossa dificuldade tem sido a inserção na base exportadora. Em 1960, éramos responsáveis por 20% das exportações do país, caímos para 7% em 1998, e estamos com 9%. Portanto, somos 13% do PIB e nem 10% das exportações do país. Nossas bases exportadoras não estão articuladas, por algumas razões. Nossos setores tradicionais estão estagnados e os novos ainda não têm peso. Entre eles, a extrativa mineral, papel e celulose, petroquímica, têxtil, confecção, camarão, fruta, soja.

Os setores tradicionais estão se reestruturando. O sucroalcooleiro já passou pela crise. Pernambuco, por exemplo, tinha 42 usinas há dez anos, hoje tem vinte. As que sobraram são as melhores. O complexo têxtil e os polos comerciais, mais presentes nas grandes cidades, estão se reestruturando. O tripé gado-algodão-policultura é que nos sustentava no semiárido. Atingido pelo bicudo na década de 1980, o cultivo de algodão afundou e, com a política macroeconômica dos anos 90, acabou de desaparecer. O modelo anterior, que dominou quatro séculos no semiárido, desmontou. A crise do algodão puxou a pecuária para baixo porque parte dos custos da pecuária eram viabilizados pelo algodão. Sobrou a agricultura de alimentos, agora sem aqueles dois outros esteiros. E, atenção, no mundo rural do Nordeste vivem aqueles 45% da população agrícola do país.

No meio da crise do algodão, veio a Constituição que estendeu ao meio rural a Previdência, e depois veio o Bolsa-Família para proteger os mais pobres. Essas políticas salvaram os mais pobres do mundo rural nordestino. Grande parte deles é sustentada por essas políticas sociais.

A estrutura econômica que reproduzia miséria desmontou. Celso Furtado descreveu isso brilhantemente no GTDN: O problema não é a seca, é a estrutura socioeconômica que está montada aqui, ela é que é geradora de miséria, dizia ele. A grande massa produzia, mas não acumulava. Terminava o ano rezando para São José para chover no ano seguinte, e se não chovesse tinha de ir para as frentes de trabalho. A estrutura ruiu e temos agora a oportunidade de reconstruir uma estrutura em que as pessoas produzam e acumulem para suportar um ano de seca. Esse é o desafio do semiárido hoje.

O Nordeste participa do Bolsa Família com 5,7 milhões de famílias, 51,8% do total do programa. São quase R\$ 5 bilhões por ano para o Nordeste. Isso pode não fazer diferença em Recife e Salvador porque as economias são grandes, mas para as pequenas e médias cidades o programa social é fonte de dinamismo econômico, tem impacto no PIB do lugar. Mudou a realidade econômica das pequenas cidades. Não é à toa que teve influência eleitoral, pois houve mudança qualitativa.

O apoio à agricultura familiar é nosso “calcanhar-de-Aquiles” pois são aqueles 45% da PEA que mencionamos. Mesmo nisso o patamar mudou. O governo Fernando Henrique gastava R\$ 2 bilhões por ano no plano de safra dessa agricultura, hoje são gastos R\$ 13 bilhões.

Por outro lado, o aumento real do salário mínimo também favorece o Nordeste. Em 2007, o maior índice de custo de vida foi 5,4% e o salário mínimo foi corrigido em 9,2%, quase o dobro. E como o Nordeste tem a metade população que ganha salário mínimo, essa política, favorável nacionalmente, tem impacto regional ainda maior.

Pesquisa do IBGE, sobre o comércio varejista no período de 2003 a 2007, confirma que os estados que puxam o crescimento do varejo são os nordestinos. A descoberta da base da pirâmide dinamiza o Nordeste.

OS MAIORES DESAFIOS

No entanto, a ameaça são os baixos índices de qualificação da nossa força de trabalho. Na produção aparece o gargalo estrutural. Uma das fragilidades está em nossa base científico-tecnológica. Esse deve ser um dos eixos do investimento na região. Temos que fazer o que Celso Furtado fez nos anos 1960: investiu 90% do dinheiro da Sudene em infraestrutura de estrada e energia. Precisamos investir os recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que está sendo criado, em infraestrutura de geração e transmissão de conhecimento.

As universidades estão se espalhando pelo Nordeste. Temos boa quantidade de Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets). Há política em boa direção, mas insuficiente diante de nosso desafio. Em 2006, o Nordeste aparecia com modestos 16% das matrículas no ensino superior público e privado do Brasil.

As empresas nordestinas são pouco inovadoras. Não é só a força de trabalho que tem baixa qualificação. Também não é boa a participação das empresas nos programas de inovação. Não há projeto? Temos de novo que fazer o que Celso Furtado fez lá nos anos 1960: Vamos formar projetista, agrônomo, veterinário, economista, pagar bolsa de estudo para o que a região precisasse. Hoje não tem quem saiba fazer projeto, pois não há um programa de formação para isso. A nova Sudene tem de fazer isso.

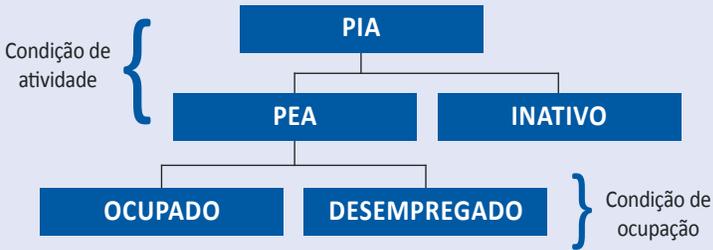
Se um de nossos desafios centrais é o semiárido, então temos de investir em montar aqui uma estrutura de convivência com ele e não antagonica a ele. Falta transformar isso numa realidade mais pujante. Por exemplo, o pequeno polo de produção de mel no Piauí, não resolve o problema do estado, mas está na direção certa. Estamos buscando quais são as iniciativas que podem conviver com a realidade e a diversidade do semiárido.

O projeto para a região tem que costurar as diferentes realidades. A diversidade regional exige múltiplos projetos produtivos. Não tem mais a grande ilusão na industrialização. O Brasil será um grande país industrial, mas será também uma potência agro-mineral. Somos um dos poucos países do mundo que pode dobrar a superfície cultivada. Esse é um desafio também para o Nordeste, realizar investimentos relevantes estruturais e que interessam a toda região e tirar partido da grande diversidade regional.

ANEXO 14

PED, PME, Pnad, Rais, Caged (Slides no CD-ROM)

OBJETIVO DAS PESQUISAS DOMICILIARES DE EMPREGO



Condição de Atividade

$$\text{Taxa de Participação} = (\text{PEA}/\text{PIA}) * 100$$

$$\text{Taxa de Participação} = (\text{ocupados} + \text{desempregados})/\text{PIA} * 100$$

Condição de Ocupação

$$\text{Taxa de Desemprego} = (\text{Desempregados}/\text{PEA}) * 100$$

$$\text{Taxa de Desemprego} =$$

$$\text{Desempregados}/(\text{ocupados} + \text{desempregados})*100$$

Diferenças Metodológicas entre Pesquisas
Domiciliares Mensais



Reflete distinção de conceitos de ocupados e
desempregados + rigor dos períodos de referência



Diferentes concepções de mercado de trabalho

AS CONCEPÇÕES DE MERCADO DE TRABALHO



Nessa situação, qualquer trabalho é suficiente para classificar o indivíduo como ocupado, mesmo que ele tenha procurado trabalho. O desemprego está sempre associado a uma situação de não-trabalho e procura de trabalho. A inatividade é a situação de não-trabalho e não procura de trabalho.

ANEXO 15

Tabelas do Anuário da Educação Profissional da Bahia, Volume I – 2010¹ (Slides no CD-ROM)

TABELA 10 (extraído da página 32 do Anuário)

Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais por setor de atividade econômica
Bahia 2005 e 2009 (em %)

Setor de atividade	2005	2009
Agrícola	38,2	32,7
Indústria	8,1	7,3
Construção	6,0	7,1
Comércio e reparação	14,0	15,9
Alojamento e alimentação	3,9	4,0
Transporte, armazenagem e comunicação	3,8	4,0
Administração pública	4,4	4,9
Educação, saúde e serviços sociais	7,4	8,1
Serviços domésticos	6,4	7,0
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	3,4	3,6
Outras atividades	4,4	5,2
Atividades mal definidas	0,1	0,3
Total	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	6.545	7.076

■ Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Comentários:

- a maioria dos ocupados, em todo o estado da Bahia, em 2005 (38,2%) e 2009 (32,7%), estava inserida na agricultura. Apesar de ter havido queda de 5,5% no percentual de ocupados na agricultura de 2005 para 2009, essa atividade ainda tem muita importância na economia estadual;

- as atividades ligadas ao comércio e a reparação vinham em seguida, com 14% dos ocupados, em 2005, e 15,9%, em 2009. Houve crescimento de 1,9 ponto percentual na ocupação desses setores, o que pode ser explicado pela melhoria na renda da população entre os dois anos analisados, como resultado, em parte, das políticas de distribuição de renda (Bolsa Família) e de reajuste do salário mínimo;

- a ocupação total cresceu 8,11%, passando de 6,5 milhões, em 2005, para 7,0 milhões de ocupados, em 2009. Esse resultado está relacionado à recuperação do mercado do trabalho brasileiro a partir de meados da década de 2000.

1. DIEESE. **Anuário da Educação Profissional da Bahia 2010**. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Salvador, 2010.

TABELA 14 (extraído da página 37)

Distribuição dos ocupados de 10 anos ou mais por posição na ocupação

Bahia 2005 e 2009 (em %)

Posição na ocupação	2005	2009
Empregados com carteira	18,7	22,0
Militares e Estatutários	4,8	5,7
Empregados sem carteira	23,2	22,3
Trabalhadores domésticos com carteira	1,0	1,2
Trabalhadores domésticos sem carteira	5,4	5,8
Conta própria	26,1	23,9
Empregadores	2,8	3,1
Trabalhadores para autoconsumo	6,0	7,5
Trabalhadores na autoconstrução	0,2	0,1
Não remunerados	11,9	8,5
Total	100,0	100,0
TOTAL (em 1.000 pessoas)	6.545	7.076

■ Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Comentários:

- em 2005 e 2009, a maioria dos ocupados na economia baiana eram os trabalhadores por conta própria e empregados sem carteira. Mas, observa-se, entre os dois anos, elevação do percentual dos ocupados com carteira (de 18,7% para 22%) e redução dos ocupados por conta própria (de 26,1% para 23,9%) e dos sem carteira (de 23,2% para 22,3%). Ainda que os ocupados sem carteira e por conta própria ainda respondessem pela maioria dos ocupados na economia estadual, em 2009, o aumento dos empregados com carteira sinaliza melhora das condições do mercado de trabalho.

TABELA 23 (extraído da página 47)

Proporção de empregos formais na população em idade ativa, por território de identidade Bahia 2009 (em %)

Território de identidade	Taxa de emprego formal	Território de identidade	Taxa de emprego formal
Irecê	6,9	Bacia do Jacuípe	6,7
Velho Chico	6,3	Piemonte da Diamantina	9,0
Chapada Diamantina	6,7	Semiárido Nordeste II	6,1
Sisal	7,6	Agreste de Alagoinhas/ Litoral Norte	13,1
Litoral Sul	13,8	Portal do Sertão	16,6
Baixo Sul	9,8	Vitória da Conquista	11,9
Extremo Sul	18,1	Recôncavo	15,3
Itapetinga	17,3	Médio Rio das Contas	12,1
Vale do Jequiriçá	7,0	Bacia do Rio Corrente	9,0
Sertão do São Francisco	10,6	Itaparica	11,2
Oeste Baiano	17,3	Piemonte Norte do Itapicuru	9,1
Bacia do Paramirim	5,1	Metropolitana de Salvador	31,7
Sertão Produtivo	9,3		
Piemonte do Paraguaçu	8,5		

■ Fonte: Ministério da Saúde. Datasus; MTE. Rais
 Elaboração: DIEESE

Obs.: A taxa de emprego formal foi calculada com base na proporção de empregados com carteira na população em idade ativa

Comentários:

- observa-se em todos os Territórios de Identidade que uma parcela ainda pequena da população em idade ativa – PIA - possui emprego formal. Na metade dos territórios (14), menos de 10% da PIA tem emprego formal e, na outra metade, o emprego formal não atinge 20% da PIA.

TABELA 24 (extraído da página 49)

Distribuição dos empregos formais por setor de atividade econômica

Bahia 2005 e 2009 (em %)

Setor de atividade	2005	2009
Extrativa mineral	0,6	0,8
Indústria de transformação	9,7	10,3
Serviços industriais de utilidade pública	0,9	0,9
Construção civil	4,6	6,2
Comércio	16,9	17,9
Serviços	30,5	29,6
Administração pública	31,6	30,3
Agropecuária, extrativismo vegetal, caça e pesca	5,3	4,1
TOTAL (em nºs absolutos)	1.596.990	1.999.632

■ Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: O total inclui os casos ignorados

Comentários:

- a maior parte dos empregos formais no estado da Bahia está no setor de serviços e na administração pública, embora tenha havido queda na participação desses setores no total de empregos formais. Em seguida, vêm o comércio e a indústria de transformação, cujas participações no total do emprego formal aumentaram entre 2005 e 2009. Houve também aumento da participação da construção civil no total de empregos formais gerados no estado.

- o total de empregos formais no mercado de trabalho da Bahia cresceu expressivamente (25,21%) entre 2005 e 2009, passando de cerca de 1,6 milhão para quase 2 milhões de empregos, em consonância com a trajetória recente de recuperação do trabalho formal no país.

- por outro lado, tendo em vista os dados da Tabela 10 do Anuário, nota-se que o emprego formal ainda responde por uma pequena parcela das ocupações geradas pelo mercado de trabalho baiano. Em 2005, de um total de 6,5 milhões de ocupados, apenas 1,6 milhão eram trabalhadores formalizados (24,6% do total). Em 2009, de um total de 7 milhões de ocupados, apenas 2 milhões eram trabalhadores formalizados (28,6% do total).

TABELA 50 (extraído da página 86)**Taxa de desemprego segundo escolaridade**

Região Metropolitana de Salvador 2005-2009 (em %)

Escolaridade	2005	2006	2007	2008	2009
Analfabeto	20,3	(2)	(2)	(2)	(2)
Fundamental incompleto ⁽¹⁾	27,6	25,6	23,3	21,6	20,1
Fundamental completo	28,8	24,8	25,5	23,0	24,5
Médio incompleto	36,9	36,5	34,4	32,9	31,2
Médio completo	23,2	24,1	21,4	20,3	19,9
Superior incompleto	20,4	21,0	20,1	18,7	16,4
Superior completo	7,1	7,5	7,9	8,2	7,9
TOTAL	24,4	23,6	21,7	20,3	19,4

■ Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Inclui alfabetizados sem escolarização

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Comentários:

- a Tabela 50 mostra a taxa de desemprego na Região Metropolitana de Salvador - RMS-, por nível de escolaridade, no período 2005 a 2009. Em todos os níveis de escolaridade considerados, houve redução da taxa de desemprego na RMS, com exceção do nível superior completo, que registrou pequena elevação da taxa de desemprego.

- o fato mais importante a ser destacado, entretanto, é a elevadíssima taxa de desemprego entre os jovens com nível médio – incompleto e completo. Esse dado é extremamente importante para a formulação de políticas de formação profissional na RMS.

TABELA 75 (extraído da página 127)

Distribuição dos jovens assalariados de 16 a 29 anos, por faixas de rendimento mensal do trabalho principal, segundo escolaridade

Região Metropolitana de Salvador 2009 (em %)

Escolaridade	Até 1 SM	Mais de 1 a 2 SM	Mais de 2 SM	Total
TOTAL	38,2	42,2	19,6	100,0
Analfabeto	(2)	(2)	(2)	100,0
Fundamental incompleto ⁽¹⁾	59,9	36,4	(2)	100,0
Fundamental completo	61,0	(2)	(2)	100,0
Médio incompleto	62,1	34,3	(2)	100,0
Médio completo	37,8	48,5	13,8	100,0
Superior incompleto	28,3	46,3	25,3	100,0
Superior completo	(2)	(2)	71,8	100,0

■ Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Notas: (1) Inclui alfabetizados sem escolarização

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: Exclusivo os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC da SEI

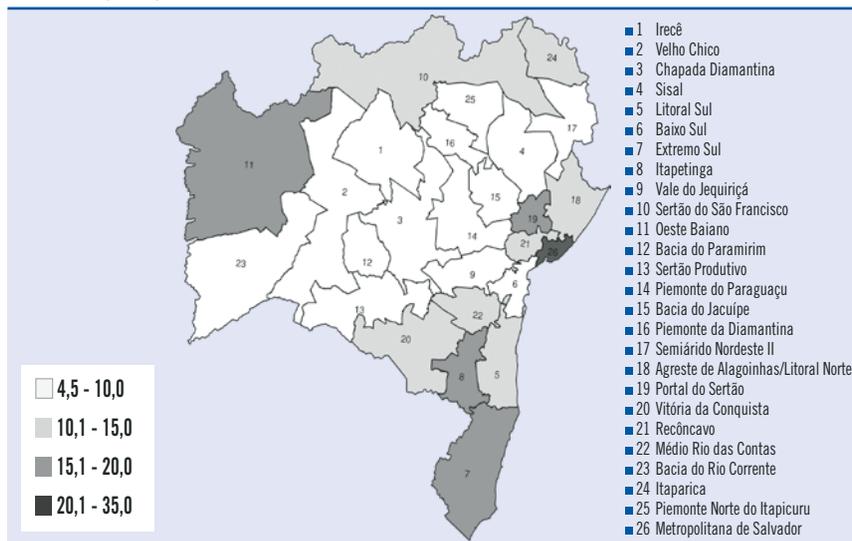
Comentários:

- os dados mostram que, em 2009, o rendimento mensal do trabalho principal dos jovens assalariados entre 16 e 29 anos, na Região Metropolitana de Salvador, melhorou conforme o nível de escolaridade.

- no caso dos jovens com ensino médio completo, 48,5% deles recebiam um rendimento superior a 1 salário mínimo até 2 salários mínimos. Isso mostra a importância das políticas de formação profissional para melhorar a renda dos jovens, pois muitos deles são responsáveis pelo sustento das famílias.

MAPA 1 (extraído da página 48)**Taxa de emprego formal por território de identidade**

Bahia 2009 (em %)



■ Fonte: Ministério da Saúde. Datasus; MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: A taxa de emprego formal foi calculada com base na proporção de empregados com carteira na população em idade ativa

Comentários:

- o mapa permite visualizar com mais clareza as informações constantes na Tabela 23, que mostra a participação do emprego formal no total das ocupações dos Territórios de Identidade. Os espaços em cor mais clara mostram os territórios onde é menor a participação do emprego formal no total das ocupações.

ANEXO 16

Educação profissional no Brasil¹

“Os processos de participação política abriram brechas, possibilidades de disputa de hegemonia, tanto no interior do próprio aparelho do Estado como no âmbito da sociedade civil. Tais disputas favoreceram a constituição de mecanismos de representação, de negociação e de elaboração de estratégias de ação, empurrando a oferta da educação e seu consumo para além das necessidades do sistema produtivo.

Em outros termos, pode-se dizer que os espaços da política, que a vivência democrática possibilita, tornam-se palco de lutas pela ampliação e melhoria da qualidade da escola pública, distanciando-a da perspectiva dos grupos que detêm o poder econômico na sociedade. Assim, ao longo do século XX, embora com diferenças quantitativas e qualitativas nos níveis de atendimento e ampliação da escolaridade obrigatória, entre os países avançados e aqueles do Terceiro Mundo, a escola tende a ser considerada como um espaço de inserção político-social e cultural, extrapolando a função – que vem assumindo na atualidade – de ser um dos principais instrumentos de certificação e credenciamento para o ingresso e a manutenção no mercado de trabalho.” (MANFREDI, 2002, p. 59).

“Se, hoje, o imaginário social entende a escola como instituição que tem por função preparar os jovens para o ingresso no mercado de trabalho, historicamente, a constituição da escola não esteve vinculada à formação para o trabalho. Institucionalmente, ela foi criada para preparar grupos seletos de pessoas para o exercício do comando, do poder e da direção social.” (Ibid., p. 51).

“Isso significa dizer que a educação no e para o trabalho é um processo complexo de socialização e aculturação de jovens e adultos nos espaços de trabalho, entrecruzando-se com as aprendizagens realizadas em outros espaços socioculturais: bairro, escola, família, sindicato, partido, movimentos sociais e políticos, além de diferentes momentos da vida de cada sujeito-trabalhador. Trata-se de processos de aprendizagem multifacetados, mediados por relações de historicidade entre sujeitos, contextos e tempos. As práticas educacionais intencionais, assim como a educação escolar, constituem, pois, uma dimensão específica desse complexo, intrincado e dialético processo de socialização e aprendizagem.” (Ibid., p. 54).

“A educação, enquanto processo social, não gera trabalho nem emprego. Novos postos de trabalho e o aumento do número de empregos dependem, por um lado, de processos estruturais de organização da produção, de estrutura do mercado de trabalho, da estrutura ocupacional e dos mecanismos macroeconômicos e políticos que regulam o funcionamento das economias capitalistas nos âmbitos nacional e internacional. Portanto, mecanismos de crescimento econômico, como políticas de desenvolvimento, de criação de novos empregos, de distribuição de renda (entre outras), é que são responsáveis pela criação de novos postos de trabalho e até de novas ocupações.” (Ibid., p. 40).

“Os processos recentes de reestruturação produtiva, que envolvem inovações técnico-organizacionais, apesar de todas as falácias, só em poucas situações ampliam esses graus de liberdade e tornam o trabalho mais autônomo e criativo. Na maioria das vezes, tendem a diminuí-los, em razão da existência de esquemas de controle de tempo e de métodos muito mais rígidos, introduzidos mediante procedimentos informatizados, em substituição aos velhos esquemas de supervisão, mais facilmente burláveis. Pesquisas recentes que têm por objeto o estudo dos processos de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia capitalista mostram sinais de intensificação do ritmo de trabalho, e não de incorporação de conteúdos mais elaborados e de maior autonomia.” (Ibid., p. 46).

ANEXO 17

Exemplos de territórios de identidade fictícios

TERRITÓRIO AREIA BRANCA

Com uma extensão de 15.153,14 km², o Território Areia Branca é composto por 27 municípios, possui uma população em torno de 850 mil habitantes, e é caracterizado pela história ligada ao cultivo da cana-de-açúcar. Hoje, com uma economia mais diversificada, enfrenta os desafios de novos mercados nas áreas de mineração e tecnologia.

O PIB (Produto Interno Bruto) do território de Areia Branca é concentrado no setor de serviços, perfazendo 65,4%, enquanto o setor industrial compõe 18,6%. Já a agricultura açucareira, responsável no passado por grande parte da riqueza da região alcança 5,8%. O PIB total do território perfaz cerca de 4,5% do PIB do estado.

No setor industrial, destaca-se seu Polo Automotivo e a extração de minérios (calcário e manganês) em algumas cidades do território. Na agricultura, a cana-de-açúcar ainda é o principal produto do território e vem buscando se restabelecer através de novos mercados, como o de cachaça e o do açúcar mascavo para exportação.

Após vários anos amargando perdas pela falta de investimento no setor agrícola, estão previstos diversos investimentos para a região. Estes investimentos buscam dinamizar e dar vazão à produção regional, seja na indústria ou na agricultura. Está prevista a criação de um Complexo Portuário para exportação, aproveitando o potencial da região. A expectativa governamental é de que o Território de Areia Branca se transforme numa segunda região metropolitana do estado, a partir desse novo complexo logístico, industrial e produtivo.

No que se refere aos investimentos industriais previstos para o Território, o volume é de aproximadamente R\$ 51,8 bilhões, o que perfaz 70% dos investimentos previstos para a região no período de 2009-2013. Areia Branca é o Território onde se concentra a maior parte dos investimentos previstos para o estado até 2013, que devem se realizar por meio de 46 projetos industriais privados.

O governo do estado lançou, em 2007, o Plano de Educação Profissional, em que, entre outras ações, destacam-se a criação de Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. A partir desse plano, o Território Areia Branca conta com um Centro Estadual de EP. O Centro está dividido em diversos eixos temáticos que abrangem áreas como logística, gestão, transporte, recursos naturais, indústria, segurança e saúde.

TERRITÓRIO FLOR DE MANDACARU

Com uma extensão de 20.473 km², o Território Flor de Mandacaru é composto por 20 municípios e uma população estimada em mais de 570 mil habitantes. A maior parte da população concentra-se na zona rural (59%).

Com a economia baseada na produção do amendoim e ainda na criação de ovinos e caprinos, perfaz um PIB (Produto Interno Bruto) de mais de 1,5 milhão de reais. Concentra no território 41,6% da produção de amendoim de todo o estado. O amendoim apareceu como grande saída para a economia regional, pois este se adapta muito bem à região semiárida. Além disso, esta produção é também muito aproveitada na região, com doces e iguarias vendidos para todo o país e exterior. O Território ainda possui 14,6% da produção de ovinos do estado.

Segue abaixo um quadro da evolução do PIB do Território, que mostra que a região tem crescido a taxas robustas: acima dos 12%, até 2005, e 6%, em 2006.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE	PIB (R\$ MILHÕES)				
	2002	2003	2004	2005	2006 ⁽¹⁾
BAHIA	60.671,84	68.146,92	79.083,23	90.919,33	96.558,93
Flor de Mandacaru	978,03	1.145,24	1.246,48	1.443,71	1.601,06

Fonte: SEI/IBGE

Nota: (1) Dados sujeitos à retificação

Além da produção de derivados do amendoim, o Território tem como característica cultural marcante a força da cultura do bumba-meu-boi. Essa tradição cultural tem hoje sua maior expressão em festas espalhadas pelo Território. Uma das principais cidades do Território, Flor de Mandacaru, tem a maior festa de bumba-meu-boi do estado, atraindo pessoas de toda a Bahia para os dias de atividade, movimentando economicamente a região.

No que se refere aos investimentos previstos para o Território, o volume é de aproximadamente R\$ 14,5 milhões, divididos em cinco projetos empresariais de investimento. Este volume de investimento perfaz apenas 0,01% do previsto para o estado no período de 2009-2013.

O governo da Bahia lançou, em 2007, o Plano de Educação Profissional, do qual, entre outras ações, destacam-se a criação de Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. A partir desse plano, o Território Flor de Mandacaru criou o Centro Territorial de EP. O Centro oferece cursos em diversos eixos temáticos abrangendo, entre outras, as áreas de Alimento, Recursos naturais, Meio ambiente, Informação, Gestão e Infraestrutura.

TERRITÓRIO MORRO LINDO

Com uma extensão de 23.544,54 km², o Território Morro Lindo é composto por 19 municípios, e tem uma população acima de 430 mil habitantes. É caracterizado por ter uma ampla captação de água mineral, assim como uma forte agricultura voltada à produção de hortaliças.

Com mais de R\$1,8 milhão, o PIB (Produto Interno Bruto) do Território Morro Lindo representa 1,7% do PIB do estado. O Território situa-se no mapa econômico como a zona de maior concentração de reserva de água mineral do estado e já existem diversas fontes cadastradas. Este mercado gera muitos empregos, diretos e indiretos.

A produção de hortaliças é também uma das fortes características econômicas da região. Estima-se que essas lavouras empreguem mais de 10 mil pessoas nos municípios produtores. Nos últimos anos, a alface vem revelando-se um novo vetor de desenvolvimento para o Território, que já é responsável 45,17% do produto no estado.

Um dos gargalos para o amplo desenvolvimento do Território é a capacidade de escoamento da produção, tanto da captação de água mineral quanto da produção agrária. Dessa forma, estão previstos investimentos a partir da implantação da BR-000, que beneficiará este e outros territórios do estado. A perspectiva é que a implantação da estrada dinamize as economias locais, a arrecadação de impostos, o aumento da competitividade do agronegócio e a possibilidade de implantação de outros polos agroindustriais. Espera-se que pela estrada ferroviária passem 20 milhões de toneladas de produtos originários da região, o que beneficiaria de forma significativa a produção do Território.

Na produção de hortaliças, há a expectativa de que uma nova área de seis mil hectares seja plantada e amplie a variedade cultivada. Além de aumentar a produção da safra, há também uma expectativa sobre aumento do número de pessoas empregadas nas lavouras.

No Território Morro Lindo, os investimentos industriais devem chegar a R\$ 3,8 bilhões, o que perfaz 5,21% dos investimentos previstos para o estado no período de 2009-2013, com um maior volume na atividade de captação de água mineral.

O governo do estado lançou, em 2007, o Plano de Educação Profissional, do qual, entre outras ações, destaca-se a criação de Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. A partir desse plano, o Território Morro Lindo ganhou um Centro Territorial de Educação Profissional. O Centro oferece cursos nas seguintes áreas temáticas: recursos naturais (mineração e agroecologia), gestão e negócios, ambiente, saúde e segurança (enfermagem).

TERRITÓRIO VALE DOS SONHOS

O Território Vale dos Sonhos tem uma extensão de 75.383,12 km² e é composto por 14 municípios. A população está acima de 370 mil habitantes, dos quais 64% residem na zona urbana e 36% na zona rural.

O Território responde por 3,94% do PIB estadual. O agronegócio do milho no território do Vale dos Sonhos hoje tem participação de 14,7% do PIB (Produto Interno Bruto) agropecuário estadual. A cultura de grãos e a agricultura irrigada mudaram o modelo de produção agrícola, a partir dos anos 1980, propiciando o surgimento de uma agricultura comercial, voltada aos mercados nacional e internacional. Hoje o Vale dos Sonhos é o maior produtor de milho do Norte-Nordeste e o segundo maior produtor de feijão do país.

Com uma economia baseada na agricultura de grãos, o Território firmou-se como uma região líder no estado neste tipo de cultivo. Destacam-se o milho, que perfaz 83,8% de toda a produção agrícola do estado, e ainda o feijão, (82,7%). O Território também se caracteriza pela grande produção de arroz, detendo mais da metade da produção estadual (54%, em média).

Todo esse desenvolvimento da agricultura local trouxe questões desafiadoras para a sociedade do Vale dos Sonhos. Uma delas está relacionada à forma pela qual estas agriculturas foram implantadas, sendo hoje necessário um investimento em pesquisa e execução de planos de sustentabilidade ambiental na região.

Outra questão está ligada às populações locais que estão à margem desse progresso, dado que essa ocupação do agronegócio em Vale dos Sonhos foi feita majoritariamente por povos imigrantes da Argentina. Isso criou um afastamento das populações locais do desenvolvimento obtido pelo agronegócio, gerando uma forte desigualdade econômica e social na região.

No que se refere aos investimentos industriais previstos para o Território, o volume é de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, que perfaz 1,62% dos investimentos previstos para o estado no período de 2009-2013. Este investimento previsto se dará por meio de 22 projetos industriais na região.

Há ainda a previsão da finalização da estrada que ligará o Vale dos Sonhos até o litoral do estado, dando escoamento a toda produção local, o que dinamizará e fortalecerá a economia do Território.

O governo do estado lançou, em 2007, o Plano de Educação Profissional, do qual, entre outras ações, destacam-se a criação de Centros Estaduais e Territoriais de Educação Profissional. A partir desse plano, o Território Vale dos Sonhos ganhou um Centro Territorial de EP. O Centro está dividido em quatro eixos temáticos, abrangendo as áreas de recursos naturais, gestão e negócios, informação e comunicação e ambiente, saúde e segurança.

Outros materiais, disponíveis apenas no CD-ROM

- Vídeo nº 1: *Controle e Participação Social no Plano de Educação Profissional da Bahia* e vídeo nº 2: *A Concepção da Educação Profissional na Bahia*
- O Conselho dos Centros de Educação Profissional da Bahia: caderno do conselheiro, um instrumento de ação
- Gravuras relacionadas à escravidão no Brasil
- *Plano de Ação do Conselho: Caderno de Orientações*



SECRETARIA DA
EDUCAÇÃO |

